



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PPGE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ JASSUIPE DA SILVA MORAIS

**EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS:
Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren
Rio Tinto/PB (1944-1967)**

**João Pessoa – PB
Outubro/2011**

JOSÉ JASSUIPE DA SILVA MORAIS

**EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS:
Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren
Rio Tinto/PB (1944-1967)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza

**João Pessoa – PB
2011**

Universidade Federal da Paraíba
Divisão de Processos Técnicos
Biblioteca Central UFPB

M827e *Morais, José Jassuipe da Silva.*

Educação entre tornos, notas e salários: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB (1944-1967) / José Jassuipe da Silva Moraes.- João Pessoa, 2011.

155f. : il.

Orientador: Wojciech Andrzej Kulesza

Tese (Doutorado) – UFPB/CE

1. Educação e Trabalho. 2. Formação profissional - indústria. 3. Experiência educacional – operários – indústria. 4. Cultura escolar - operário.

UFPB/BC

CDU: 37+331(043)

JOSÉ JASSUIPE DA SILVA MORAIS

**EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS:
Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren
Rio Tinto/PB (1944-1967)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação
Orientador: Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza

Aprovado em: 25 de outubro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza – PPGE/UFPB
Orientador

Profª. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes – PPGE/UFPB
Membro Interno

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva – PPGE/UFPB
Membro Interno

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior – PPGH/UFPB
Membro Externo

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros – PPGS/UFPB
Membro Externo

DEDICATÓRIA

Ao grande Criador, pela vida.

A minha mãe, pela grandeza de seu amor e proteção de suas preces.

A Ana Paula, esposa e companheira de todos os momentos, e as minhas filhas Isa Paula e Ana Gabriela, que Deus as abençoe no desabrochar da vida.

Aos meus irmãos, amigos e familiares pelo carinho e respeito.

Em Memória:

Ao meu inesquecível pai, por seu exemplo, a quem dedico meus sonhos e minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Wojciech Andrzej Kulesza, meu orientador, pela simplicidade, estímulo e por acreditar na realização deste trabalho.

A todos os professores que contribuíram com a minha formação em aulas ministradas no PPGE.

A todos os colegas com os quais tive convivência no PPGE, em especial os da turma 28, Bruna, Cristiano, Daniela, Erinalva, Ramsés, Rosangela, Tatiana, Vivia e Wilson, o pessoal da linha de História da Educação, pelo apoio e pelas discussões que contribuíram com este trabalho.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação, professores Charliton e Adelaide.

Ao professor Carlos Augusto pelo companheirismo neste período em que estivemos no PPGE.

Ao Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade que nos permitiu apresentar e discutir nosso projeto que agora se torna um trabalho científico completo.

Ao pessoal da Delegacia Regional do SENAI em Campina Grande, em especial a senhora Renata Silva Santos que viabilizou nosso acesso ao arquivo para realização desta pesquisa.

A todos os depoentes que nos permitiram gravar as entrevistas e ainda disponibilizaram seus arquivos pessoais, colaborando de forma relevante para a realização deste trabalho.

Ao meu amigo Clébber Gonçalves pela sua compreensão e amizade.

A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.

Edward Thompson

RESUMO

Na década de 1940, os industriais criaram escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) visando preparar mão-de-obra especializada para o trabalho nas fábricas. No interior da Paraíba, essa ideologia industrial também se tornou evidente por intermédio da fábrica de tecidos situada em um distrito de Mamanguape/PB. Tal empreendimento gerava em torno de quinze mil empregos diretos, fruto da isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), de âmbito estadual, por vinte e cinco anos, concedida pelo governador da época. Por intermédio da Legislação que implantou o SENAI e da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a Escola de Aprendizagem que fosse mantida exclusivamente pelo estabelecimento industrial que a criou, não faria o recolhimento da contribuição compulsória devida ao SENAI, tornando-se assim, uma Escola de Isenção. Dessa forma, esses dois incentivos fiscais contribuíram para atender aos interesses da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) e também para a criação da Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL). Essa Escola de Aprendizagem oferecia formação profissional destinada aos filhos de operários e tinha como finalidade a preparação da mão-de-obra para a indústria local. Assim, este estudo tem por objetivos analisar a experiência educacional dos operários da CTRT e reconstruir a história da Escola do SENAI de Rio Tinto (EACFL). Para tanto, este estudo de caso realizou os seguintes tipos pesquisa: bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental encontra-se circunscrita ao período de 1944-1967 – no primeiro marco temporal a criação da escola em 02 de outubro de 1944 por intermédio do acordo de isenção entre o SENAI/PE e a CTRT. A segunda data diz respeito ao fim do referido acordo de isenção em que a EACFL era mantida exclusivamente pela fábrica de tecidos. Para a coleta de dados documentais, mapeamos diários de classe, fichas de controle de alunos, avaliações, certificados e relações de turmas concluintes. Essa coleta ocorreu nos arquivos da CTRT e da Delegacia Regional do SENAI em Campina Grande/PB. Já na pesquisa de campo, valemos de entrevistas temáticas com ex-alunos/ex-operários da escola e da fábrica, residentes na cidade de Rio Tinto, para a coleta de dados. Recorremos às ideias de Thompson, historiador inglês que tem como um de seus focos de pesquisa a categoria experiência, se articulando com a de cultura. Os resultados indicam que a EACFL, com a filosofia educacional do SENAI, implantou uma cultura escolar para a fábrica e preparava o aluno para transformar-se em um futuro operário eficiente e disciplinado, visando garantir a permanência da exploração do homem pelo capital. No entanto, essa pedagogia capitalista, que capacita para a dominação, criou contornos para fora da escola. A experiência educacional profissionalizante em Rio Tinto por intermédio da escola e da fábrica trouxe também uma educação gerada nesses ambientes de interações sociais e tudo indica que despertou uma nova cultura, ou seja, enfrentar a dominação e mobilizar-se para o âmbito das reivindicações, culminando na organização dos trabalhadores no âmbito sindical e político.

Palavras-chave: Educação e Trabalho. Cultura Escolar. Disciplina. Meritocracia.

ABSTRACT

In the 1940s, created the industrial schools of the National Service of Industrial Learning (SENAI) in order to prepare skilled labor to work in factories. In the interior of Paraíba, this industrial ideology also became evident through the textile factory located in a district Mamanguape/PB. This project generated around fifteen thousand direct jobs, resulting from the exemption from Tax on Goods (ICM), statewide, for twenty-five years, granted by the governor at the time. Through the legislation that implemented the SENAI and the Organic Law of Industrial Education, the School of Learning that was held exclusively by the industrial establishment that created it, would not make the payment of compulsory contributions due to SENAI, thus becoming a School Exemption. Thus, these two tax incentives contributed to serve the interests of the Company Fabric Rio Tinto (CTRT) and also for the creation of the School of Learning Colonel Frederick Lundgren (EACFL). This Learning School offering vocational training for the children of workers and aimed to the preparation of manpower for the local industry. Thus, this study aims to analyze the educational experience of workers in CTRT and reconstruct the history of the School of SENAI of Rio Tinto (EACFL). Therefore, this case study research carried out the following types: bibliographic, documental and field. The documentary research is limited to the period 1944-1967 - the first time in March the creation of the school in October 2, 1944 through the waiver agreement between the SENAI/PE and CTRT. The second date with respect to the end of this waiver agreement in which the EACFL was maintained solely by plant tissues. For the collection of documentary data, mapped daily class, students control sheets, evaluations, certificates and relations of graduating classes. This data was collected in the archives of CTRT and the Regional SENAI in Campina Grande/PB. In the field study, we used interviews with thematic former students/ older workers school and factory, residents in the city of Rio Tinto, to collect data. We use the ideas of Thompson, the english historian who has as one of its foci search category experience, articulating with the culture. The results indicate that EACFL with the educational philosophy of SENAI, implemented a school culture to the plant and preparing students to become future labor efficient and disciplined in order to guarantee the permanence of man's exploitation by capital. However, this pedagogy capitalist, which enables to domination, created outlines outside the school. The vocational educational experience in Rio Tinto through the school and the factory also brought an education generated in these environments of social interactions and everything indicates that sparked a new culture, or face the domination and mobilize to the scope of the claims, culminating the organization of workers in union and political.

Key-words: Education and Work. School Culture. Discipline. Meritocracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reportagem sobre a cidade-fábrica de Rio Tinto – Jornal A União – (1933)	34
Figura 2 – SENAI/PB – Escola de Aprendizagem de Campina Grande (1952)	45
Figura 3 – EACFL de Rio Tinto – Escola do SENAI (194?)	53
Figura 4 – Ruínas da EACFL de Rio Tinto (2009)	53
Figura 5 – Planta Baixa da EACFL (1955)	58
Figura 6 – Resultado de Seleção de Alunos – SENAI de Rio Tinto (1947)	61
Figura 7 – Ficha de Inscrição de Aluno – SENAI de Rio Tinto (1966)	61
Figura 8 – Verso da Ficha de Inscrição de Aluno – SENAI de Rio Tinto (1961)	62
Figura 9 – Material Didático do Serralheiro – SENAI de Rio Tinto	65
Figura 10 – Folha de Tarefa – SMO – SENAI de Rio Tinto	66
Figura 11 – Diário de Classe (1956)	67
Figura 12 – Capa de Caderno Escolar – SENAI de Rio Tinto (1964)	69
Figura 13 – Parte Interna de Caderno Escolar – SENAI de Rio Tinto (1964)	69
Figura 14 – Caderno Escolar – SENAI de Rio Tinto (1964)	70
Figura 15 – Folha de Avaliação – SENAI de Rio Tinto (1949)	71
Figura 16 – Concluintes da 1ª Turma – EACFL – Rio Tinto (1949)	74
Figura 17 – Concluintes da 18ª Turma – EACFL – Rio Tinto (1967) – Última Turma Mantida Exclusivamente pela CTRT	75
Figura 18 – Certificado do Curso de Ajustador 5ª Turma – EACFL – Rio Tinto (1954)	76
Figura 19 – Alunos da EACFL em desfile – Rio Tinto (194?)	78
Figura 20 – Camisa do Fardamento – SENAI Rio Tinto (1967)	80
Figura 21 – Desfile 07 de Setembro – Rio Tinto (1965)	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAO – Cursos de Aprendizizes de Ofícios
COLTERT – Colégio Técnico de Rio Tinto
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CPs – Cursos Preparatórios do SENAI
CTI – Companhia Taubaté Industrial
CTP – Companhia de Tecidos Paulista
CTRT – Companhia de Tecidos Rio Tinto
DRs – Departamentos Regionais do SENAI
DR/PB – Delegacia Regional da Paraíba – SENAI
DN – Departamento Nacional do SENAI
EACFL – Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren
FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIT – Folhas de Informação Tecnológica
FO – Folhas de Operação
FT – Folha de Tarefa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IS – Instrução de Serviço do SENAI
PPGE/UFPB – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba
PPGE/UFF – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
SENAI – Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAI/PB – Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial da Paraíba
SENAI/SP – Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo
SENAI/PE – Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial de Pernambuco
SMO – Séries Metódicas Ocupacionais do SENAI
STE – Setor de Escolas Extintas do Estado da Paraíba
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

ANEXOS

Anexo 1 – Planta Baixa do Prédio da EACFL (1955)	119
Anexo 2 – Termo de Acordo SENAI/CTRT (1955)	120
Anexo 3 – Termo de Acordo SENAI/CTRT (1964)	124
Anexo 4 – Autorização para Aprendizagem de Fiação e Tecelagem na Fábrica (1959)	131
Anexo 5 – Rescisão do Acordo de Isenção SENAI/CTRT (1967)	132
Anexo 6 – 1ª Turma Concluinte da EACFL (1949)	134
Anexo 7 – 2ª Turma Concluinte da EACFL (1950)	135
Anexo 8 – 3ª Turma Concluinte da EACFL (1951)	136
Anexo 9 – 4ª Turma Concluinte da EACFL (1952)	137
Anexo 10 – 5ª Turma Concluinte da EACFL (1953)	138
Anexo 11 – 6ª Turma Concluinte da EACFL (1954)	139
Anexo 12 – 7ª Turma Concluinte da EACFL (1955)	140
Anexo 13 – 8ª Turma Concluinte da EACFL (1956/1957)	141
Anexo 14 – 9ª Turma Concluinte da EACFL (1957)	142
Anexo 15 – 10ª Turma Concluinte da EACFL (1958)	143
Anexo 16 – 11ª Turma Concluinte da EACFL (1959)	144
Anexo 17 – 12ª Turma Concluinte da EACFL (1961)	145
Anexo 18 – 13ª Turma Concluinte da EACFL (1962)	146
Anexo 19 – 14ª Turma Concluinte da EACFL (1963)	147
Anexo 20 – 15ª Turma Concluinte da EACFL (1964)	148
Anexo 21 – 16ª Turma Concluinte da EACFL (1965)	149
Anexo 22 – 17ª Turma Concluinte da EACFL (1966)	150
Anexo 23 – 18ª Turma Concluinte da EACFL (1967)	151
Anexo 24 – Edital de Matrículas para o SENAI – Jornal de Campina Grande (1952)	152
Anexo 25 – Declaração de Aceite CTRT	153
Anexo 26 – Declaração de Aceite SENAI/PB	154
Anexo 27 – Certidão do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB	155

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e fontes de investigação	16
 2. IMBRICAÇÕES ENTRE A FÁBRICA DE RIO TINTO E O SENAI: preparação de braços e mentes para a fábrica	 32
2.1 Características históricas da fábrica e da cidade de Rio Tinto/PB	32
2.2 Educação Profissional em parceria com o SENAI	36
2.3 História do SENAI/PB e de sua sede em Campina Grande	42
2.4 Escolas de aprendizagem do SENAI	45
2.4.1 <i>Escolas de Isenção e sua cultura escolar</i>	48
2.4.2 <i>Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL)</i>	51
 3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE OS MUROS DA ESCOLA: produzindo cultura	 55
3.1 Educação e cultura entre os muros da escola	55
3.2 Dimensão física	57
3.3 Dimensão administrativa	59
3.3.1 <i>Área pedagógica</i>	60
3.3.1.1 Seleção e ingresso	60
3.3.1.1.1 <i>Fichas de inscrição de alunos</i>	61
3.3.1.2 Professores	63
3.3.1.3 Metodologia de ensino	64
3.3.1.4 Diários de classe	67
3.3.1.5 Cadernos escolares	68
3.3.1.6 Avaliações	70
3.3.1.7 Relações de turmas concluintes	72
3.3.1.8 Certificados	76
3.4 Dimensão sociocultural	77
3.4.1 <i>Meritocracia: entre tornos, notas e salários</i>	77
3.4.2 <i>Datas comemorativas</i>	78
3.4.3 <i>Fardamento: economia da camisa</i>	79
3.5 Vozes operárias: entrevistas e histórias orais	81
3.5.1 <i>Procedimentos de coleta</i>	83
3.5.2 <i>Participantes da pesquisa</i>	83
3.5.3 <i>Tratamento dos dados e resultados: análise e discussão</i>	84

3.5.3.1 Das entrevistas	85
3.5.3.2 Dos depoimentos	92
4. REPERCUSSÃO DA ESCOLA NA FÁBRICA, NA CIDADE E NA SOCIEDADE	94
5. CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	107
ARQUIVOS PESQUISADOS	114
ENTREVISTAS	115
APÊNDICES	116
ANEXOS	119

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A presente tese foi idealizada a partir da nossa rotina de trabalho que vem se desenvolvendo em parte, nas instalações da antiga Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), desde 2006, onde funciona a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus IV – Litoral Norte, parte integrante do projeto de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Entendemos como de relevância científica e social reconstruir a história da educação profissional proporcionada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em parceria com a CTRT, não só em função de seu histórico, como também na incorporação de elementos culturais, valorizando os costumes e modos de vida, que produziram uma aprendizagem coletiva entre os sujeitos sociais por intermédio de experiências acumuladas (THOMPSON, 1981).

Sendo assim, estabelecemos como objetivos: analisar a experiência educacional dos operários da CTRT e reconstruir a história da Escola do SENAI de Rio Tinto (Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren, doravante EACFL) no período compreendido entre 1944 e 1967.

A curiosidade para este estudo aflorou com a nossa presença no cotidiano da cidade e pelas representações dos moradores em relação à escola do SENAI, à fábrica e à cultura profissionalizante implantada por essa parceria, como sinônimo de experiência educacional que trazia novas perspectivas de vida para a população local. Pessoas comuns ou detentoras de alguma formação acadêmica, não importando a idade, manifestaram-se de forma semelhante. As opiniões sobre a fábrica e o SENAI se expressaram demonstrando a contribuição dada por essas organizações para o desenvolvimento da cidade. Em geral, esses depoimentos são desprovidos de qualquer crítica em relação à ideologia dos industriais uma vez que essa população, que hoje permanece na cidade de Rio Tinto, não vivenciou determinadas situações de controle social, privações e exploração no trabalho em favor do enriquecimento dos Lundgren.

Valendo-nos do olhar crítico das contribuições de Thompson, (1987b) em relação aos otimistas sobre a condição da classe trabalhadora, entendemos que qualquer visão positiva em relação à fábrica e o SENAI de forma alguma definem as reais condições vivenciadas pelos operários da época, uma vez que não são enfatizadas questões culturais, suas experiências e

suas reais condições materiais. Uma interpretação dessa ordem representa a cultura de se olhar somente certas ações paternalistas, em vez de se ter uma consciência do verdadeiro sentido da ideologia e dos interesses do capitalismo industrial que é a acumulação do capital por intermédio da exploração e alienação do trabalhador, neste caso, utilizando a educação como instrumento.

Dessa forma selecionamos como objeto de estudo, a EACFL, vinculada ao SENAI do Estado de Pernambuco em parceria com a CTRT, uma extinta fábrica de tecidos brasileira, que desenvolveu em instalações cedidas pelo empresariado industrial os cursos de tornearia mecânica, serralharia e ajustagem, tecelagem e marcenaria.

Para Manfredi (2002) a educação profissional no Brasil desde o início do século XX foi impulsionada pelo enorme desenvolvimento da indústria e pelos interesses vinculados aos capitalistas. Era uma proposta de ensino pautada na paz social, na disciplina, na produtividade, na meritocracia e na seleção dos mais aptos para o trabalho na fábrica.

Influenciado pelo corporativismo do Estado Novo, esse modelo de organização de escolas profissionais ratifica a interpenetração entre as esferas pública e privada. Desde sua criação em 1942, o SENAI foi uma experiência educacional profissionalizante marcada por sua ambiguidade entre educação pública e privada, como afirma Cunha (2000). Tal situação fica mais clara quando entendemos que os recursos para o SENAI são arrecadados pelo governo e repassados aos industriais para serem geridos por eles, visando atender os interesses privados e à acumulação de capital. Nesse sentido, a problematização central da presente investigação concentra-se em questões relacionadas à educação profissional voltada aos interesses do capitalismo industrial e às relações de transmissão e renovação de cultura para os trabalhadores de Rio Tinto.

Assim, neste estudo de caso, aliamos-nos às reflexões de Thompson (1987b) e optamos pelo enfoque que utiliza a noção de experiência e cultura. Esse autor propõe a utilização da categoria experiência para a análise da realidade histórico-social. Em sua visão, essa categoria permite ainda perceber a conexão entre fatores econômicos, sociais e culturais. Ele analisou o fenômeno de formação da classe operária, sobretudo cultural, como resultado concreto das lutas dos trabalhadores e seus conflitos com os patrões.

Feitas essas considerações iniciais, apresentamos as questões desta pesquisa:

- 1) Como foi promovida a educação profissional voltada aos interesses da produção por intermédio da EACFL sem considerar as relações de transmissão e renovação de cultura para os operários da CTRT?

- 2) Por que a experiência educacional dos operários da CTRT pode ter favorecido o anseio de emancipação política, econômica, social e cultural nesse movimento escola, fábrica e cidade?
- 3) Como a escola repercutiu na fábrica, na cidade e na sociedade de Rio Tinto?

Essas questões encontram-se respondidas, após a revisão da literatura, nos capítulos 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), em função dos tipos de pesquisa realizados, conforme elucidamos a seguir, abordando as tendências teóricas, os procedimentos metodológicos e as fontes escolhidas.

1.1 Pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e fontes de investigação

O conceito de experiência, no qual esta investigação se fundamenta, envolve o ponto de vista teórico da história social que, por intermédio de seus historiadores, alarga o conceito de fontes e objetos de pesquisa, trazendo também uma abordagem das práticas de grupos sociais que estiveram ao longo dos anos à margem no contexto da história oficial, o que foi chamada de “história de baixo para cima” (HOBBSBAWM, 1998, p. 216).

Recorremos às ideias de Thompson (1981), historiador inglês que tem como um de seus aspectos de pesquisa a categoria experiência, articulando-a com a de cultura, quando afirma que:

Com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção [...], pois *as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou* (através de formas mais elaboradas) *na arte ou nas convicções religiosas* (idem, p.189, grifo nosso).

A consideração ora apresentada nos ajuda esclarecer como experiência e cultura se articulam, em um formato mais amplo, pois esclarecemos que a análise desenvolvida nesta pesquisa gira em torno de alunos/operários, os quais, vivenciando experiências na escola, na fábrica e na cidade que habitavam, mesmo de forma involuntária assumiram uma identidade de interesses entre si nesse cotidiano. Dessa forma, nessas relações sociais desenvolveram uma consciência de classe, que é, por sua vez, a forma como tais experiências são tratadas culturalmente (THOMPSON, 1987b).

A partir dessa interpretação, cabe destacar que há um indicativo de coerência da categoria cultura na articulação com esta pesquisa que se refere à história de uma instituição educativa profissionalizante. Entendemos que, por intermédio da cultura escolar e das práticas escolares, foram geradas práticas culturais para a classe operária. É nessa direção que conduzimos esta investigação, ou seja, análise e destaque da escola como objeto de estudo e sua contribuição cultural para a sociedade de uma localidade com característica industrial.

Temos o entendimento que o fenômeno cultural tem sua complexidade e por este motivo apresentamos noções conceituais básicas de cultura.

Thompson (1998) observa que em períodos anteriores, o termo “costume” foi empregado para se referir ao que hoje entendemos como “cultura”. Para ele, “o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual os interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 1998, p. 16). Em seu entendimento, “muitas das disputas clássicas do início da Revolução Industrial diziam respeito tanto aos costumes, como aos salários e condições de trabalho” (idem, p. 16).

O conceito de cultura é ainda entendido por Thompson em uma visão antropológica como um

sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole [...] (ibidem, p. 17).

As explicações apresentadas reportam-se ao entendimento de uma cultura plebéia de cerimônias e procissões de ofícios costumeiras em que se comemoravam coroações e aniversários. Elas eram temidas pelos patrões por propiciarem explosões de alegria podendo trazer manifestações de reivindicações. Sendo assim, esses costumes, ritos e crenças poderiam ser mantidos como tradições e poderiam incitar as massas populares para assuntos relacionados a melhorias sociais, por intermédio dessa cultura.

Sendo assim, segundo Salvador (1971, p. 37), “seja como for, o social tende a se tornar cultural, expressando-se e institucionalizando-se em símbolos. Sem eles, o social não teria continuidade”. Assim, compreendemos que, por intermédio das experiências a cultura vai-se construindo e criando um sistema de símbolos.

Nessa direção, Morin (1997, p. 15) entende cultura como “um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos e orientam as emoções”. Com essas observações podemos interpretar que no

presente estudo essa permanente construção de cultura pode ser um símbolo das aspirações operárias na busca por ascensão social advinda de motivações instintivas e emocionais no que se refere a sua condição social e sua sobrevivência.

O que queremos sugerir é que acreditar na transformação social, por intermédio das reivindicações de direitos, tornou-se o símbolo da causa operária em Rio Tinto, conforme afirma Vale (2008, p. 56-57, grifo nosso):

A experiência operária, [...] deve ser entendida como resultado de herança e partilha de experiências anteriores. Neste sentido, evidencia-se alguma movimentação operária em 1930, 1946 e 1951 e a atuação do primeiro sindicato em 1932. O conhecimento das primeiras manifestações operárias é fundamental para compreensão do *processo de formação da classe trabalhadora em Rio Tinto*.

Esse processo de formação da classe operária foi constituído nos conflitos e na cultura de luta dos trabalhadores em busca de seus direitos e espaços estratégicos como a presidência do Sindicato e a Prefeitura da cidade, ambos conquistados pelos operários. As ações ora referidas nos permite aplicar os conceitos de Thompson (1987a) quando se refere ao processo de conscientização conjunta dos trabalhadores em confronto com os interesses do capitalismo e de outras classes. Essas experiências são classificadas pelo citado autor como consciência de classe, pois em sua concepção, sem ela não poderia existir a classe social.

Assim, o processo de formação da classe operária de Rio Tinto se deu pelo confronto com os Lundgren. “Nesses confrontos, é possível perceber o delineamento das subsequentes formações de classe, bem como da consciência de classe [...]” (THOMPSON, 1998 p. 21).

Esse processo de organização dos operários em Rio Tinto trouxe a crença na possibilidade de luta e transformação social que para Thompson (1998), obrigatoriamente passa pela concepção de cultura, oriunda das experiências de homens e mulheres, ou seja, dos trabalhadores.

Tal perspectiva pode trazer a formação de uma cultura com vistas à emancipação, não uma “cultura erudita, transmitida na escola e sancionada pelas instituições e sim a cultura criada pelo povo, que articula uma concepção do mundo e da vida em contraposição aos esquemas oficiais” (BOSI, 1973, p. 53-54).

A mesma autora afirma que a cultura popular tem sua caracterização no âmbito interno de “cada hábito, crença ou técnica [...] na vivência não consciente, mas emotiva. Outra característica da cultura popular é que ela se reelabora constantemente” (BOSI, op. cit., p. 54-55). Dessa forma, esse processo de reelaboração faz com que a cultura popular se caracterize

como “uma educação informal [...] uma educação que orienta e revigora comportamentos, faz surgirem crenças e valores [...]” (BOSI, op. cit., p. 55).

Esse revigoramento e essas novas crenças e valores nos fazem apresentar as contribuições de Rancière (1988) quando afirma que os proletários, por conta própria praticavam a filosofia da emancipação. Uma forma de estreitar a distância dos sonhos adultos em busca de outra vida, a manutenção da vigilância ostensiva na intenção de transgredir a barreira que separa os que pensam dos que trabalham com as mãos.

Nesse sentido, essa filosofia da emancipação nos permite observar os “militantes formados na escola da fábrica [...] operários sublimes fazendo de sua própria habilidade o instrumento de sua resistência à disciplina da fábrica” (RANCIÈRE, 1988, p. 24).

Por essas palavras percebemos que essa resistência pode ser traduzida como materialização de uma cultura preocupada com a preservação “da luta operária, da cultura popular ou da sabedoria plebéia. [...]” (RANCIÈRE, op. cit., p. 27).

Essa luta operária e a formação da cultura operária ainda se fazem presente nos escritos de Rancière quando aborda o sonho operário nas noites subtraídas que ao invés do descanso, se dedicam a “noites de estudo, noites de embriaguez [...] ouvir a palavra dos apóstolos ou a lição dos instrutores do povo, para aprender, sonhar, discutir e escrever” (RANCIÈRE, op. cit., p. 10). Os proletários decidiram lutar contra a servidão e a dominação e tentaram mudar a vida, trocando o sono e o repouso, pela busca de uma cultura que lhe permitisse sonhar, aprender e se instruir para lutar pela emancipação operária e ascensão social, uma cultura de conflito e resistência, uma cultura operária. Cultura essa que traduz a idealização do sonho de realizar “a suspensão da ancestral hierarquia que subordina” (RANCIÈRE, op. cit., p. 10).

Ainda destacando a concepção de cultura, nos valem de Childe (1961 apud Salvador, 1971, p. 82) quando aborda a concepção de cultura de forma ampliada e

compreende como todos os aspectos do comportamento humano que não constituem reflexos ou instintos inatos. É tudo que o homem obtém com a educação, com a sociedade e seus semelhantes [...]. Inclui a língua e a lógica, a religião e a filosofia, a moral e as leis, [...] roupas, casas e até a escolha da comida. É em suma, o estilo de vida de um povo e tudo o que dele decorre, transmitido e aprendido pela sociedade.

Partindo dessas noções de cultura apresentadas podemos interpretar que delas se origina a cultura de classe e sua transmissão ocorre nas relações sociais que buscam os ideais emancipatórios da luta contra a dominação e a subordinação, ou seja, uma luta de classes.

Sendo assim, do ponto de vista da divisão da sociedade “as classes são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras, pelo lugar ocupado em determinado sistema histórico [...], por sua relação [...] com os meios de produção” (LENIN, 1948, p. 602 apud VINHAS, 1970, p. 14). Sendo também definidas pelo citado autor como “grupos de pessoas onde umas podem se apropriar do trabalho das outras, devido aos lugares diferentes que ocupam em um sistema definido como economia social” (Idem, p. 14).

Ao que se refere especificamente à concepção de classe operária, Hardt e Negri (2005, p. 13) definem em dois sentidos:

Em sentido estrito: a) para distinguir os trabalhadores dos proprietários que não precisam trabalhar para se sustentar; b) para separar os operários dos demais trabalhadores e refere-se apenas aos trabalhadores industriais, distinguindo-os dos trabalhadores da agricultura, do setor de serviços e de outros setores. *Em sentido amplo,* a classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, diferenciando-os dos pobres que prestam serviços domésticos sem remuneração e de todos os demais que não recebem salário. (grifo nosso)

A interpretação das definições ora explanadas e a realidade de nossa pesquisa nos insere na proposta de que os industriais pretendiam se apropriar do trabalho dos alunos/operários da EACFL, tornando-os força de trabalho para a CTRT, delimitando assim a divisão entre trabalhadores e proprietários num dado contexto social. Essa distinção entre os Lundgren e os trabalhadores de Rio Tinto nos faz inferir que tivemos uma classe operária em formação, processo esse que é “resultado de herança e partilha de experiências anteriores” (THOMPSON, 1987a). Tal inferência tem a intenção de reforçar nossa defesa de que o movimento da classe operária riotintense, teve uma significativa contribuição, embora que indireta, da educação profissional promovida na escola, educação essa pautada na disciplina, mas que de forma silenciosa se desenvolvia também uma resistência a essa disciplina e sutilmente era transmitida para fora dos muros da instituição escolar.

Nesse sentido achamos importante destacar o conceito de disciplina, uma vez que a nosso ver, é um ponto que merece destaque por ser uma prática exigida na EACFL para impor limites e regras no intuito de manter a ordem e o controle sobre os alunos e seus corpos. Em relação a esse assunto nos valem das contribuições de Foucault quando afirma que há o uso “do corpo como objeto e alvo de poder. [...] corpo que [...] se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2004, p. 117). Ao longo de seu trabalho, esse autor enfatiza a disciplina e o controle sobre as pessoas e afirma que “em

qualquer sociedade, o corpo esta preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (idem, p. 118).

Portanto é apropriado afirmar que a educação promovida pela escola objeto deste estudo na sua intenção de treinar, impor limites e proibições, inseria em suas práticas escolares a disciplina, uma ação que “adestra os corpos no intuito de tanto multiplicar suas forças, para que possam gerar riquezas, quanto diminuir sua capacidade de resistência política” (GAMA, GAMA e PINHO, 2009, p. 1).

Essa noção de disciplina entendida como adestramento fez os alunos exercitarem o treinamento, a obediência, a habilidade para atividades industriais, visando uma maior produtividade nas oficinas da fábrica. Nesse sentido, o objetivo era provocar o aumento da riqueza dos Lundgren e a alienação do trabalhador. Logo, fica evidente que a CTRT “fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, op. cit., p. 126). Essa observação nos faz retomar a discussão sobre disciplina e entendê-la como elemento da cultura escolar da EACFL.

Dessa forma recorreremos novamente às contribuições de Foucault quando aborda a disciplinarização nas escolas afirmando que há na própria sala de aula um exercício de hierarquia e um conjunto de disposições obrigatórias a serem cumpridas. Expõe que tal adestramento é percebido nas

[...] filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; [...] alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento [...] marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (FOUCAULT, op. cit., p. 126).

As observações anteriores realçam pontos significativos que se assemelham com a proposta da EACFL no qual identificamos como destaque o intuito de vigiar, hierarquizar e recompensar os alunos segundo seus desempenhos, seu comportamento e seus méritos. Nessa exposição de conceitos destaca-se a cultura da meritocracia praticada na EACFL como assunto a ser abordado a seguir.

Assim, no que se refere à meritocracia, apresentamos noções conceituais básicas de mérito e meritório. O dicionário Aurélio (FERREIRA, 1975, p. 914, grifo nosso) os define assim: “*mérito* como significado de merecimento e *meritório*, referente aquele que merece

prêmio ou louvor”. Oriunda desses significados, a meritocracia é um conceito relacionado ao alcance de resultados acadêmicos, profissionais, desportivos, etc. Está relacionado ao reconhecimento do esforço de um aluno, atleta ou trabalhador. A premiação como recompensa sempre esteve ligada aos indivíduos que se destacaram em alguma atividade ou tarefa.

Portanto, na tentativa de trazer esclarecimentos conceituais, entendemos ser relevante enfatizar as noções de experiência, cultura popular, cultura de classe, classe operária, disciplina e meritocracia, como fundamentação para a presente investigação.

Após a exposição desses pressupostos teóricos, nos remetemos aos procedimentos metodológicos e esclarecemos que devido aos objetivos formulados, optamos pela metodologia do Estudo de Caso. De acordo com André (1995, p. 51) o Estudo de Caso é preferido quando: “as perguntas da pesquisa forem do tipo “como” e “por quê”?; quando o pesquisador tiver pouco controle sobre aquilo que acontece ou que pode acontecer; quando o foco de interesse for um fenômeno contemporâneo que esteja ocorrendo numa situação de vida real”.

A utilização da pesquisa *Estudo de Caso* deve acontecer quando desejarmos entender um fenômeno social complexo. Assim, esta metodologia demanda diversas fontes de informação/evidências, razão por que trabalhamos com os seguintes tipos de pesquisa:

a) *documental*: circunscrita à descrição e à análise de documentos da EACFL, durante o período de 1944 a 1967 entre a fundação da escola e o término de sua manutenção pela CTRT.

O objetivo da pesquisa documental é recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia. Conforme Gil (2009, p. 51), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Michel (2005, p. 39) destaca que pesquisa documental “trata-se da consulta aos documentos, aos registros pertencentes ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema. Devem ser pesquisados documentos [...] como: regimentos, estatutos [...] e documentos de rotina”.

b) *revisão da literatura por meio da pesquisa bibliográfica*: do período de 1942 a 2011, buscando analisar o estado da arte sobre o tema em pauta. Neste tipo de pesquisa, não apenas resumem-se ideias de vários autores, mas sim, constitui-se de estudos sistemáticos e críticos sobre o tema, mediante o uso de metodologia própria.

Segundo Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. Marconi e Lakatos (2008, p. 45) destacam ainda que:

No conhecimento da bibliografia faz-se necessário consultar, ler e fichar os estudos já realizados sobre o tema, com espírito crítico, valendo-se da literatura especializada, a partir dos trabalhos mais gerais e indo a seguir para os estudos mais específicos.

Ainda sobre esse assunto, Silva (2003, p. 60) afirma que “a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente ou como parte da pesquisa empírica. Essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas”.

Após esta etapa, é necessária a análise e a consolidação dos dados, por meio de comparações, para apontar as categorias que se evidenciaram. Inicia-se, então, a análise lógico-interpretativa fundamentada e consistente, conforme os objetivos apresentados na proposta da investigação, intentando-se dar tratamento ao problema de pesquisa. De acordo com Soares (1995, p. 43), o pesquisador precisa ter em mente que:

A argumentação consiste em apresentar uma tese, caracterizá-la devidamente, apresentar provas ou razões que estejam ao seu favor e concluir, se for o caso, pela sua validade; para evitar dúvidas, as razões contrárias também devem ser examinadas para prevenir objeções.

O processo lógico do raciocínio pode, então, ser dedutivo ou indutivo, com ou sem uso de analogias, permitindo a articulação das ideias e dos fatos portadores de razões que comprovem aquilo que se quis demonstrar.

c) *pesquisa de campo descritiva*: segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 75):

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Essas autoras destacam também que a pesquisa de campo descritiva abarca dados coletados por meio de instrumentos (questionários, entrevistas, formulários de observação), sem interferência do pesquisador e consiste em levantamentos ou observações sobre fatos, fenômenos ou problemas que devem ser registrados, analisados, classificados e interpretados.

Nesta modalidade de pesquisa, optamos por utilizar as entrevistas temáticas com roteiro semiestruturado de perguntas, visando à coleta da história oral.

Sob essa ótica, por meio de fontes orais e documentais, reforçamos a relevância de tentarmos reconstruir o ciclo de vida dessa instituição escolar profissionalizante, uma vez que há o reconhecimento por parte do Departamento Regional do SENAI da Paraíba, com sede em Campina Grande, no que tange à data de instalação da EACFL (1944) e também atesta que a referida escola é considerada a primeira unidade do Sistema SENAI no Estado da Paraíba, criada antes mesmo da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) de acordo com Oliveira e Rodrigues (2009). Observamos que houve dificuldade para a realização desta pesquisa por motivo da escassez de documentação. Não foram localizadas atas, alguns convênios importantes e demais documentos administrativos da escola. Obtivemos informações que muito material de arquivo foi enviado de Rio Tinto para o SENAI de Bayeux e em visita a esta unidade, não tivemos como pesquisar sob alegação que a documentação não se encontrava lá. O acesso aos arquivos do SENAI foi de forma restrita, ressaltando-se atitudes de boa vontade de alguns funcionários da FIEP/SENAI de Campina Grande.

Algumas fontes contribuem para a reconstituição dessa história por indícios. Recorremos, então, ao apoio de Ginzburg (1999) com seu paradigma de saber indiciário, cuja força está na observação do pormenor revelador, fazendo aproximação do cotidiano escolar dessa instituição de ensino profissionalizante, tema este ainda não explorado pela pesquisa em História da Educação da cidade de Rio Tinto, fato que contribui para o ineditismo do presente trabalho.

Sintetizando essa visão sincrética inicial, ressaltamos que, nessa direção, nosso trabalho investiga a EACFL, pelo fato de essa escola ter sido considerada como o principal instrumento educacional da localidade e, tudo indica que tenha desempenhado destacado papel na produção da força de trabalho riotintense.

O título escolhido – EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren, Rio Tinto/PB (1944-1967) – denota que foi idealizado durante o processo de pesquisa pelo fato de os *tornos* se referirem ao ofício de

Torneiro Mecânico, que gozava de maior prestígio entre os aprendizes, além de gerar status social fora da fábrica e dos muros da escola.

Os itens *notas e salários* são associados à meritocracia incentivada pela CTRT, que premiava com remuneração em dinheiro os três alunos classificados com maiores notas da turma. *Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren, Rio Tinto/PB* por ser o nome da instituição escolar e a localidade em que se situava, e a demarcação do período (1944-1967) ocorre pelo fato de a EACFL ter sido criada no primeiro marco de temporalidade em consequência do *acordo de isenção* entre o SENAI/PE (ao qual Delegacia Regional da Paraíba – DR/PB estava subordinada) e a CTRT. A segunda data diz respeito ao fim do *regime de isenção*, quando em 12 de junho de 1967 foi assinado entre a CTRT e a DR/PB, um termo de entendimento sobre a passagem da EACFL, com seus equipamentos, para o SENAI/PB, por não lhe interessar mais a manutenção da escola, preferindo o regime normal de contribuições (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2009).

Destacamos a escolha por esses vinte e três anos de atuação da Escola sob a direção de Rogé Maciel Pinheiro, por se tratar, em nosso entendimento, como a fase mais significativa da instituição; período esse, caracterizado pela participação efetiva da CTRT em virtude de ser mais barato para a fábrica manter sua própria escola do que pagar a contribuição ao SENAI. De 1968 até 1984 (ano de fechamento da escola), a CTRT não mais patrocinou a organização escolar, ficando sua manutenção a cargo do SENAI/PB. Enfim, em relação a esse título, podemos dizer que é uma menção à “prática da educação entre tornos, notas e salários” que traduz a leitura que fizemos das fontes pesquisadas.

Assim, mediante fontes documentais, complementadas com as fontes orais, buscamos a reconstrução das experiências vividas, voltamos ao passado por intermédio das visitas aos arquivos e das entrevistas com os ex-operários. Esta foi a maneira que escolhemos para construirmos nosso caminho de pesquisa.

No sentido de reconstruir a história da escola que nos propusemos a pesquisar, recorremos às:

‘novas’ fontes que vêm sendo utilizadas em trabalhos recentes de História da Educação. [...] a imprensa pedagógica, o livro escolar, o caderno do aluno, o mobiliário, o uniforme, por exemplo, não servem apenas para nos fazer aproximar de um aspecto da realidade que estamos investigando [...] passam a interessar, pois dizem também sobre um passado educacional (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 82).

Tal ampliação no uso de fontes, como já enunciado quando explicitamos a pesquisa documental, fez-nos examinar fichas de inscrição dos alunos, cadernos escolares, currículo, metodologia, avaliações, cadernetas, diários de classe e fardamento. Dessa forma, não podemos negar que esses componentes pedagógicos e o fato da escola ainda não ter sido objeto de estudo atizam a sensibilidade deste pesquisador e contribuem para a construção do passado educacional da EACFL.

Como afirma Vale (2008, p. 18), “diante da constatação de que algumas produções não acadêmicas sobre Rio Tinto, apenas tangenciam os trabalhadores, alçando os Lundgren como artífices da história desta cidade-fábrica”, este trabalho também vai além da biografia *Um sueco emigra para o Nordeste* (Goés, 1964), do livro *O extinto Rio Tinto* (Fernandes, 1971) e de outra obra do mesmo autor *Rio Tinto: o extinto*, de 1973.

Contrapomo-nos a uma história já contada por esses autores e destacamos as experiências de um grupo de aprendizes em uma escola profissionalizante. Apoiamo-nos novamente nas contribuições teóricas de Thompson (1987a, p. 13), quando expõe que está procurando escrever sobre o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual *obsoleto*, o artesão *utópico*. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado ultrapassadas. Sua hostilidade ao novo industrialismo, retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se transformado em sonhos. Suas conspirações talvez possam ser consideradas imprudentes, mas eles viveram nesses períodos de aguda perturbação social, e nós, não. Esse recorte nos auxilia a entender a preocupação do autor em reconstruir as *experiências de pessoas comuns*. É dessa forma, que pretendemos reconstruir a *história dos de baixo* em Rio Tinto: fundamentada na experiência educacional dos operários da CTRT.

Então, explicitando a trajetória metodológica empreendida, para atingirmos nosso propósito, realizamos inicialmente a pesquisa documental. Para a coleta de fontes, visitamos em Rio Tinto, o escritório da CTRT ainda em atividade. Nessa fase, tivemos acesso ao setor de recursos humanos, no qual pudemos efetuar digitalização de documentos, como fichas e livros de registro dos empregados, e aos arquivos. Tentamos identificar operários que pudessem ter estudado na EACFL e trabalhado na fábrica. Paralelamente, fomos informados por funcionários da CTRT que nos atendiam sobre os nomes de alguns ex-operários/alunos que poderiam nos conceder entrevistas.

No momento seguinte, visitamos o arquivo da Inspetoria Técnica de Ensino do Estado da Paraíba (Setor de Escolas Extintas – STE), João Pessoa/PB. Neste local, buscávamos documentos da EACFL, já que deduzimos ser uma escola inativa, porém, somente encontramos documentos do Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT) que, segundo seu

regimento de 1973, tinha como objetivo a formação profissionalizante de adolescentes em nível médio, nos cursos Técnico em Contabilidade e Formação de Magistério da cidade. Constatamos que a CTRT patrocinava para seus funcionários, parcial ou às vezes integralmente, a mensalidade nesta escola de ensino privado. O COLTERT surgiu para atender às necessidades funcionais da CTRT, preparando trabalhadores para atuação nos escritórios da fábrica de tecidos, em serviços auxiliares do comércio e em assessoria burocrática, e o curso de Magistério visava atender à demanda de professores para as escolas de ensino regular e profissional da região.

Em outro instante, visitamos o SENAI do Distrito Industrial em João Pessoa e fomos informados pelos funcionários que talvez alguns documentos referentes à EACFL poderiam ser encontrados em arquivos da DR/PB em Campina Grande. Foi uma informação importante para o andamento de nossa pesquisa, pois, ao visitarmos esses arquivos, tivemos muitos esclarecimentos importantes sobre a EACFL. Inclusive, encontramos uma caixa de arquivo no canto de um armário, que continha vários documentos como: relação de alunos concluintes de todas as turmas do período de 1949 a 1984.

Também localizamos diários de classe com notas de algumas turmas e modelos de provas. Em outra caixa, agora de madeira, estavam arquivadas fichas de inscrição dos alunos de vários anos. As fichas desta caixa serviam para um funcionário da DR/PB emitir declarações para os ex-alunos contarem como tempo de serviço para a aposentadoria do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), aproveitando o período que estudaram e trabalharam nas oficinas da EACFL e da CTRT.

Estivemos também nos arquivos do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. Nesse momento, examinamos jornais e revistas com o objetivo de localizarmos informações sobre o SENAI/PB. Ativemo-nos ao *Jornal de Campina* nas décadas entre 1940 e 1960. Dentre várias publicações, no dia 07/12/1952, encontramos o edital para formação da primeira turma de alunos para o SENAI de Campina Grande.

Realizamos, como segunda etapa, levantamento de bibliografias que abordavam esses temas como os livros: *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo* (MORAES, 2003); *O ensino profissional na irradiação do Industrialismo* (CUNHA, 2000); *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil – 1920-1964* (WEINSTEIN, 2000); *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano* (PANET et al, 2002); *De homens e máquinas* (SENAI/SP, 1991); *Sociedade e poder político no nordeste: o caso Paraíba – 1945-1964* (MELLO, 2001); *A vida das fábricas: cotidiano operário em São Paulo* (DECCA, 1987); *Uma saga da criatividade brasileira* (LOPES, 1982).

No âmbito dos artigos levantamos: A escola de aprendizes artífices (KULESZA, 2010, In: *A escola e a igreja nas ruas da cidade*); *Das escolas mistas industriais ao grupo escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial – CTI e divulgada pelo CTI Jornal – 1937-1941* (GONÇALVES, 2008; In: RBHE, set-dez); O ensino industrial: memória e história (RIBEIRO, 2005, In: *Histórias e memórias da educação no Brasil*); A trajetória da educação profissional (SANTOS, 2007, In: *500 anos de educação no Brasil*).

As teses e dissertações que abordaram o tema Rio Tinto foram utilizadas em citações neste trabalho. Também utilizamos como consulta a dissertação do PPGE/UFF: *A educação entre fios e rendas: escola fábrica de rendas Arp – Nova Friburgo – RJ* (OLIVEIRA, 2004) e a tese *Escola industrial de Cuiabá: gênese e organização –1942-1968* (KUNZE, 2011). Outros materiais foram utilizados, porém, relacionamos os que achamos ter maior relevância.

Enfim, visitamos os acervos da Biblioteca Central da UFPB, da Cúria Metropolitana – Arquidiocese da Paraíba, do Arquivo Histórico da Paraíba na Fundação Espaço Cultural e, também, fomos à FIESP/CIESP para obtermos material do Projeto Memória elaborado pelo SENAI/SP com o título *O giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho* (1992).

Vencida a etapa de peregrinação pelos arquivos à procura de fontes documentais, descrevemos, agora, as demais etapas dos procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desta tese.

Apresentamos ilustrações de alguns temas abordados no corpo do trabalho, como também acrescentamos outros como anexos. Utilizamos fotos e recortes de documentos digitalizados, oriundos de vários acervos, inclusive elaboração própria, para que o leitor tenha condições de visualizar e materializar alguns documentos escritos e documentais com a finalidade de gerar a compreensão do fato histórico.

Como 3ª etapa, procedemos à pesquisa de campo descritiva, apresentando relatos breves de entrevistas com ex-operários, objetivando trazer a compreensão de acontecimentos e conjunturas específicas em um recorte sócio-histórico. Foram entrevistas curtas que Alberti define como *temática*, ou seja, “são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 37).

Sendo assim, ao utilizar a entrevista de história oral “podemos falar de um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória levado a cabo tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador” (ALBERTI, 2004, p. 37).

Nesse sentido, Le Goff (2003) expõe que a memória, visando conservar certas informações, remete-nos, em primeiro plano, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais, o homem pode atualizar as impressões ou informações passadas, ou as que ele concebe

como passadas. Para esse autor (p. 422), “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história [...]”. Percebemos no pensamento de Le Goff que podemos trazer informações passadas para o momento atual por intermédio da memória, fazendo ressignificações dos fatos e reconstituindo a memória social de forma crítica.

Ainda sobre *história oral* apresentamos outras contribuições na perspectiva de esclarecer o tema ora apreciado. Segundo Paul Thompson (1992), a apresentação da história com evidência oral abre novas possibilidades, sendo importante a escolha do trecho mais expressivo, ou que o pesquisador possa dar forma a uma exposição, semelhante a quando se escreve história a partir de documentos. As fontes orais podem-nos auxiliar a entender como se constitui um contexto e acenam com a promessa de avançar nessa compreensão de modo fundamental.

Para ele, a história oral torna possível um julgamento mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isto propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. A história oral implica, para a maioria dos tipos de história, certa mudança de enfoque. Assim, o historiador da Educação passa a preocupar-se com as experiências dos alunos, dos professores e de outros sujeitos envolvidos no processo.

Tal preocupação condiz com o propósito do presente trabalho que é trazer, também por meio da história oral, as memórias de ex-operários sobre as experiências vividas durante os cursos de aprendizes na EACFL e suas atuações como operários da CTRT.

Continuando as observações sobre o tema ora em exposição, encontramos em Meihy e Holanda (2007) a afirmação de que existe uma diversidade de conceitos e definições que podem atender aos que se preocupam em entender a função da história oral como forma de pensar a sociedade contemporânea. Para esses autores, os pesquisadores, valendo-se de diálogos gravados, captam percepções da vida social de maneira que possam se constituir em fontes ou documentos. Eles afirmam que o ponto de partida das entrevistas em história oral implica aceitar procedimentos feitos no presente, mediante gravações de expressões orais, com a intenção de articular ideias e reconstituir o passado.

Em face às inúmeras definições e conceitos sobre *história oral* que fazem parte do livro *História oral: como fazer, como pensar*, selecionamos a que melhor se adapta à nossa forma de pensar sobre o assunto: “História oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de entrevistas gravadas em aparelhos eletrônicos e transformadas em textos escritos” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p.19).

Foi dessa maneira que esta pesquisa se desenvolveu: além da pesquisa documental, analisamos as histórias e memórias das experiências em relação à educação profissional proporcionada pela EACFL à CTRT, contadas pelos antigos operários, residentes no município de Rio Tinto.

Este trabalho estrutura-se em cinco capítulos.

No primeiro apresentamos os aspectos introdutórios, os pressupostos metodológicos e as fontes de investigação.

No segundo, expomos o histórico da fábrica e da cidade de Rio Tinto. Em seguida, explicitamos por que o SENAI e a CTRT implantaram em Rio Tinto uma escola para os operários e seus filhos na década de 1940. Abordamos, inicialmente, a criação do SENAI como uma experiência educacional desenvolvida, desde a sua criação em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, que visava atender à necessidade de formação de mão-de-obra para o trabalho industrial. Apresentamos, também, o caminhar histórico do SENAI/PB. Acrescentamos, ainda, a forma como a educação profissional e a expansão do SENAI foram viabilizadas em Rio Tinto pela CTRT em 1944. Ainda neste capítulo, apresentamos em detalhes o nosso objeto de estudo.

No terceiro capítulo, desenvolvemos a pesquisa documental em que analisamos a educação profissional dentro dos muros da escola, idealizada para produzir uma cultura escolar para a fábrica. Acrescentamos ainda a análise e discussão – com base na fundamentação teórica – das vozes operárias e suas experiências educacionais na EACFL. Nesse sentido, delineamos os procedimentos de coleta, apresentamos os participantes da pesquisa, fundamentamos a escolha dos instrumentos e a estrutura do roteiro semiestruturado de perguntas.

No quarto capítulo, discutimos os reflexos que a escola profissionalizante trouxe para a fábrica, para a cidade e para a sociedade de Rio Tinto. Trabalhamos essa interação por intermédio das experiências e do cotidiano vividos na EACFL, no sentido da formação de cultura entre os alunos e seu meio social.

No quinto e último capítulo procedemos à conclusão – com base nos resultados encontrados – defendemos a tese de que a experiência educacional da EACFL em Rio Tinto, patrocinada pela CTRT, cujo interesse era transformar aprendizes de ofícios em futuros operários para o trabalho na fábrica, fez com que, internamente, existisse uma ação de concepção de cultura que, mesmo acontecendo dentro dos muros da escola para o grupo que fazia parte dessa instituição educativa, criou contornos para fora da escola, interagindo com outras formas de cultura repercutindo na cidade e na sociedade.

De forma sucinta, antecipamos que, com este trabalho, desejamos contribuir para a História da Educação e, como afirma Ciavatta (2007), vindo do espaço da escola para o espaço da fábrica ou vice-versa, caminhamos pela cidade com imprecisões, alusões, palavras interrompidas, suspiros e reticências. Neste caminhar, tentamos interpretar o que as pessoas disseram, o que os pesquisadores conseguiram compreender e registrar, utilizando os fragmentos da memória que se articulam com as falas, com os documentos e com as ilustrações.

Em suma, relatamos a experiência educacional dos ex-operários da CTRT e intentamos elaborar mais um capítulo da História, no tocante à educação e ao trabalho na Paraíba. Com este estudo, não só fazemos um convite ao leitor que deseja conhecer um pouco mais sobre a História da Educação da cidade de Rio Tinto/PB, como também incitamos futuros pesquisadores a ampliar o foco aqui circunscrito.

CAPÍTULO 2

IMBRICAÇÕES ENTRE A FÁBRICA DE RIO TINTO E O SENAI: preparação de braços e mentes para a fábrica

Neste capítulo – valendo-nos de consciência crítica sobre a exploração e a alienação humanas por meio do Capital – temos como objetivo situar o leitor no contexto sócio-histórico deste estudo, abordando os seguintes aspectos: panorama sobre a fábrica e a cidade de Rio Tinto; Educação profissional em parceria com o SENAI; história do SENAI da Paraíba e sua sede em Campina Grande; Escolas de aprendizagem do SENAI, subdividindo-o em: Escolas de Isenção e sua cultura escolar e, Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL).

2.1 Características históricas da fábrica e da cidade de Rio Tinto/PB

Rio Tinto é uma pequena cidade do interior da Paraíba que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possuía, em 2007, uma população estimada em pouco mais de 23 mil habitantes, com área territorial de 466 Km², localizada na microrregião do Litoral Norte paraibano, distante 52 quilômetros da Capital do Estado, João Pessoa. Limita-se ao Norte com a Baía da Traição e Mataraca, ao Sul com Mamanguape, a Leste com o Oceano Atlântico e, a Oeste, com Sapé (IBGE, 2009). Deve seu nome à cor rubra das águas do Rio Vermelho pelo qual é banhada. Foi um dos primeiros núcleos civilizados do território da Paraíba, remontando aos primórdios de sua história no século XVII.

O povoado teve seu início nas terras do Engenho Preguiça em torno do qual cresceu. Seu desenvolvimento histórico, tudo indica, foi intimamente ligado ao da fábrica de tecidos de propriedade dos irmãos Lundgren (Arthur Herman, Frederico João, Guilherme Alberto e Ana Louise), filhos de Herman Theodor e Elizabeth Stolzenwald. Tal núcleo fabril é semelhante ao primeiro da família Lundgren situado na cidade de Paulista, Pernambuco, uma localidade rural pertencente ao município de Olinda, que foi adquirido em 1904 pelo patriarca Herman Lundgren (GUNN e CORREIA, 2002). O referido empreendimento chamava-se Companhia de Tecidos Paulista (CTP).

Com a guerra de 1914, o carvão mineral importado e usado nas fábricas de Paulista, escasseou. Os Lundgren foram, então, obrigados a usar madeira como combustível para não interromperem a produção. Após algumas experiências frustradas, conseguiram, sob

orientação de técnicos alemães, adaptar suas caldeiras para a utilização do carvão vegetal. Finda a guerra em 1918, Frederico João Lundgren viajou à Alemanha onde comprou quatro caldeiras semi-novas, que empregavam madeira como combustível, bem como máquinas de tecelagem, transportadas para o Brasil em um navio de propriedade dos Lundgren, denominado Meta, e em navios da Lloyd.

Os irmãos Lundgren adquiriram em 1918 a propriedade Curral de Fora e, posteriormente, a de Patrício. No ano seguinte, compraram o chamado Engenho da Preguiça e assim foram incorporando ao seu patrimônio terras da região. Ainda em 1919, começaram a trazer material para a construção da fábrica, momento em que adquiriram o Porto de Jaraguá da Companhia de Navegação Costeira que, na ocasião, trazia gêneros alimentícios para os comerciantes de Mamanguape. Desembarcadas em 1920, as caldeiras e as máquinas de tecelagem foram guardadas na cidade de Paulista até serem transferidas, no navio Meta, para o distrito de Rio Tinto, em Mamanguape.

O que motivou os Lundgren a adquirir terras em um distrito no interior da Paraíba foi o fato da localidade possuir ótimas matas virgens, inclusive, lenha dos manguezais que serviu como combustível para a fábrica durante quinze anos. Outro fator importante que vale ressaltar é que o governo da Paraíba favoreceu a compra das terras e a instalação da fábrica, mediante isenção de vinte e cinco anos de impostos, o que os industriais não tinham obtido no Rio Grande do Norte. Além disso, os industriais já tinham experiência em seleção de mão-de-obra na região, conforme pesquisa apresentada por Alvim (1997) sobre a fábrica dos Lundgren na cidade de Paulista, Pernambuco.

A preferência era por famílias de trabalhadores rurais, dispersas pelo interior dos estados do Nordeste Oriental (Pernambuco e Paraíba principalmente) com a ação direta da Companhia por intermédio de agentes que enviava a essas áreas do interior. Essas pessoas, enviadas pela fábrica, eram pagas segundo a quantidade de trabalhadores em potencial que arregimentavam, com prioridade para as famílias numerosas, pois os recrutadores apregoavam benesses e maravilhas no intuito de trazer essas famílias de camponeses para próximo da Companhia, e transformá-las em trabalhadores industriais, prometendo trabalho e moradia.

Em Rio Tinto, esse modelo de recrutamento se iniciou logo após a construção da fábrica, na década de 1920 e durou, aproximadamente até a década de 1940, pois estava de acordo com as necessidades e a disponibilidade da Companhia, já que devia haver a incorporação da mão-de-obra à fábrica e acomodá-la na vila operária. Assim, os Lundgren atendiam o seu objetivo de controlar os trabalhadores, tanto na fábrica como na moradia. Com esse modelo de seleção da mão-de-obra no interior e em áreas rurais, era determinante que

viesses as famílias e não somente os indivíduos, pois era sabido que, para esses camponeses, a família constituía o seu ponto estabilizador, resultando, com isso, maior engajamento dos futuros operários aos interesses da Companhia (SILVA, 2003).

É nesse sentido que nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil, transformações econômicas e sociais propiciaram as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento urbano acelerado. Para Macedo (1986), o caminhar histórico de Rio Tinto, anteriormente denominado *Engenho Preguiça*, tem início em 1917, inicialmente como fábrica e vila operária, vários depois, tornou-se município pela Lei Estadual nº. 1.622 de 06 de dezembro de 1956, com território composto do distrito do mesmo nome e partes de Mataraca e Baía da Traição, pertencentes ao município de Mamanguape.

A família Lundgren, com sua experiência em relação à indústria têxtil em função de serem proprietários da fábrica na cidade de Paulista, Pernambuco, e também uma indústria de pólvora no povoado de Ponte de Carvalho na cidade do Cabo, contribuiu para que a CTRT já nascesse grande. Junto com a CTP, deteve a condição de maior complexo têxtil-fábril da América do Sul.

Em matéria publicada no jornal “A União” de 1933, Rio Tinto era considerada a maior cidade industrial do nordeste brasileiro (Figura 1).

Figura 1 - Reportagem sobre a cidade-fábrica de Rio Tinto – Jornal A União (PB) – (1933)



Fonte: VALE (2008)

Podemos perceber na reportagem ora apresentada que desde o início, a CTRT sempre gozou de prestígio em relação à sua capacidade produtiva, mas sua fase áurea deu-se nos primórdios dos anos de 1960, no auge das exportações para a Europa e os Estados Unidos.

Nesse apogeu, a fábrica gerava quinze mil empregos diretos, e foi motivo para quase tudo que está hoje edificado na cidade. Tal patrimônio incluía por volta de duas mil e seiscentas casas residenciais, o hospital, as praças e as escolas.

A partir da concessão do governo Camilo de Holanda (1916-1920), de vinte e cinco anos de isenção do imposto estadual, a Companhia de Tecidos do Grupo Lundgren deveria ser provedora, em vez do Estado paraibano, de saúde, educação e segurança (MACEDO, 1986).

Em 1956, houve a emancipação de Rio Tinto e, posteriormente em 1959, Arthur Lundgren foi nomeado prefeito da cidade. Tais fatos demonstram que a conversão das terras da fábrica em município foi uma conquista dos industriais para atender os interesses do capitalismo.

Para Silva (2003), a geografia organizacional da CTRT não se restringia somente ao espaço fabril, já que o grupo Lundgren tinha um projeto articulado para ocupar o espaço extra-fábrica. Para construir as condições ideais visando à produtividade, a Companhia comandava um vasto conglomerado de atividades produtivas; sua composição compreendia a unidade fabril, a vila operária, que se tornou cidade, e as terras adjacentes.

Dessa forma, podemos observar que a localidade ora apresentada dispunha de um complexo de fábrica com vila operária e tinha a proposta dos trabalhadores morarem nas proximidades, propiciando um ambiente de produtividade e controle. Ainda nesse sentido, a fábrica praticava plantação de alimentos em suas terras com objetivo de vender alimentos aos operários no sistema de barracão. Sistema esse que efetuava o desconto dos gêneros alimentícios adquiridos, na folha de pagamento.

Macedo (1986) admite que a história de Rio Tinto assemelha-se à difusão dos distritos industriais e bairros proletários da Inglaterra, Estados Unidos e outros países da Europa no final do século XIX, pois vários setores e ramos de produção capitalista experimentaram a mesma situação e, concomitantemente, eram criadas as fábricas e as vilas operárias.

Os distritos industriais surgiram devido à dificuldade de recrutamento da força de trabalho necessária para as unidades fabris. Podemos notar que a fábrica de Rio Tinto e sua estrutura tinham semelhança com outros países e também com outras localidades brasileiras, como São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e demais Estados; procedimentos como controle na gestão dos recursos, criação de uma identidade organizacional e a influência na cultura da localidade onde está inserida, demonstram a força do capital.

Como afirmou Engels (1985), a experiência de fábrica como vila operária é um fenômeno componente do sistema capitalista, tendo a Inglaterra como exemplo clássico. Thompson, (1987a) reforça essa reflexão quando afirma que a imagem da fábrica é tenebrosa e satânica, dominando a reconstrução visual da Revolução Industrial. Admite que é uma imagem visual dramática, com edifícios semelhantes a um quartel, grandes chaminés, as crianças na fábrica, os tamancos e xales, e a aglomeração de habitações ao redor das indústrias.

Ele ainda observa que a tecelagem e as novas cidades industriais, pela rapidez do seu crescimento, engenhosidade das suas técnicas e novidades ou dureza de sua disciplina, pareciam portentosas aos seus contemporâneos e simbolizavam um marco para a formação da classe operária na Inglaterra. E, a partir disso, derivou-se uma tradição tanto literária quanto histórica, que quase todos os relatos clássicos contemporâneos sobre as condições da Revolução Industrial estão baseados na indústria do algodão e, principalmente, em Lancashire, Condado no Noroeste da Inglaterra.

A semelhança dessa realidade com as cidades e, notadamente as capitais dos estados brasileiros, é percebida nos chamados bairros industriais e operários, bairros mistos de residências operárias e fábricas, com ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres e coletivas, havendo nelas grande concentração do proletariado fabril da época, da mesma forma que acontecia na fábrica e vila operária de Rio Tinto.

2.2 Educação Profissional em parceria com o SENAI

No início da colonização portuguesa, o Brasil tinha sua economia voltada para a produção açucareira, manufaturada nos engenhos, em que se utilizava mão-de-obra dos indígenas, dos escravos e de alguns homens livres.

O crescimento das atividades econômicas ocasionou a necessidade de qualificação na mão-de-obra em todos os setores, como para o artesanato, para os prestadores de serviços em construção, para os comerciantes, entre outras profissões que foram à base da produção econômica desse período.

Dessa forma, a Companhia dos Jesuítas que, até então, era voltada para educação e catequização dos nativos, passou a contribuir para a *formação profissional*, oferecendo ensino de formação para vários ofícios.

De acordo com Manfredi (2002, p. 69):

Nas oficinas existentes nos colégios espalhados pelos diferentes pontos do Brasil, os irmãos-oficiais exerciam e ensinavam ofícios ligados a atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações, de pintura, de produção de tijolos, telhas, louça etc., de fabricação de medicamentos e de fiação de tecelagem.

Os cursos oferecidos tinham duração de quatro anos e, após sua conclusão, os alunos deveriam ser examinados por uma comissão organizada pelos juízes de ofício e por peritos.

Esses cursos, que exigiam força física, passaram a ser vistos como desqualificados, pois se tinha a ideia de que para exercê-los não seriam necessários conhecimentos intelectuais, como também, por terem sido executados pela mão-de-obra escrava anteriormente, o que fazia com que o interesse por eles fosse pelas classes menos favorecidas.

Sendo assim, torna-se explicável o motivo do ensino industrial, desde os primeiros anos da República, não entrar sequer na pauta das preocupações do Governo Federal, que cuidava exclusivamente do ensino secundário e superior, isto é, da educação para as elites. Aos Estados, cabia legislar e organizar o ensino primário e profissionalizante (Cf. PROJETO MEMÓRIA SENAI/SP, 1992). A educação brasileira, ao longo da sua história, vem sendo permeada pela acirrada desigualdade social. Foi-se tornando oficial e legitimando-se o distanciamento entre educação da elite e educação para as camadas menos favorecidas. A primeira, caracterizada por maior qualidade e por seu caráter acadêmico, seletivo e propedêutico (ministrado em instituições secundárias e superiores). A segunda, marcada pela qualidade questionável traduzida em um ensino pontual e aligeirado (ofertado em escolas primárias e profissionais).

A educação profissional destinada às camadas menos favorecidas foi quase sempre marginalizada e estigmatizada, assumindo tanto um caráter assistencialista e de preparação para um ofício, quanto um cunho pragmático, de atendimento aos interesses do setor produtivo (AMARAL e OLIVEIRA, 2007).

A industrialização no Brasil, a partir da década de 1920, incentivou os intelectuais e educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros, a dar nova direção às prioridades educacionais. Esse novo direcionamento, encabeçado por Fernando de Azevedo, trouxe reformas importantes no movimento de modernização da educação brasileira.

Para um entendimento relativo à industrialização brasileira, é importante ressaltar alguns momentos históricos relevantes. Podemos lembrar que na economia, a crise de 1929

relacionada com a quebra da bolsa de valores americana afetou o mundo inteiro. Este momento ficou conhecido como a *Grande Depressão* e gerou uma queda drástica do comércio internacional, comprometendo as exportações de produtos agrários e minerais, tais como café, trigo e cobre, de países da América Latina. As implicações dessa crise fizeram com que alguns países com economia baseada na agricultura passassem a investir seu capital na manufatura, incitando a industrialização. Esses fatos abalaram o domínio da oligarquia cafeeira e a fez direcionar-se para a indústria despontando como nova força política. Além dessas mudanças, a Revolução de 1930 reforçou a esperança de modernização para o Brasil.

A perspectiva de reconstrução do país se fortaleceu com a nomeação de Francisco Campos para o Ministério da Educação e Saúde Pública que tinha como objetivo unificar o sistema educacional brasileiro e realizar reformas no ensino médio que abrangia o âmbito secundário e comercial. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 foi um documento que buscou traçar nova política educacional e sugeria que o homem brasileiro teria que atender os desafios de uma ordem econômica mundial intensificada pelo sistema de produção da indústria.

Lopes (1992) afirma que o embrião para o SENAI surgiu na Constituição de 1937. Para o autor, a Constituição de 1934 foi modesta em matéria de ensino e educação; seu artigo 149 previa pouca coisa: preceituava a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, para possibilitar eficientes fatores de vida moral e econômica da nação. Comenta ainda que o estabelecido no artigo 150, que sugere a possibilidade, de *subvenções* já tinha a intenção de contribuir para estimular as iniciativas de caráter profissionalizante.

Nesta Constituição de 1934, somente uma única vez, aparece referência expressa ao ensino profissional e constava no artigo 154: “*Os estabelecimentos particulares de educação gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo*” (grifo nosso). Os legisladores, com esses aspectos de caráter jurídico-educacional, visavam preparar e provocar o segmento industrial para a realização de ações que desenvolvessem a educação em todo o país.

Ainda no que se refere ao ensino profissional, a Constituição de 1937, em seu artigo 129, teve pontos de inovação quando instituiu:

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, *escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados*. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os *auxílios*,

facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (grifo nosso).

Mais uma vez, o incentivo fiscal por parte do governo aparece, porém, com caráter assistencialista, quando sugere a destinação das escolas de aprendizes para os filhos de operários. Reforça essa proposta mais uma vez em outra alínea do mesmo artigo 129, como segue:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumprir a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (grifos nossos).

Percebemos que os caminhos para a criação do SENAI estavam sendo preparados, quando na norma legal ora citada sugere a fundação de institutos de ensino profissional.

Como notamos, este foi um período de ordenamento jurídico e muitas Leis e Decretos no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. Esclarecemos que, após consulta ao glossário on-line do Tesouro Nacional do Brasil, obtivemos as seguintes definições para melhor entendimento do quadro sobre Decreto-Lei e Decreto, normas legais utilizadas na implantação do ensino industrial:

Decreto-Lei: Decreto com força de lei, que num período anormal de governo é expedido pelo chefe de fato do Estado, que concentra em suas mãos o Poder Legislativo, então suspenso. Pode também ser expedido pelo Poder Executivo, em virtude de autorização do Congresso, e com as condições e limites que a Constituição estabelecer. No Brasil, os decretos-leis tiveram um grande número de publicações durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, quando o poder executivo tinha um poder supremo sobre os demais poderes governamentais. Atualmente não é mais possível a produção de um Decreto-Lei (grifo nosso).

Decreto: Ato pelo qual o chefe do governo determina a observância de uma regra legal, cuja execução ou resolução é competência do Poder Executivo. Um decreto é usualmente usado pelo chefe do poder executivo para fazer nomeações e regulamentações de leis, como para lhes dar cumprimento efetivo, por exemplo. (grifo nosso).

Ou seja, os *Decretos-Lei* criaram, promulgaram, estabeleceram ou definiram as normas legais, e os *Decretos* as regulamentaram. Segue abaixo cronologia que elaboramos no sentido de ilustrar a sequência de datas que dizem respeito à fundamentação legal sobre a aprendizagem industrial.

Quadro 1 - Cronologia de normas legais da aprendizagem industrial

DATA	FUNDAMENTO LEGAL	AÇÃO
22 de janeiro de 1942	Decreto-Lei nº 4.048	Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos <i>Industriários*</i> (SENAI), assinado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e funcionará com base na arrecadação de dois mil réis mensais, por empregado, a ser recolhida por todas as indústrias filiadas à Confederação Nacional da Indústria.
30 de janeiro de 1942	Decreto-Lei nº 4.073	Promulgou a Lei Orgânica do Ensino Industrial.
03 de fevereiro de 1942	Decreto nº 8.673	Regulamentou o quadro dos Cursos do Ensino Industrial, que também dispunha sobre o currículo.
21 de fevereiro de 1942	Decreto-Lei nº 4.119	Estabeleceu disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Industrial, fixou o prazo até 31 de dezembro de 1942 para todos os estabelecimentos de ensino industrial se adaptarem a nova legislação.
25 de fevereiro de 1942	Decreto-Lei nº 4.127	Criou as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de Ensino Industrial.
16 de junho de 1942	Decreto-Lei nº 4.481	Criou os deveres dos empregadores e dos aprendizes em relação à aprendizagem dos industriários.
16 de julho 1942	Decreto nº 10.009	Regulamentou as alterações do regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem dos <i>Industriários*</i> (SENAI) e também a nova denominação: Serviço Nacional de Aprendizagem <i>Industrial*</i> , permanecendo a mesma sigla SENAI.
07 de novembro de 1942	Decreto-Lei nº 4.936	Definiu a ampliação da atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
21 de novembro de 1942	Decreto nº 10.887	Regulamentou novas modificações do regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), de modo a permitir que órgãos representativos de empresas de transportes,

		comunicações e pesca passassem a ter representação no Conselho Nacional e nos Conselhos Regionais.
21 de novembro de 1942	Decreto-Lei nº 4.983	Estabeleceu as bases de organização do ensino industrial de emergência e a transformação desses estabelecimentos em centros de produção para atender às exigências de guerra.
21 de novembro de 1942	Decreto-Lei nº 4.984	Definiu a aprendizagem nos estabelecimentos industriais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
15 de dezembro de 1942	Decreto-Lei nº 5.091	Definiu legalmente o conceito de aprendiz: “trabalhador maior de quatorze anos e menor de dezoito, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça a sua atividade”.
05 de fevereiro de 1944	Decreto-Lei nº 6.246	Definiu em 1% sobre o total das folhas de pagamento aos empregados a contribuição mensal que os empresários deveriam destinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
*Registramos a transição entre as denominações, “industiárius” e “industrial” na nomenclatura do SENAI.		

Fonte: Projeto Memória do SENAI/SP (1992)

Ressaltamos em tempo, que a opção pela legislação ora exposta se deu por conter normas que motivaram a origem do nosso objeto de estudo. Tal escolha também foi feita pelo marco temporal de pesquisa ser as décadas entre 1940 e 1960 e, durante os anos após 1942 e 1944, não terem sido apresentados fundamentos legais que julgamos ter relação com o que abordamos neste estudo.

Após o quadro apresentado, fica evidenciado que os atos do Ministério da Educação e Saúde, sob a direção de Gustavo Capanema, foram além da organização do ensino regular formal, e fez com que o ensino profissional passasse a fazer parte da pauta de preocupações do Governo. Era justamente esse nível de ensino que fazia a ligação entre o curso primário e o mercado de trabalho, ou seja, após aprender a ler e a escrever, este era o caminho a ser trilhado por determinadas pessoas da sociedade.

Como notamos desde o início deste tópico, a educação brasileira, apesar das variadas ações governamentais implementadas, continuou apresentando sua dupla característica.

Confirmava-se a existência de um ensino para a elite, que trilhava pelo primário e secundário formal com direção ao ensino superior, e permanecia o ensino profissional, como uma espécie de sistema paralelo, que conduzia à formação de mão-de-obra com maior rapidez para a indústria em franca expansão e preparava braços e mentes para a fábrica por intermédio das escolas do SENAI e outros modelos de escolas para a formação profissional técnica no âmbito da indústria e do comércio.

Tal linha ideológica é reforçada por Kulesza (2008, p. 89) ao afirmar que “ao longo da história brasileira, o ensino técnico tem sido invariavelmente caracterizado como um ensino profissional. É quase como sua marca registrada. Preparatório para um ofício, uma função ou emprego”. Com a leitura da presente citação, traduzimos a finalidade do objeto de estudo que selecionamos para este trabalho de tese.

2.3 História do SENAI da Paraíba e sua sede em Campina Grande

A experiência educacional desenvolvida pelo SENAI, desde sua criação em 22 de janeiro de 1942 pelo Decreto-Lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, visava atender à necessidade de formação de mão-de-obra para o trabalho industrial. Ao final da década de 1950, quando o presidente Juscelino Kubitschek acelerou o processo de industrialização, o SENAI já estava presente em quase todo o território nacional.

Uma de suas características era a atuação em nível nacional com uma estrutura federativa, composta por órgãos de administração com âmbito nacional e regional. A organização e direção da entidade, em nível nacional, cabem à Confederação Nacional da Indústria (CNI); em cada Estado, à respectiva Federação das Indústrias.

O Departamento Nacional (DN) coordena a execução da política estabelecida pelos órgãos normativos e presta assistência técnica aos Departamentos Regionais (DRs). A cada DR compete à tomada de decisões relativas à atuação do SENAI no respectivo Estado (GONÇALVES, 1990). A estrutura organizacional ora apresentada foi regulamentada pela Instrução de Serviço (IS) nº. 12 de 19 de maio de 1944, que dividia o SENAI em 10 (dez) Regiões Administrativas, a saber:

Quadro 2 – Relação das Regiões Administrativas do SENAI em 1944

NÚMERO DA REGIÃO	ESTADOS QUE FAZEM PARTE
1ª Região	Delegacia Regional do Ceará, compreendendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.
2ª Região	<i>Departamento Regional de Pernambuco</i> , compreendendo os Estados da <i>Paraíba</i> , Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha.
3ª Região	Delegacia Regional da Bahia, compreendendo os Estados de Bahia e Sergipe.
4ª Região	Departamento Regional do Rio de Janeiro, compreendendo os Estados do Espírito Santos e Rio de Janeiro, e o Distrito Federal.
5ª Região	Departamento Regional de Minas Gerais, compreendendo o Estado de Minas Gerais.
6ª Região	Departamento Regional de São Paulo, compreendendo o Estado de São Paulo.
7ª Região	Departamento Regional do Paraná e Santa Catarina, compreendendo os Estados do Paraná e Santa Catarina, e o então Território de Iguaçu, depois extinto.
8ª Região	Departamento Regional do Rio Grande do Sul, compreendendo o Estado do Rio Grande do Sul.
9ª Região	Departamento Regional do Pará, compreendendo os Estados do Pará e Amazonas, e os Territórios do Acre, Amapá e Rio Branco, este com o nome de Roraima desde 1962.
10ª Região	Departamento Regional de Mato Grosso, compreendendo os Estados de Mato Grosso, Goiás e o Territórios de Ponta Porá e Guaporé, o primeiro extinto, o segundo transformado em Território de Rondônia desde 1956, Estado de Rondônia em 1980.

Fonte: Instrução de Serviço do SENAI nº 12 de 1944

Pela leitura do quadro acima, identificamos que as regiões administrativas eram formadas por Departamentos e Delegacias Regionais. Segundo Lopes (1992), a 9ª e 10ª regiões não tiveram a instalação nos Estados do Pará e Mato Grosso, sendo a primeira administrada pela Delegacia Regional do Ceará e a segunda, pelo Departamento Regional de São Paulo.

Com essa limitação, os Departamentos e Delegacias Regionais ficaram restritos a oito Regiões Administrativas em todo o país, até o momento em que começaram as instalações dos novos Departamentos Regionais, resultado da criação das Federações das Indústrias de cada Estado, o que aconteceu com frequência, da metade da década de 1940 até meados da década de 1950.

Como está destacado no quadro ora analisado, verificamos que em 1944, o SENAI da Paraíba (SENAI/PB) era subordinado ao Departamento Regional de Pernambuco (SENAI/PE), uma vez que a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) foi instalada em 17 de julho de 1949 e somente se filiou à Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 28 de novembro de 1951.

O SENAI/PB foi criado oficialmente em 1949, e a Delegacia Regional da Paraíba com sede em Campina Grande foi regulamentada pela Resolução nº 27 da CNI, em 10 de novembro de 1949 e gerida pela FIEP. Sua institucionalização somente aconteceu em 28 de dezembro de 1952, durante a gestão do seu segundo presidente, Milton Cabral (Cf. INFORMATIVO FIEP, 2009).

Somente a partir de 1953, o Departamento Regional da Paraíba passou a ter existência própria, tendo como primeiro Diretor, o professor Amaro Salvatore Simoni. Como marco oficial do início de suas atividades na Paraíba, o SENAI/PB, situado em Campina Grande, abriu um processo seletivo para preenchimento de vagas nos cursos de aprendizagem industrial que começava a funcionar. No entanto, é importante salientar que, desde 1944 o SENAI/PE, em parceria com a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) já oferecia cursos na Paraíba, em uma Escola de Aprendizagem de Rio Tinto, Distrito de Mamanguape.

Em 07 de dezembro de 1952, foi publicado no Jornal de Campina Grande, edital datado de 17 de novembro de 1952 e assinado por Amaro Salvatore Simoni – Diretor da Escola do SENAI de Campina Grande, a manchete : *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI* e informava que se achavam abertas as inscrições para a matrícula de candidatos que tivessem interesse nos cursos do SENAI até o dia 10 de dezembro de 1952.

Seguindo o previsto no Decreto-Lei 4.481 de 16 de julho de 1942, no referido edital, havia preferência para admissão às vagas de aprendizes do SENAI: em primeiro lugar, aos filhos e irmãos de operários. Uma das condições para o candidato efetuar matrícula era ser apresentado por um industrial do local da residência do menor, e o compromisso dele de empregá-lo em seu estabelecimento industrial, após a conclusão do curso. O candidato deveria ter idade entre doze anos e seis meses e quatorze anos. Podemos constatar na análise do documento ora levantado no Arquivo Público Municipal de Campina Grande que ele traduz a materialização de um momento histórico na implantação do SENAI/PB, tendo como sede a cidade Campina Grande (cf. anexo 24).

Nesse sentido, os escritos de Lopes (1992, p. 220) destacam algumas observações que justificam os motivos que levaram Campina Grande a ser a sede do SENAI/PB.

A administração do SENAI nacional realizou estudo em 1944 para a escolha dos locais onde deveriam ser construídas e equipadas as Escolas de Aprendizagem no País. Em cidades mais desenvolvidas deveriam ser construídas várias escolas de acordo com o tamanho dos seus parques industriais. Nas demais cidades, principalmente no nordeste, se as cidades fossem localizadas no interior dos Estados evoluídos, a ideia inicial era construir escolas com internatos. Os referidos internatos poderiam

proporcionar o ensino profissional a aprendizes de indústrias localizadas em cidades mais distantes que não tinham Escolas de Aprendizagem instaladas.

A Escola de Aprendizagem de Campina Grande funcionou também como internato, da criação até a sua extinção em junho de 1962.

O programa de expansão das Escolas de Aprendizagem do SENAI, e a implantação em algumas cidades e outras não, deixava muitas dúvidas que suscitavam esclarecimentos. Uma das questões era o fato de as capitais: Cuiabá/MT, Florianópolis/SC e João Pessoa/PB, terem ficado de fora, inicialmente, da construção e montagem de Escolas de Aprendizagem em 1944. A justificativa de se implantar primeiro as Escolas nas cidades de Blumenau, Joinville, Siderópolis e Tubarão em Santa Catarina, Campo Grande em Mato Grosso, e Campina Grande na Paraíba, foi pelo fato de as Capitais preteridas serem, sobretudo, cidades administrativas com pequena atividade industrial, perdendo sob esse aspecto para as cidades interioranas escolhidas.

Figura 2 – SENAI/PB – Escola de Aprendizagem de Campina Grande (1952)



Fonte: Arquivo da FIEP

A escola de Aprendizagem de Campina Grande, retratada pela imagem, foi inaugurada em 22 de dezembro de 1952; com a presença do industrial Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do governador do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida (Cf. INFORMATIVO FIEP, 2009). Dessa forma, apresentamos o caminhar histórico do SENAI/PB e compreendemos o motivo de a cidade de Campina Grande ter sido escolhida para instalação de sua sede. Uma vez apresentado esse histórico, no próximo item, abordamos o funcionamento das escolas de aprendizagem do SENAI.

2.4 Escolas de aprendizagem do SENAI

Para apresentar inicialmente o que motivou a criação das escolas de aprendizagem, fundamentamo-nos na obra de Romanelli (1980, p. 165-166, grifos nossos), que afirma:

O país acaba de enfrentar, na década de 1930, uma de suas grandes crises econômicas. Com ela, abandonava-se gradativamente a forma tradicional de industrialização e passava-se, rapidamente, para a fase em que predominava o modelo de substituição de importações. A economia de guerra do início da década de 1940 impunha sérias restrições às importações e, com isso, impulsionava o *processo de industrialização*. A nova fase da indústria exigia, portanto, que algumas *medidas* fossem tomadas no sentido de *preparação de mão-de-obra*. O sistema educacional, todavia, não possuía a infraestrutura necessária à *implantação, em larga escala, do ensino profissional*. [...] A indústria, por sua vez, exigia uma formação mínima do operariado, o que teria de ser feito do *modo mais rápido e mais prático*.

A necessidade do modo mais rápido e prático para implantação em larga escala do ensino profissional e, conseqüentemente, da preparação da mão-de-obra para a indústria fez com que o governo criasse um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, organizado em convênio com as indústrias, por intermédio da CNI. Nessa direção, em 1942 mediante o Decreto-Lei 4.048, foi criado o SENAI, como já enfatizamos em item anterior. Sua função era organizar e administrar em todo o país as escolas de aprendizagem industrial.

Ainda sobre o mesmo assunto, a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942) no parágrafo 1º de seu artigo 6º, preceitua que o primeiro ciclo dessa modalidade de ensino será dividido em 1) *ensino industrial básico*; 2) *ensino de maestria*; 3) *ensino artesanal* e 4) *aprendizagem*.

Em seu artigo 15, tratou dos *tipos de estabelecimentos de ensino industrial*, dividindo-os segundo a modalidade dos cursos de formação profissional que ministravam:

Art. 15. Os estabelecimentos de ensino industrial serão dos seguintes tipos: a) escolas técnicas, quando destinados a ministrar um ou mais cursos técnicos; b) escolas industriais, se o seu objetivo for ministrar um ou mais cursos industriais; c) escolas artesanais, se se destinarem a ministrar um ou mais cursos artesanais; d) escolas de aprendizagem, quando tiverem por finalidade dar um ou mais cursos de aprendizagem (grifo nosso).

O tipo de escola implantado pela CTRT, apresentado na letra “d” do artigo ora citado, ou seja, *as escolas de aprendizagem* eram destinadas a aprendizes menores entre quatorze e dezoito, preferencialmente para os filhos dos operários e deveriam ser mantidas pelos estabelecimentos industriais.

O artigo 67 da Lei Orgânica já mencionada é o que oferece maior contribuição para este estudo que fazemos, a saber, (grifos nossos):

CAPÍTULO II

DAS ESCOLAS DE APRENDIZAGEM

Art. 67. *O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:*

I. *O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.*

II. *Os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional.*

III. *As escolas de aprendizagem serão administradas, cada qual separadamente, pelos próprios estabelecimentos industriais a que pertençam, ou por serviços, de âmbito local, regional ou nacional, a que se subordinem as escolas de aprendizagem de mais de um estabelecimento industrial.*

IV. *As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinem, ou na sua proximidade.*

V. *O ensino será dado dentro do horário normal de trabalho dos aprendizes, sem prejuízo de salário para estes.*

VI. *Os cursos de aprendizagem terão a duração de um, dois, três ou quatro anos.*

VII. *Os cursos de aprendizagem abrangerão disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e, ainda, as práticas educativas que forem possíveis, em cada caso, ministrar.*

VIII. *Preparação primária suficiente e aptidão física e mental necessária ao estudo do ofício escolhido são condições exigíveis do aprendiz para matrícula nas escolas de aprendizagem.*

IX. *A habilitação dependerá de frequência às aulas e de notas suficientes nos exercícios e exames escolares.*

X. *A conclusão de um curso de aprendizagem dará direito ao respectivo certificado de habilitação.*

XI. *Os professores estarão sujeitos à prévia inscrição, mediante prova de capacidade, no registro competente do Ministério da Educação.*

XII. *As escolas de aprendizagem darão cursos extraordinários para trabalhadores que não estejam recebendo aprendizagem. Esses cursos, conquanto não incluídos nas secções formadas pelos cursos de aprendizagem, versarão sobre os seus assuntos.*

Fica, então, ratificada a abrangência nacional do ensino industrial por intermédio das escolas de aprendizagem. Verificamos que o ensino dos ofícios que dependiam de formação profissional devia ser oferecido pelos empregadores aos aprendizes. As escolas de aprendizagem eram administradas pelos próprios estabelecimentos industriais e deveriam ser localizadas nas próprias instalações da indústria para a qual os aprendizes se destinavam, ou na sua proximidade. O ensino deveria ser ministrado por intermédio de cursos que se realizariam dentro do horário normal de trabalho dos aprendizes, sem prejuízo de salário, e sua duração teria de um a quatro anos.

De acordo com as informações postas, é possível interpretar que o SENAI desejava organizar e implantar em todas as regiões o ensino de ofícios que exigisse formação profissional para aprendizes empregados nos estabelecimentos industriais.

Enfim, o governo da época com esse sistema de ensino paralelo ao oficial, utilizando-se do SENAI, obrigou e ao mesmo tempo incentivou a sua expansão, por intermédio das *escolas de aprendizagem* e também de incentivos fiscais às indústrias.

2.4.1 Escolas de Isenção e sua cultura escolar

Os Lundgren sempre buscaram autonomia em relação à condução dos seus negócios, e as pretensões em relação ao planejamento tributário de suas empresas estavam à frente do seu tempo. Com a assessoria de técnicos especializados em planejamento, finanças e tributos, desde aquela época já adotavam ações que resultavam em consequências fiscais menos onerosas, visando à economia no tocante ao pagamento de impostos.

Desde a sua fundação, a CTRT primava por planos que possibilitassem perfeita conciliação dos aspectos industriais, comerciais e fiscais. Essas medidas tinham como meta a viabilidade do empreendimento, mediante a prática de ações lícitas, voltadas para anulação, redução ou adiamento do ônus tributário. Tal estratégia fica clara, a partir da sua implantação quando usufruiu de isenção do imposto estadual, conforme já abordado nesta pesquisa. Essa procura por autonomia repetiu-se em virtude da criação do SENAI em 1942 e a obrigatoriedade de uma contribuição mensal para a manutenção das escolas de aprendizagem. Nesse sentido, o Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942 previa:

Art. 4º - Serão os estabelecimentos industriais das modalidades de indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria *obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal* para montagem e custeio das escolas de aprendizagem. Parágrafo 1º - A contribuição referida neste artigo *será de dois mil réis, por empregado e por mês* (grifo nosso).

Pela leitura da legislação ora apresentada é possível entender que a referida norma vai de encontro à política da CTRT em relação à economia de tributos, uma vez que a contribuição mensal por empregado traria um ônus considerável aos industriais pelo fato de ter em seu quadro funcional mais de dois mil empregados na época.

Para combater tal acréscimo na carga tributária, a fábrica recorreu a uma alternativa viável que possibilitava atender ao seu interesse de viabilidade econômica e manutenção da sua margem de lucro. Fundamentou-se no artigo 5º do Decreto-Lei acima mencionado que

previa a isenção do pagamento da contribuição para as indústrias que mantivessem por conta própria uma escola de aprendizagem, sob o ponto de vista da montagem, da constituição do corpo docente e do regime escolar, como já apresentado anteriormente nos pressupostos teóricos deste trabalho.

A legislação posta em cena nos permite compreender a adesão da CTRT ao regime de escolas por acordo de isenção.

Dando continuidade à fundamentação legal no que concerne ao ensino industrial, verificamos que deveriam frequentar as escolas de aprendizagem do SENAI os aprendizes com idade mínima de catorze anos, segundo o Decreto-Lei de sua criação nº 4.481 de 16 de julho de 1942, em seu artigo 3º. Já o artigo 1º desse Decreto-Lei preceitua que os estabelecimentos industriais ficariam obrigados a *empregá-los e matriculá-los* no SENAI.

O aprendiz, que o estabelecimento industrial apresentaria ao SENAI como seu empregado, deveria ser menor de dezoito e maior de catorze anos e estaria sujeito a cumprir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – (Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943) o qual, em seu artigo 80, estabelecia que “tratando-se de menores aprendizes poderão as Comissões (de Salário Mínimo) fixar o seu Salário até em metade do mínimo normal da região, zona ou subzona”.

Com interesse nessa mão-de-obra barata que a CLT proporcionava e a isenção do pagamento da contribuição ao SENAI Nacional permitida pela Escola de Isenção, a CTRT, em parceria com o SENAI do Estado de Pernambuco, manteve por conta própria a EACFL e oferecia cursos nas áreas de metal, madeira e têxtil, com destaque para os ofícios de Torneiro Mecânico, Marceneiro e Serralheiro Ajustador.

A procura para firmar acordo de isenção começou logo no ano seguinte à criação do SENAI em 1942. Os primeiros pedidos de estabelecimentos industriais, para usufruírem do incentivo fiscal e não efetuarem o pagamento da contribuição compulsória nos faz inferir que aconteceram, pela majoração da carga tributária. Os maiores empreendimentos industriais, talvez os possivelmente mais atingidos pela medida, trataram logo de providenciar sua adesão ao regime e

já em 1943, [...] o Departamento Nacional recebeu os pedidos de acordo de isenção da Fábrica Bangu, da Companhia Carris, Luz e Força e Companhias associadas e da Companhia Metropolitana em São Paulo, a cooperação (do SENAI) com as empresas concretizou-se logo em 1944, com entrada em funcionamento de seis escolas mantidas mediante acordos entre o SENAI e as seguintes empresas: Companhia Nacional de Estamparia (Sorocaba). S/A Indústrias Votorantim (Sorocaba), Companhia Nitroquímica Brasileira (São

Miguel Paulista) Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Jundiaí e Rio Claro) e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (Campinas). *No fim do ano de 1944, havia mais as seguintes escolas de isenção* no âmbito do SENAI: *Companhia de Tecidos Paulista, de Arthur Lundgren e Cia e Greast Western, no Estado de Pernambuco; Companhia de Tecidos Rio Tinto, de Arthur Lundgren e Cia, na Paraíba* (LOPES, 1992, p. 315-316, grifo nosso).

Nessa leitura, identificamos que a maioria esmagadora das empresas de grande porte do país, foram as que fizeram opção pelo acordo de isenção, obtendo a concessão de instalarem as escolas nas suas dependências. O Grupo Lundgren, por intermédio de suas empresas, a CTP em Pernambuco e a CTRT na Paraíba, baseadas na legislação em vigor, passaram a oferecer aprendizagem industrial, sob o ponto de vista da montagem, da constituição do corpo docente e do regime escolar.

Dessa forma, foi fundada a escola, ligada aos interesses econômico-financeiros dos industriais, como um departamento da fábrica e, evidentemente, oferecendo em suas aulas, práticas escolares para ensinar aos aprendizes os comportamentos e habilidades que eram exigidos nas oficinas da CTRT, criando com isso uma *cultura escolar* para a fábrica.

A esse respeito achamos importante destacar o significado da expressão *cultura escolar*, que está ligada as transferências culturais da escola para a sociedade e desta para a escola. Para Julia (2001, p. 10), “a cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Ou seja, as práticas educativas adotadas na EACFL visavam o desenvolvimento de habilidades para o cumprimento das normas no tocante aos horários rígidos, iniciando às sete horas, com aulas de português, matemática, ciências, desenho, história e geografia e encerrando às onze horas. Havia um intervalo de dez minutos e a carga horária era de cinquenta minutos para cada disciplina. No período da tarde o horário era das treze às dezessete horas, com a parte prática de torneraria mecânica, serralharia e ajustagem, tecelagem e marcenaria. Quanto à frequência, havia um livro de ponto que devia ser assinado na entrada e na saída, de manhã e à tarde. Fica evidenciado que essas transferências culturais da escola para os alunos são consequência do processo de disciplinarização e alienação desejados pelos capitalistas. Esses comportamentos ensinados aos aprendizes tinham interesse em desenvolver nesses futuros operários uma cultura de fábrica centrada nas noções de tempo e disciplina no trabalho. De acordo com Bencostta (2010) tal como o processo de escolarização, neste caso, as culturas escolares são resultantes da ação dos sujeitos que fazem a escola. Uma escola feita por industriais para filhos de operários com vistas ao controle social.

Ainda com o intuito de possibilitar a compreensão da noção de cultura escolar recorremos às contribuições de Faria Filho (2007, p. 195) que apresenta o significado dela como sendo:

A forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaços-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares.

Nesse sentido compreendemos que a EACFL no seu propósito de formar os aprendizes para o sistema fabril da CTRT criou valores e métodos escolares que, dada uma situação histórica, visava educar para atender os interesses da industrialização em franca expansão.

Vidal (2005) afirma que o currículo, as disciplinas escolares, o cotidiano institucional, o exercício diário dos docentes e dos discentes, a materialidade da escola e os recursos metodológicos são assuntos que podem emergir como problemas de pesquisa para o campo historiográfico em educação e o estudo das culturas escolares.

Com intuito de sugerir mais um fragmento explicativo para o estudo dos fenômenos educacionais, fundamentamo-nos em Bencostta (2010, p. 42) quando afirma:

Entendo o conceito de cultura escolar como possuidor de multiplicidades de interpretações capazes de apresentar fragmentos explicativos do universo escolar, aptos a contribuir para o estudo dos fenômenos educacionais em seus mais variados aspectos históricos.

Portanto, dando abrangência ao conceito de *cultura escolar* enquanto expressão intrinsecamente ligada aos fenômenos educacionais do ensino profissional para a indústria, apresentamos uma conotação de prática escolar como: *cultura escolar para a fábrica*, aqui vinculada às intervenções da escola na formação de mão-de-obra especializada para o trabalho nas fábricas e voltada para a disciplina no trabalho.

2.4.2 Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL)

Ao escrever sobre a EACFL, nos reportamos a Magalhães (2004, p. 147) quando afirma que o percurso da história de uma instituição educativa “inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica”. Para este autor reconstruir esse histórico “traduz-se na construção de uma

identidade cultural e educacional, que resulta da articulação do itinerário histórico com o modelo educacional” (Idem, p. 147).

Sendo assim, é necessário destacar que esse espaço escolar, ora em estudo, revela-se como modelo de um lugar próprio para a educação profissionalizante com uma identidade cultural e educacional própria para formação de operários, tendo sido fundada em 1944, e iniciada a primeira turma em 1946. Sua realidade educativa traduzia-se na oferta de cursos com duração de 36 (trinta e seis) meses para formação nas áreas de metal, madeira e têxtil, com destaque para os ofícios de Torneiro Mecânico, Marceneiro e Serralheiro Ajustador, como já abordado.

Em busca do itinerário histórico da EACFL, nos valem das memórias de ex-professores e ex-alunos, para a construção de nosso objeto de estudo que pretendia qualificar os operários, dando a eles uma preparação técnica para o trabalho na fábrica. Nesse sentido, observamos que a memória de alguns ex-alunos da escola nos ajudou a analisar o papel educacional e social exercido pela fábrica de tecidos.

Nessa reconstrução desse espaço escolar, recorremos a Viñao Frago (1998) quando afirma que qualquer atividade humana tem a necessidade de um espaço e de um tempo determinados. Isso acontece com o ensinar e o aprender, ou seja, com a educação, é preciso haver uma dimensão espacial. Essa ocupação e utilização de espaço caracterizam o lugar. Esse lugar, no caso deste trabalho é a EACFL, que a nosso ver deu contribuições significativas na construção do cotidiano e na cultura da cidade.

Para Mello (2002), na perspectiva da fábrica promover a educação em Rio Tinto, o núcleo das atividades educacionais seria o Grupo Escolar, porém, as principais ações na área de educação, em sua opinião não foram desempenhadas pelos estabelecimentos da rede regular de ensino, mas sim pelas entidades patronais dos industriais, ou seja, o SENAI e o SESI, que chegaram à vila operária, respectivamente em 1946 e 1953. A EACFL representa a experiência educacional dos operários da CTRT que trazia perspectiva de vida para a população local.

As imagens a seguir retratam dois momentos da instituição escolar que estamos pesquisando. Infelizmente não temos como precisar a data, muito embora podemos inferir que se refere à década de 1940. Entendemos que é importante expor essa fonte iconográfica, uma vez que materializa a representação da EACFL com seus alunos ensaiando para o desfile que comemoraria o dia da Independência do Brasil e, logo a seguir, no ano de 2009, apresentando o estado de ruínas em que se encontram as instalações da extinta escola que se localizam na entrada da cidade de Rio Tinto, por atrás do Fórum local.

Figura 3 – EACFL de Rio Tinto - Escola do SENAI (194?)



Fonte: Acervo do site – <http://www.riotintopb.com.br>

Figura 4 – Ruínas da EACFL de Rio Tinto (2009)



Fonte: Acervo do autor

Essa situação atual de abandono e de ruínas da escola reforça nossa exposição quando observamos que toda a trajetória da escola foi marcada pela história da fábrica e pelo ciclo de vida dos operários que dela fizeram parte.

Assim, explanado o histórico dessa instituição de ensino profissionalizante e tecidas as considerações sobre sua decadência e encerramento de suas funções, importa-nos abordar, no próximo capítulo, por meio da pesquisa documental e da história oral, o tipo de educação que os estudantes-operários receberam e sua repercussão cultural dentro e fora da escola.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE DOS MUROS DA ESCOLA: produzindo cultura

Neste capítulo analisamos a dimensão física e administrativo-pedagógica da escola, por intermédio dos documentos levantados nas visitas aos arquivos: fichas de inscrição do aluno, metodologia, cadernos, diários de classe e avaliações. Delineamos a evolução da escola, relatando as turmas concluintes e a obtenção dos certificados, como também examinamos a dimensão sócio-cultural, fundamentada nas premiações e na meritocracia, nas datas comemorativas e no fardamento dos ex-alunos/ex-operários. Também analisamos e discutimos os resultados das entrevistas e histórias orais.

3.1 Educação e cultura entre os muros da escola

É preciso mencionar, mesmo de forma breve, a relação entre educação e cultura no interior da escola e sua interação com o meio social.

Nesse sentido, ao tomarmos a *escola* como *locus* de produção, circulação e reprodução cultural, lugar, portanto, de conflito, localizamos na obra de Thompson (1998) um conjunto bastante fecundo de conceitos, noções, premissas e hipóteses capazes de conferir à escola e a seus agentes um papel destacado na organização da cultura (TABORDA, 2008, p. 150).

Nessas relações, Salvador (1971) interpreta a educação como *síntese da cultura* e consiste especificamente no desenvolvimento de aptidões e predisposições internas do indivíduo, quer em relação a si mesmo, quer em relação à sociedade ou à vida em geral. Esse desenvolvimento pode ser realizado por intermédio de atividades e práticas educativas ou mediante os contatos com as conquistas culturais. Com esse propósito, os bens culturais são sistematizados conforme os fins educacionais, o nível espiritual e mental de quem as aprende, uma vez que a educação condensa e sistematiza os bens culturais, convertendo-os em leis formativas. Tal tarefa cabe especificamente a um dos processos de educação, que é o ensino, pois por intermédio dele, pessoas são educadas e assuntos são ensinados.

As “matérias disciplinares, organizadas em planos de estudo, nada mais são do que bens de cultura transformados em bens de formação” (SALVADOR, 1971, p. 185). Dessa forma, a formação do operário em Rio Tinto visava à transmissão da cultura de fábrica por intermédio da educação sistematizada pelo SENAI com fins de disciplina e controle.

Portanto, em sentido amplo podemos entender a educação como um processo de transmissão da cultura existente com objetivo de reproduzi-la e conservá-la. Sendo assim, “a educação consiste, em sua essência, na transmissão de uma civilização, numa pressão exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens, a fim de que estas recolham e realizem os ideais que aquelas trazem consigo” (AZEVEDO, 1944, p.11).

Dessa forma, as contribuições de Thompson (1998) para a análise da educação profissional oferecida aos operários da CTRT nos levam a observar a *cultura* próxima ao sentido atribuído ao costume. Em uma conjuntura de Revolução Industrial, de reformas culturais e alfabetização em massa, as classes populares da Inglaterra utilizavam os costumes como instrumentos de lutas contra as classes dominantes.

Nessa perspectiva, a EACFL contribuiu para a formação de uma cultura que trouxe desdobramentos não esperados pelos industriais no que tange ao surgimento de uma consciência que, silenciosamente, contrapunha-se à classe dominante em seu cotidiano.

Logo, transitando entre o documental, procuramos analisar a experiência educacional dos operários da CTRT e reconstruir a história da EACFL no período compreendido entre 1944 e 1967, tentando adentrar ao seu cotidiano.

No empenho de analisar a instituição educativa ora em evidência nos apoiamos em Magalhães (2004, p. 142) quando afirma que “entre as facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas relevam: os espaços e a estrutura arquitetônica; áreas organizacionais; estrutura física, administrativa e sociocultural; identidade cultural e educacional”. Por esse caminho é importante ressaltar que:

As instituições educativas tal como deixam inferir a generalidade dos regulamentos internos e parte dos normativos externos, no que se refere ao *funcionamento* e aos objetivos internos da instituição apresentam uma *estrutura física*, uma *estrutura administrativa* e uma *estrutura sociocultural*. (idem, p. 145, grifo nosso).

Ainda no que se refere ao funcionamento das instituições educativas é importante observar que:

A ação pedagógica carece, em regra, de uma *validação administrativa*, para efeitos de *creditação externa*, pelo que, *no plano histórico*, frequentemente se *apagam e desaparecem as marcas de realização efetiva dos principais atores (professores e alunos)*, sendo preservados, para efeitos de *certificação e controle*, apenas os *registros dos resultados pedagógicos* (termos, *diplomas, certificados*). Portanto um dos desafios que se colocam ao historiador é *projetar e inferir, com base nesses registros e nesses*

artefatos, *a reconstituição* dos modos de produção e o seu significado no *quadro dinâmico e integrado da instituição*. (idem, p. 145, grifo nosso).

Na exposição fica claro que toda a produção oral da instituição desaparece no plano histórico, restando somente para efeito de certificação e controle os documentos que ainda podem servir de base para os pesquisadores inferirem a dinâmica e a evolução da escola. Como podemos perceber, a análise documental ora proposta é pertinente para esta pesquisa.

Ainda no interesse de situarmos o leitor em relação ao direcionamento desta análise, nos apoiamos nas contribuições de Pereira (2007, p. 86) interpretando Magalhães, quando expõe que:

A instituição escolar está alicerçada em tríplice estrutura ou dimensão: *física* (o prédio, os seus espaços físicos, a sua configuração e a sua ocupação permitem ler a arquitetura pedagógica que está em jogo); *administrativa*: envolvendo as áreas pedagógica e didática, áreas de direção e de gestão com seus atores: professores, alunos e funcionários em interação; *sociocultural*, de produção e transmissão de cultura, de saberes e de formação, ou seja, "conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar". (grifo original).

Dessa forma, mapeando as dimensões – física, administrativa e sociocultural – investigamos o presente objeto de estudo em sua historicidade e, com isso, inserimo-nos em sua cultura. A esse propósito Gonçalves (2006, p. 133, grifo nosso) observou que:

Conhecer a *maneira como a escola se produziu nas relações cotidianas* é voltar-se para o *seu funcionamento interno*, o lugar onde se faz, se realiza a escola. É nesse lugar que *é possível apreender a cultura* que ali se produziu ao longo do tempo histórico.

Então, conhecer a escola pela leitura dos seus documentos e funcionamento interno é conhecer uma parte de sua cultura e suas relações cotidianas.

Portanto, no que se refere ao funcionamento e aos objetivos internos da instituição apresentamos a seguir: a dimensão física, a dimensão administrativa que envolve a área pedagógica e a dimensão sócio-cultural da instituição escolar em análise.

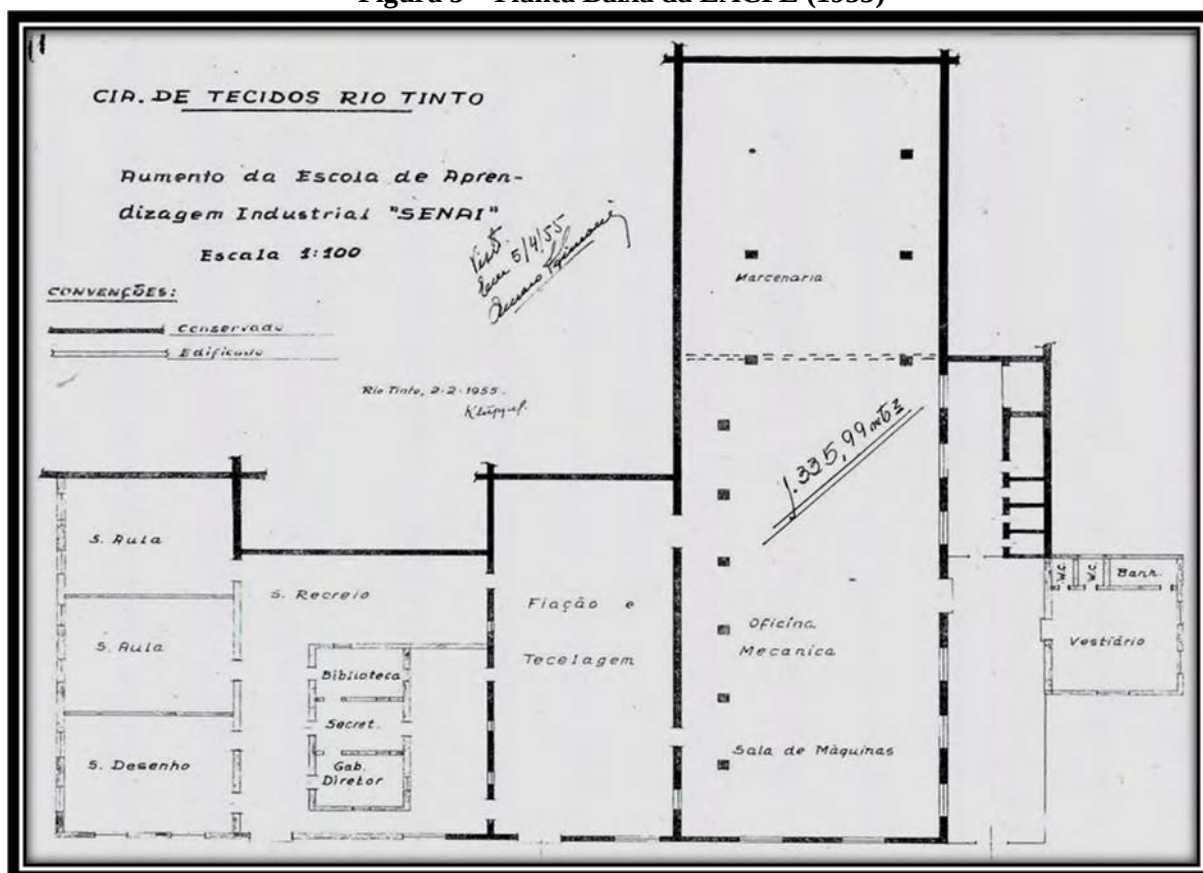
3.2 Dimensão física

Quanto ao espaço físico da EACFL tratava-se de imóvel situado na Rua da Tijuca, S/N, Bairro Centro, Rio Tinto – PB, atualmente e na época já era localizado por trás do Fórum Desembargador Francisco Espínola, na avenida principal, entrada da cidade.

No que se refere “aos espaços e estrutura arquitetônica dos edifícios, há instituições educativas [...] instaladas em prédios adaptados. (MAGALHÃES, 2004, p. 142). Sendo assim, para o funcionamento da EACFL foram adaptadas instalações de um galpão com 1.335,99 m² que de acordo com a planta baixa de 02 de fevereiro de 1955, apresentava versão final da escola até o seu fechamento. Esse prédio abrigava, gabinete do diretor, secretaria, biblioteca, sala de recreio, sala de desenho, 02 (duas) salas de aula, galpão da fiação e tecelagem, galpão extenso que acomodava a sala de máquinas, oficina mecânica e marcenaria, nesse espaço escolar ainda havia vestiário e banheiros. É importante salientar que essa estrutura física funcionava como um departamento da fábrica e nela havia máquinas, ferramentas e mobiliário para o desenvolvimento de suas atividades educacionais.

Esse espaço com sua configuração apresenta a arquitetura pedagógica da escola que se dividia em aulas teóricas e práticas. O local das aulas práticas com sua extensão permitia o olhar atento dos professores no intuito de preservar a ordem e disciplina durante as aulas. Segue abaixo figura da planta baixa do espaço físico da escola:

Figura 5 – Planta Baixa da EACFL (1955)



Fonte: Arquivo da CTRT

3.3 Dimensão administrativa

No que se refere ao âmbito administrativo-pedagógico da EACFL, podemos afirmar que esse espaço escolar, em seu modelo de gestão e suas práticas educativas, sofria influência de regimes ditatoriais, comparando-se em algumas ações, ao tratamento dado aos militares. A esse propósito, observou Foucault (2004), quando apontou essa perspectiva ao falar de instituições e de poder, que ele via a escola como um dos locais de disciplinamento. Em sua opinião, havia semelhanças entre a prisão, o hospital, o quartel e a escola.

Assim sendo, dizemos que, com essa filosofia, o Diretor Rogé Maciel Pinheiro implantou as bases estruturais da EACFL. Um espaço escolar ligado à formação de indivíduos eminentemente do sexo masculino, em face aos ofícios oferecidos para o trabalho na fábrica, com base na disciplinarização. Convém ressaltar que esse espaço era dividido com quatro mulheres, três professoras do curso preparatório para o processo seletivo de ingresso na escola e uma secretária. No final da participação da CTRT como mantenedora em 1967, somente uma professora e uma secretária faziam parte do quadro funcional. Com essas observações, estamos apresentando inicialmente, a maneira como a escola produzia suas relações cotidianas.

Partindo da intenção de conhecer as experiências vividas no cotidiano de um espaço escolar e entender sua dinâmica, recorreremos a Gonçalves e Faria Filho (2005, p. 32) que afirmam:

[...] no seu interior existe uma cultura em processo de formação que, ainda que possa ser considerada particular, pela especificidade das variadas práticas dos sujeitos que ocupam esse espaço, articula-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade.

Podemos dizer que, ao delinear o processo administrativo da EACFL, identificamos semelhanças existentes entre a escola e sua patrocinadora, tentando aproximar educação e trabalho com as práticas educativas do SENAI.

Essa intenção de manter a ordem e a disciplina na escola, ampliando-se de forma indireta para a cidade e a fábrica, fez com que a EACFL preparasse os alunos para despertarem o anseio de se tornarem operários e, pelo menos, manterem sua condição social por intermédio de emprego na CTRT, único local de empregabilidade na região.

Na sequência apresentamos a análise da área pedagógica que envolve tópicos relativos à seleção e ingresso, fichas de inscrição de alunos, professores, metodologia de ensino, diários de classe, cadernos escolares, avaliações, relações de turmas concluintes e certificados.

3.3.1 Área pedagógica

3.3.1.1 Seleção e ingresso

Com a finalidade de esclarecer a cultura escolar dos cursos da EACFL, é necessário nos inteirarmos dos critérios estabelecidos para o ingresso na referida escola profissionalizante. Ao analisarmos o processo de seleção, verificamos o perfil do aluno e futuro operário pretendido pela CTRT, em face ao seu caráter rígido e criterioso, no tocante não só à exigência de uma escolarização básica, como também à saúde do candidato por intermédio de uma avaliação médica.

Como complementações para o processo de ingresso, foram criados cursos preparatórios (CPs), que tinham a duração de seis meses e desenvolviam habilidades necessárias aos ofícios e cursos vocacionais, destinados aos alunos que não tinham a idade suficiente (catorze anos) para o ingresso nos programas regulares do SENAI. Nesses cursos, o aluno complementava sua educação de base e realizava trabalhos em madeira, metal, couro, modelagem e outras modalidades. Para participação no processo seletivo, os candidatos eram indicados por parentes que pertenciam ao quadro da fábrica como funcionários.

O processo para ingresso nos *Cursos de Aprendiz de Ofícios* (CAO) tinha que cumprir inicialmente a condição de os candidatos *serem filhos ou parentes de operários que trabalhassem na fábrica, idade entre catorze e dezoito anos, escolarização mínima de quatro anos, participação em curso preparatório promovido pela EACFL e ter sido aprovado nos exames seletivos* aplicados pela *Divisão de Seleção* do SENAI.

O documento a seguir ilustra o resultado de um processo seletivo da escola realizado em 15/01/1947 com trinta e sete candidatos, comparecendo somente trinta e quatro:

Figura 6 – Resultado de seleção de alunos – SENAI Rio Tinto (1947)

SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE PERNAMBUCO
Divisão de Seleção

SELEÇÃO DE C.A.O.

Assessor: Cláudio Aldeman Local: Rio Tinto - Pb. Comparativos: 34
Sala: 2/a Data: 15/1/47 Hora: 9,00 Faltas: 3

N.º de Inscri.	NOME	Classe	EXAME MÉDICO	Matemática	Português	Letra	Resultado do exame médico	Incluído
			Data Hora					
30	Antônio Vicente	e	15 8,39	52	44	48	H	H
31	José Dias Cavalcante	e	15 8,42	8	12	10	H	H
32	José Costa da Silveira	e	15 8,44	28	24	26	H	H
33	Severino Virgino	e	15 8,47	16	20	18	H	I
34	Edvaldo Feitosa da Silva	e	15 8,50	8	36	22	H	H
35	Severino Gonçalo de Sousa	e	15 8,53	40	12	26	H	H
36	Valdemar Fernandes Oliveira	e	15 8,56	8	32	20	H	I
37	Adalgio Vieira	e	15 9,00	12	28	20	H	I
Para matrícula nos:				18,17	25,79	20,34		
C.A.O. - mínimos				15,36	21,28	17,31		
C.P. - "								
H = habilitados aos C.A.O.								
I = inhabilitados aos C.A.O.								
R = rejeitados pela Seleção								
NOTA - Nesta folha não há rasuras.								

Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional

Vale salientar que no decorrer de nossa investigação identificamos que todos os candidatos inscritos, aprovados e alunos concluintes eram do sexo masculino.

3.3.1.1.1 Fichas de inscrição de alunos

Após a participação do aluno no processo seletivo para ingresso na EACFL era feita sua matrícula e seu cadastro controlado por uma “ficha de inscrição do aluno”, conforme documento abaixo:

Figura 7 – Ficha de Inscrição de Aluno – SENAI Rio Tinto (1966)

SENAI
Departamento Regional da Paraíba
Acôrd SENAI/Rio Tinto
Escola "Cel. Frederico Lundgren"

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ALUNO

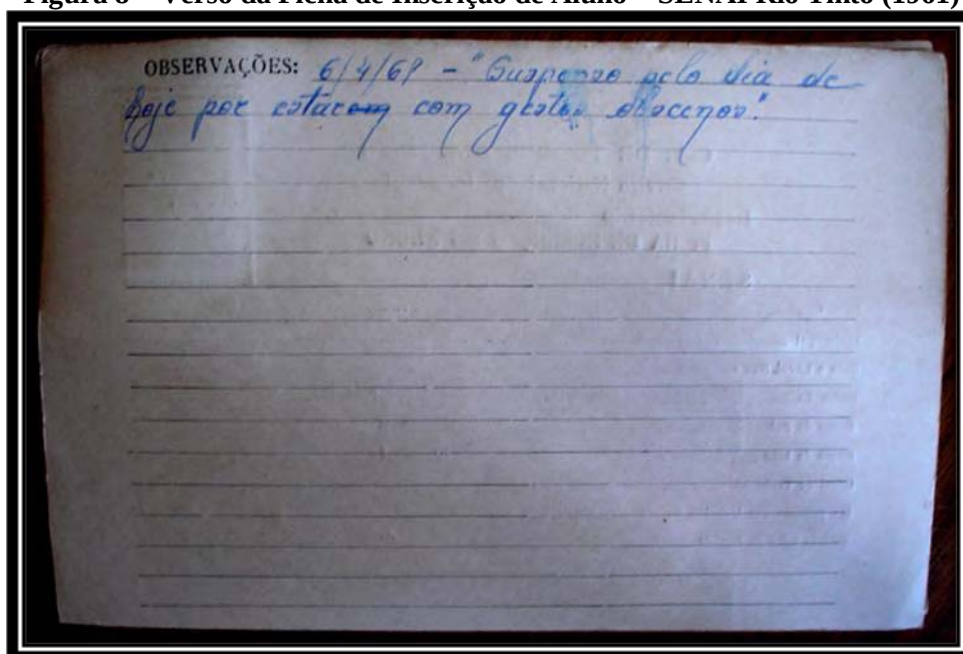
Nome: Edson Benício Marques Inscr. 498
Endereço: Rua Amílcar de Oliveira - 1361
Nascimento: Local Rio Tinto Data 4/02/41 Cor: Branco
Instrução: 4º primário Religião: Católica Profissão: Op. geral
Nome do Pai: Antônio Padilha Prof.: Operador
Nome da Mãe: Alfa Benício Marques Prof.: Operadora
Local de Trabalho: Rua de São João Rio Tinto
N.º pessoas que trabalha na Cia. 02 Salário total da família Cr\$ —
Rio Tinto, 13 de 4 de 1966 SETOR DE ENSINO PROFISSIONAL

Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional

Os dados dessa “ficha de inscrição de aluno” expressam inicialmente sua idade, quinze anos. Esse documento apresenta também o local de trabalho do pai que era a CTRT, cultura dessa Escola de Aprendizagem que se baseava em oferecer formação profissional destinada aos filhos de operários e tinha como finalidade a preparação da mão-de-obra para substituir seus familiares nas oficinas da fábrica.

No verso de outra ficha de inscrição de um dos alunos consta nas observações, de forma manuscrita, a seguinte informação: “06/04/1961 – *Suspenso pelo dia de hoje por estar com gestos obscenos*”. Não podemos imaginar que gestos obscenos seriam esses para a época. Com isso, ilustramos a proposta de disciplina e ordem, na cultura dessa escola de educação profissional na década de 1960.

Figura 8 – Verso da Ficha de Inscrição de Aluno – SENAI Rio Tinto (1961)



**Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional**

Apropriando-nos das palavras de Marques (2006), finalizamos esse tópico sobre *seleção e ingresso* na EACFL e chegamos ao entendimento de que a CTRT pretendia formar operários bem selecionados e bem treinados, pois eles poderiam render o máximo e aumentar a fabricação de produtos para o setor fabril; logo a formação desses aprendizes operários iria transformá-los em sujeitos produzidos para o trabalho, via cursos planejados e executados sob a ótica da fábrica. Essa vertente ideológica dos industriais nos apresenta parte da cultura escolar do SENAI de Rio Tinto, que era a disciplina rígida, pautada na figura que se desejava do operário: trabalhador, apto, higienizado e disciplinado.

3.3.1.2 Professores

Na intenção de esclarecer um pouco mais sobre a organização pedagógica da EACFL abordaremos agora, a respeito dos professores. A preocupação com a formação do corpo docente de uma escola é um ponto importante a ser discutido, ainda mais quando nos referimos à instrução técnica em uma cidade no interior da Paraíba nas décadas entre 1940 e 1960. Tais indivíduos precisaram implantar uma educação profissionalizante para aprendizes com pouca instrução e torná-los mão-de-obra especializada para o trabalho na indústria. A tarefa tornou-se árdua e conturbada uma vez que foi difícil formar uma equipe de professores pela falta de preparo no âmbito pedagógico.

Nessa direção, Cunha (2000) adverte que, por intermédio do material didático das séries metódicas, havia a improvisação de professores. O SENAI, desde a sua criação, não dispunha de um corpo de instrutores conhecedores dos diversos ofícios que se pretendia ensinar, como, aliás, era o perfil da maioria das entidades de ensino profissional na primeira metade dos anos de 1940. Em consequência, impunha-se sua improvisação; dessa forma, o material didático deveria ser tão detalhado, no formato de um manual, para que os alunos-aprendizes e os professores pudessem desenvolver em conjunto o processo de ensino-aprendizagem.

A dificuldade ainda era maior em virtude de que a equipe que estava implantando a EACFL em Rio Tinto trabalhava com a possibilidade de a fábrica ter se tornado um *espaço de educação*, um local que absorveu iniciativas empíricas para a arte de ensinar e a possibilidade de utilização dos próprios operários como professores, assim adverte Fernandes (2000, p. 122, grifo nosso):

Na verdade, a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, jamais necessitou de escola de ensino mecânico alguma – mesmo sendo por imposição governamental: *pois as grandes oficinas daquela fábrica, por si só, já eram uma faculdade de ensino profissional* de caráter abrangente! Existia, permanentemente, uma grande sala destinada exclusivamente para ensinamento e treinamento mecânico de meninos (filhos dos operários daquela fábrica), logo que completassem os 14 anos de idade.

Pelo exposto, imaginava-se que manter uma escola exclusivamente pela fábrica, sem a participação estrutural, financeira e organizacional do SENAI, seria preparar mão-de-obra especializada para o trabalho nas fábricas, utilizando operários já experientes como professores.

Ao contrário do que se pensava no processo de implantação da EACFL, a ideia dos operários serem aproveitados não foi possível, já que os industriais tinham o interesse de criar um perfil profissional em seus alunos que tivesse uma capacidade técnica bem desenvolvida, assimilada por uma metodologia de ensino que era praticada em todo o país. Essa preocupação se baseava no sentido de que a educação profissional tinha como encargo a formação de operários que seriam responsáveis pela produção industrial, ou seja, a ação de transformar matérias-primas em produtos para serem vendidos no mercado interno e externo não deveria ser tratada de forma amadora, uma vez que poderia comprometer os lucros nessas operações e, assim, não geraria a acumulação do capital.

Sendo assim, não havendo disponíveis docentes devidamente preparados para o desenvolvimento da formação profissional nas suas regionais, o SENAI assumiu a tarefa de capacitá-los, por um período de seis meses, antes de colocá-los em contato com os aprendizes. Os docentes do SENAI/PE foram preparados para atender sua regional (LOPES, 1992).

A solução foi trazer para Rio Tinto professores oriundos do estado vizinho, Pernambuco, já que o convênio do SENAI/PE com a CTRT permitia tal intercâmbio. A vinda desses mestres do ensino industrial tinha como uma das metas tentar formar entre os alunos, novos professores que pudessem ensinar aos futuros aprendizes. Acompanhando esse corpo docente veio o Senhor Rogé Maciel Pinheiro que dirigiu a escola até o seu fechamento.

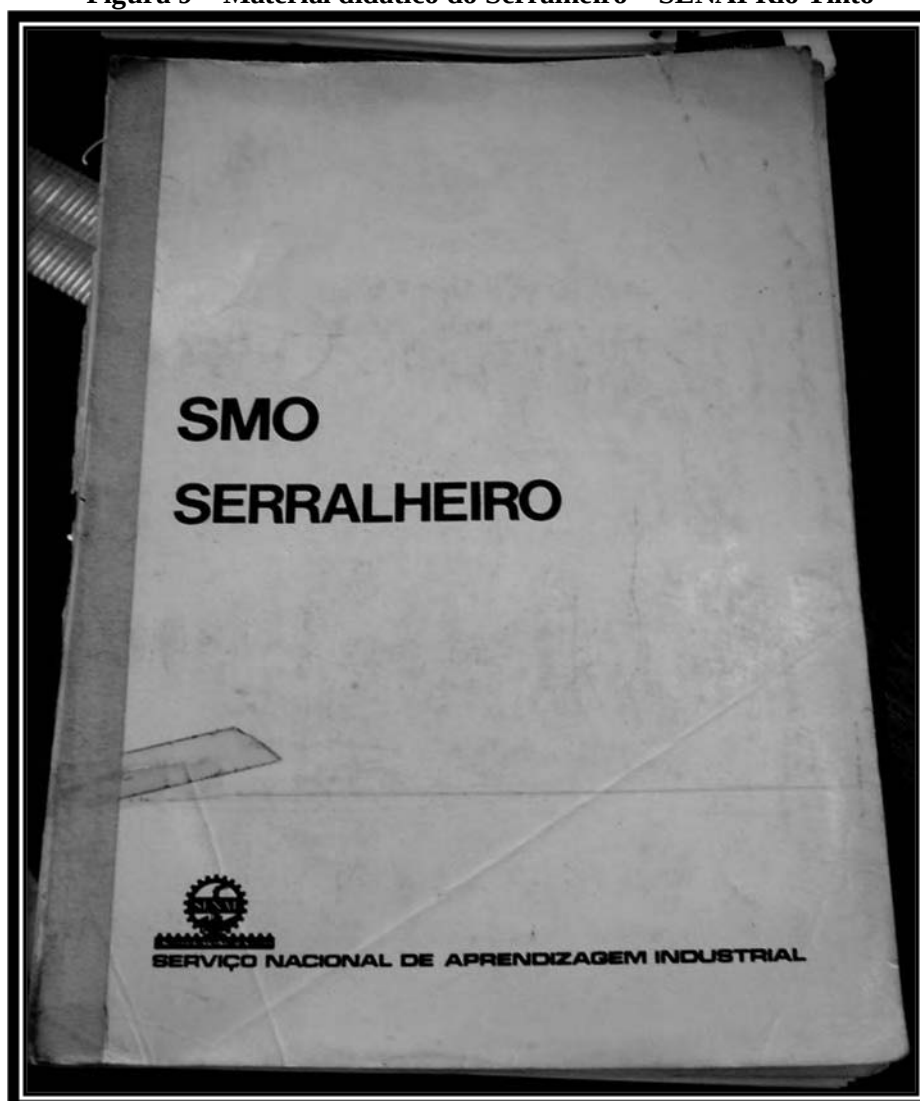
3.3.1.3 Metodologia de ensino

A metodologia de ensino praticada na EACFL seguia a proposta do SENAI Nacional que se baseava na aprendizagem com aulas regulares pela manhã e, à tarde, trabalhos em oficinas no cumprimento de tarefas que correspondiam à metade do curso. O sistema de ensino sempre procurou nos Cursos de Aprendizes de Ofício (CAO) instituir uma articulação que abrangesse a educação e o trabalho por intermédio de práticas que retratassem o ambiente e as atividades industriais. Nessa cultura escolar para fábrica, Cunha (2000) afirma que, até mesmo fora do ambiente da escola, a conduta do aprendiz poderia ser motivo para advertência ou punição, conforme previa o regulamento que recebia no momento do seu ingresso.

Nos referidos cursos eram empregadas as *Séries Metódicas Ocupacionais* (SMO). Esse material didático, utilizado para a formação profissional, era distribuído pelo SENAI e era composto por um conjunto ordenado de folhas de instrução – Folhas de Tarefa (FT), Folhas de Operação (FO), Folhas de Informação Tecnológica (FIT) elaboradas com base no perfil de cada ocupação.

Para a realização das atividades práticas com o auxílio das SMO antecedia uma preparação dos aprendizes no que dizia respeito ao esclarecimento em relação às peças, às ferramentas e às máquinas. Sendo assim, o processo de aprendizagem era orientado pelo método de racionalização do trabalho, baseado na teoria de Frederick Taylor (Taylorismo) que dava ênfase à divisão das tarefas para o aumento da eficiência produtiva. A seguir ilustramos com imagens o material das SMO:

Figura 9 – Material didático do Serralheiro – SENAI Rio Tinto



**Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional**

Figura 10 – Folha de Tarefa - SMO – SENAI Rio Tinto

35

 CBS	SERRALHEIRO	CIUO 8-39.10
	OPERAÇÃO	Ref.: F0.01/SF
	LIMAR SUPERFÍCIE PLANA	Mod.: 1/3

Limar é desbastar ou dar acabamento com o auxílio de uma ferramenta chamada lima.

Limar superfície plana é a operação realizada com a finalidade de obter um plano com um grau de precisão determinado (fig. 1). O serralheiro executa esta operação, frequentemente, no acabamento de trabalhos de serralheria e em ajustes diversos.



Fig. 1

PROCESSO DE EXECUÇÃO

1º passo - Prenda a peça, conservando a superfície a ser limada na posição horizontal e acima do mordente da morsa (fig. 2).

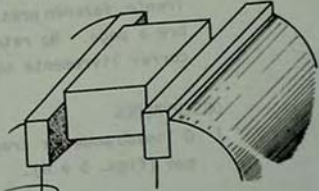


Fig. 2

OBSERVAÇÕES

1 Antes de prender a peça, verifique se a morsa está na altura recomendada (fig. 3); se necessário, procure outro local de trabalho ou use estrado.

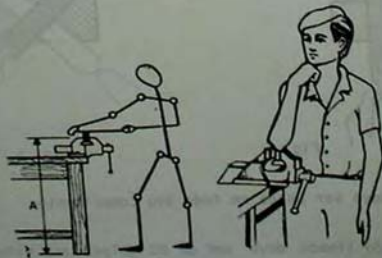


Fig. 3

2 Os mordentes da morsa devem cobrir-se com material mais macio que o da peça, para proteger as faces acabadas.

**Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional**

Tal método, utilizado nas aulas da EACFL, abarcava: planejar, organizar, executar e controlar as atividades desenvolvidas pelos alunos. A proposta se fundamentava em treinar e preparar os futuros operários, explorando suas melhores aptidões para um ofício, ensinando que, para a realização de um trabalho, o aprendiz deve ser o mais disciplinado possível, sendo metódico, como o próprio nome da metodologia sugere.

3.3.1.4 Diários de Classe

Baseado na análise dos diários de classe e nos depoimentos do ex-alunos verificamos a cultura escolar da meritocracia, vinculada à competição escolar, onde os mais aptos eram recompensados financeiramente. No próximo documento, verificamos que, ao lado do nome dos alunos, constava um traço destacando a classificação para o recebimento de salários por intermédio das notas obtidas; nesta turma a remuneração foi paga aos que tinham a expressão 1º., 2º. e 3º. conforme segue:

Figura 11 – Diário de Classe – SENAI Rio Tinto (1956)

Nº	Nome	Port.	Mat.	Ciência	Class.
1	Ademilton Francisco	90	35	57	11º
2	Adivaldo Mauricio	85	10	30	38º
3	Arnaldo Xavier	80	30	40	36º
4	Benjamim Mendes	100	45	70	6º
5	Cláudio Miro Barbosa	100	20	60	3º
6	Edvaldo Bezerra	75	10	40	20º
7	Espedito Bandeira	90	80	86	1º
8	Francisco Teixeira de Araújo	60	40	51	17º
9	Fernando Gonçalves	85	35	60	10º
10	Francisco Luiz Gomes	60	20	40	33º
11	Francisco Moreira	65	45	55	13º
12	Francisco Pereira Ramos	70	40	55	14º
13	Francisco de S. Ferraz	100	45	70	5º
14	Gilvani Guedes	90	77	80	2º
15	João Adelino	75	0	37	35º
16	José Bezerra Filho	95	60	77	4º
17	José Francisco de Amorim	75	10	40	30º
18	José Joaquim	70	35	50	16º
19	José Mendes de Souza	75	50	60	8º
20	Luiz Batista da Silva	80	10	45	18º
21	Leuriberto Martins	55	20	37	36º
22	Luiz de Amorim Bezerra	90	50	70	7º
23	Maíxio Ferreira Borges	35	35	35	37º
24	Camões do Nascimento	15	0	07	30º
25	Marcelo Mendes de Souza	65	30	47	19º
26	Marcelo Mendes de Souza	95	76	85	3º
27	Osniel Hugo	90	30	55	12º
28	Osvaldo Aguiar	80	35	57	13º
29	Osvaldo Pinto	60	20	40	34º
30	Servino Bezerra	20	0	10	39º
31	Wilson Gomes Chacal	90	40	65	9º
32	Wiliberto Teixeira				

Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional

3.3.1.5 Cadernos Escolares

Os objetos usados na escola, como os cadernos escolares dos aprendizes de ofício da EACFL, constituem uma relevante prova em relação à sua cultura escolar, apesar de corresponder a uma parte, em relação aos demais fatos que aconteceram na sala de aula. Eles representam aspectos das práticas pedagógicas e também a ideologia dos que fizeram a escola naquele momento histórico.

Os cadernos escolares podem ajudar-nos a entender o funcionamento da escola de uma maneira diferente da veiculada pelos textos oficiais ou pelos discursos pedagógicos. Por essa razão, compreendemos o interesse dos historiadores por essas fontes que escaparam ao seu destino natural: a destruição (CHARTIER, 2007, p. 14).

Verificamos que a análise dos cadernos escolares, que não desapareceram por encontrarem-se nos arquivos dos alunos mais dedicados ou organizados, contribui, por intermédio da cultura escrita, para a revelação de como funcionava a escola e traz interessantes e reveladores fatos do período estudado.

No caso da EACFL, os cadernos nos mostram não somente as anotações dos alunos em relação aos assuntos técnicos tratados durante as aulas, mas também o simbolismo das ilustrações de suas capas.

O caderno, ora em análise, permite-nos configurar categorias relacionadas com aspectos disciplinares e de formação tecnicista. Em sua capa, as representações de escoteiros com a bandeira nacional e a expressão “avante” identificam um período ufanista. Os valores transmitidos pautavam-se na “ordem e progresso”, com o avanço tecnológico e industrial. No verso, trazia a letra do hino nacional brasileiro e o mapa do país.

O simbolismo nas capas e no interior dos cadernos contribuía para que os aprendizes internalizassem uma cultura progressista e ordeira, além dos conteúdos tecnicistas. O documento analisado é datado de 25/03/1964, período que destaca o poder disciplinar exercido, inclusive por intermédio dos materiais escolares.

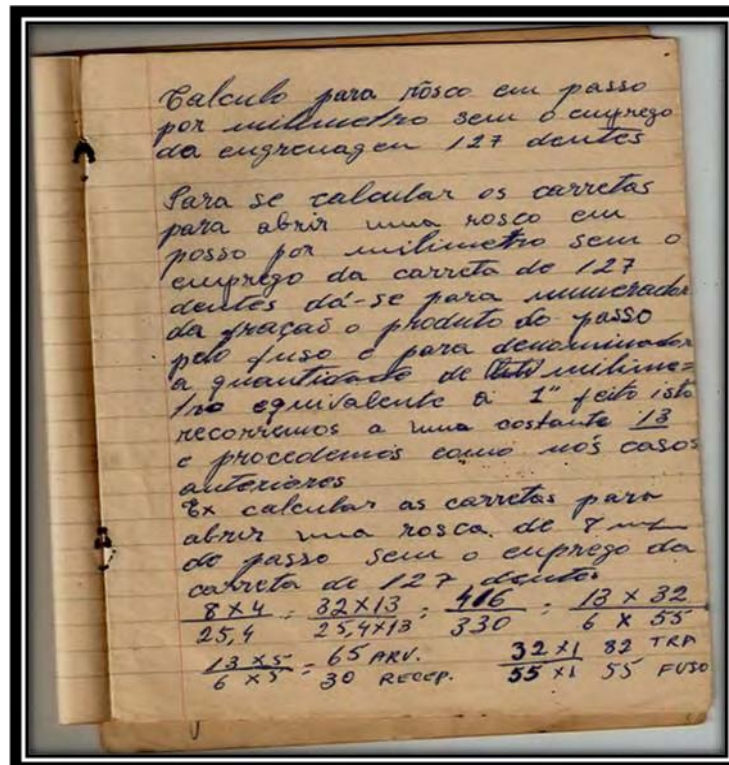
Logo abaixo, ilustramos com imagens, o caderno escolar de um aluno que frequentou aulas na 18ª turma da EACFL e cursou o ofício de Torneiro Mecânico no período de 02/03/1964 a 20/06/1967. Como poderemos observar nas anotações feitas no caderno a seguir, os assuntos eram eminentemente técnicos e visavam preparar os alunos para a execução de tarefas. Essa estratégia de ensino coadunava com a ideologia dos industriais e desenvolvia habilidades para a formação de um futuro operário altamente produtivo no desempenho das atividades na fábrica.

Figura 12 – Capa de caderno escolar – SENAI Rio Tinto (1964)



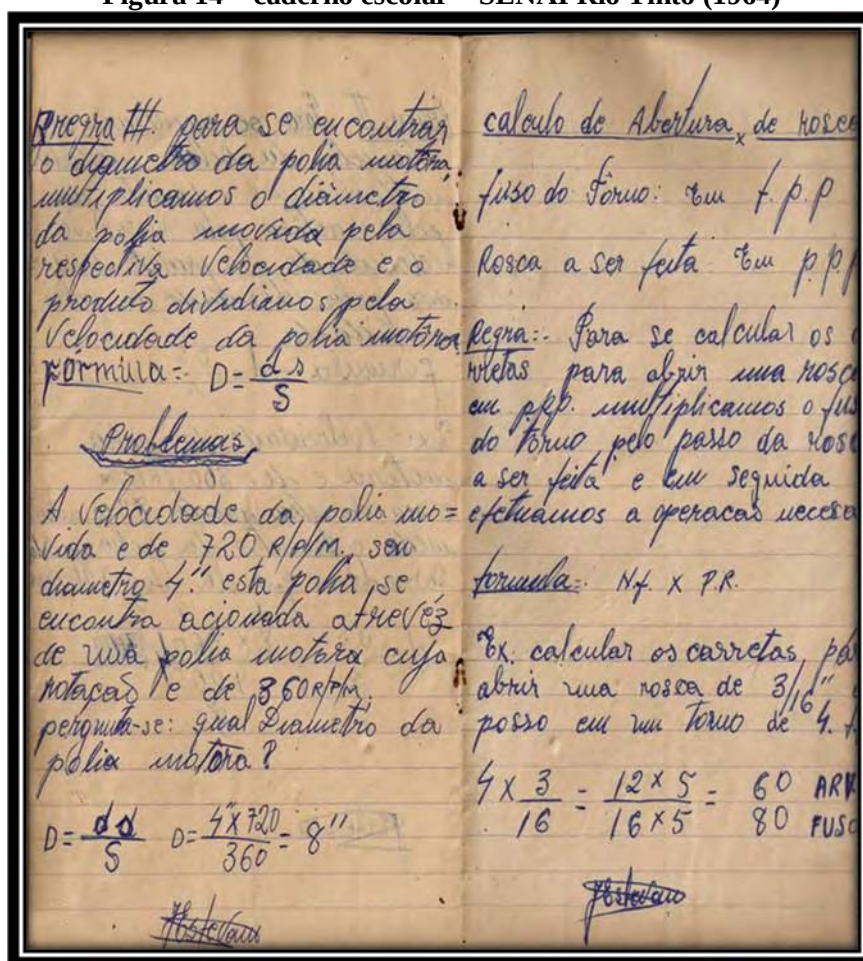
Fonte: Arquivo pessoal de um ex-aluno

Figura 13 – Parte interna de caderno escolar – SENAI Rio Tinto (1964)



Fonte: Arquivo pessoal de um ex-aluno

Figura 14 – caderno escolar – SENAI Rio Tinto (1964)



Fonte: Arquivo pessoal de um ex-aluno

3.3.1.6 Avaliações

As avaliações dos cursos de formação para o trabalho sugerem uma fundamentação teórica baseada na técnica, conforme apresentamos na análise dos cadernos escolares. As disciplinas instrumentais e de educação geral – Português, Matemática, Ciências, Desenho e História tinham seu processo de avaliação com questões voltadas para respostas diretas, desenhos e complementação de frases, com a ausência de questões que pudessem gerar reflexões por parte do aluno-aprendiz. A solução dessas provas era restrita ao cumprimento objetivo do enunciando. O ponto forte da avaliação era o enfoque prático em função de a filosofia da EACFL ser a prática nas oficinas e a formação em serviço.

Como exemplo, analisamos uma folha de avaliação de dezembro de 1949, do curso de Carpintaria para a elaboração de uma peça de prova.

Figura 15 – Folha de avaliação – SENAI Rio Tinto (1949)

SENAI Folha de Avaliação

Escola *Coronel Frederico Lundgren* Curso *Carpintaria*

Cidade *Rio Tinto* Turma _____

Mês de *dezembro* 1949 Peça *de prova*

Desenho _____

NOTAS PARA CADA MEDIDA TOMADA NA PEÇA

Medida	1	2	3
A	50	40	30
B	50	40	30
C	50	40	30
D	50	40	30
E	50	40	30
F	50	40	30
G	50	40	30
H	50	40	30
I	50	40	30
J	50	40	30
K	50	40	30
L	50	40	30
M	50	40	30
N	50	40	30
O	50	40	30
P	50	40	30
Q	50	40	30
R	50	40	30
S	50	40	30
T	50	40	30
U	50	40	30
V	50	40	30
W	50	40	30
X	50	40	30
Y	50	40	30
Z	50	40	30

MÉDIA

Medida	1	2	3
Esquadro	34	33	29
Aspecto e Acabamento	24	30	16
Ajustagem de Montagem	38	24	16
Rapidez	7	0	0
Nota	70	60	45

DIVERGÊNCIAS DAS MEDIDAS NORMAIS (PARA + OU PARA -)

A-OM	Fe-Cl-Fn-Sr-Cp
0=70 Pontos	0=50 Pontos
até 0,15=60 "	até 0,3=40 "
0,30=50 "	1,0=30 "
0,45=40 "	1,5=20 "
0,60=30 "	2,0=10 "
0,70=20 "	mais de 2,1=0 "
0,90=10 "	
mais de 0,91=0 Pontos	

ASPECTO E ACABAMENTO AJUSTAGEM OU MONTAGEM ESQUADRO

A-OM	Fe-Cl-Fn-Sr-Cp
Ótimo=20-Pontos	Ótimo=40-Pontos
Bom=16 "	Bom=32 "
Reg.=12 "	Reg.=24 "
Sofri=8 "	Sofri=16 "
Má=4 "	Má=8 "
Pess.=0 "	Pess.=0 "

RAPIDEZ

Preliminarmente são excluídos os tempos anormais de acordo com os tempos de execução das peças distribuídos em 4 categorias ou classes. A diferença entre o tempo máximo (T) e o tempo mínimo (t), dividido por 4, é igual a "intervalo de classe" (i).

Exemplo: Para T=15h, t=1h, quociente: $\frac{15-1}{4} = 3$

a seguinte distribuição de pontos:

2.ª cat. - de 1 a 1+1	3.ª cat. - de 1+1 a 1+2	4.ª cat. - de 1+2 a 1+3
Até 6,45h	de 6,45h a 8,30h	de 8,30h a 10,15h
10 Pontos	8 Pontos	6 Pontos

Para resultados anormais de tempos, os pontos são atribuídos de acordo com a tabela de pontos.

Até 10,15h = 10 Pontos

Mais de 10,15h = 8 Pontos

Até 15,15h = 10 Pontos

Mais de 15,15h = 8 Pontos

Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional

Identificamos que no documento em análise: *folha de avaliação* já estavam impressos/escritos o nome do *SENAI*; a escola: *Coronel Frederico Lundgren*; a cidade: *Rio Tinto*; o mês: *dezembro de 1949*; o curso: *Carpintaria*; a peça: *de prova e o seu desenho ilustrativa/modelo*. Constavam também as notas para cada medida tomada na peça e legendas no rodapé da referida folha no tocante à pontuação da atividade de avaliação e esclarecimentos em relação à rapidez para sua realização.

Como podemos perceber, ao término de cada fase do curso, o aluno deveria elaborar uma peça com fundamentos que reuniam conhecimentos adquiridos por intermédio dos treinamentos e repetições realizadas nas oficinas. Os critérios para atribuição das notas consideravam a precisão nas medidas, o acabamento dado à peça e a rapidez para sua elaboração. Eram avaliadas também as dificuldades para realização da tarefa, as habilidades do aluno-aprendiz no que se referia à coordenação motora e à utilização das ferramentas.

Como percebemos, essa prática exigida nas avaliações converge para a ideia de que os futuros operários aprendessem o ato de trabalhar de forma eficiente e não abria margem para que eles pensassem sua participação no contexto da produção. O interesse era a formação de um sujeito que pudesse garantir a maximização do processo produtivo industrial, resultando na geração de lucros. Na EACFL não havia espaço para uma educação voltada ao pensamento crítico e reflexivo, não era interesse dos capitalistas, da família Lundgren, nem da ideologia do Estado.

3.3.1.7 Relações de turmas concluintes

No tocante à análise das relações de turmas concluintes, que digitalizamos do arquivo da Delegacia Regional do SENAI em Campina Grande – PB, circunscrita ao período de 1949-1967, indica que o primeiro marco temporal refere-se à formação da primeira, e o segundo, à conclusão da última turma da EACFL mantida exclusivamente pela CTRT.

Desde a sua fundação em 1944, a EACFL, entre 1949 e 1967, formou as seguintes turmas e quantidade de alunos:

Quadro 3 – Turmas e Quantidade de Concluintes da EACFL (1949-1967)

Sequência das turmas	Ano de Conclusão	Quantidade de Alunos
I	1949	12
II	1950	09
III	1951	11
IV	1952	10
V	1953	13
VI	1954	13
VII	1955	12

VIII	1956-1957	18
IX	1957	20
X	1958	16
XI	1959	15
XII	1961	21
XIII	1962	28
XIV	1963	17
XV	1964	23
XVI	1965	17
XVII	1966	20
XVIII	1967	18

**Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional**

No período ora apresentado, a EACFL, em 18 (dezoito) turmas, formou 293 (duzentos e noventa e três) operários nos 23 (vinte e três) anos analisados nesta pesquisa (1944-1967), como Escola de Isenção, mantida exclusivamente pela CTRT. No recorte temporal compreendido entre 1949 e 1967, para os ofícios de Serralheiro Ajustador (154), Marceneiro (45), Torneiro Mecânico (85), Ajudante de Contra-Mestre (06) e Fiação/Tecelagem (03), essa escola profissionalizante formou uma média de 16 (dezesesseis) alunos por turma.

A seguir, ilustramos por intermédio de documentos as relações de alunos da primeira e última turma da EACFL.

Figura 16 – Concluintes da 1ª turma – EACFL - Rio Tinto (1949)

EACFL CEL. FREDERICO LUNDGREN.		
1.949		
I TURMA		
REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ADALGIZO VIEIRA	AJUSTADOR
2	ANTONIO VICENTE ✓	TORNEIRO
3	EDVALDO FEITOSA	AJUSTADOR
4	GERALDO TEODOSIO	MARceneiro
5	JOSÉ ALVES	"
6	JOSÉ COSTA	"
7	JOSÉ L. ANJOS	"
8	JAIME GOMES	TORNEIRO
9	JOSÉ VIEIRA	AJUSTADOR
10	MANOEL OLIVEIRA	"
11	SEVERINO OSMAR	"
12	VALDEMAR ROSAS ✓	TORNEIRO

23341
Escola de Aprendizagem
Cel. FREDERICO LUNDGREN
Rio Tinto

ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional

Figura 17 – Concluintes da 18ª turma – EACFL - Rio Tinto (1967)
Última turma mantida exclusivamente pela CTRT

CONCLUINTES DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM GEL. FREDERICO LUNDGREN			
XVIII - TURMA - 1967			
Nº de ordem	Nº de matrícula	NOME	PROFISSÃO
1	276	ANTONIO LUIS DA SILVA	AJUSTADOR ✓
2	277	EDVALDO LUIS DOS SANTOS	AJUSTADOR ✓
3	278	JORO ESTEVAN DA SILVA	TORNEIRO ✓
4	279	JOSÉ DANTAS COELHO - 20/4/65 <i>atrasado</i>	TORNEIRO <i>Vide observação</i>
5	280	JOSÉ FERREIRA DA SILVA <i>pro. 27/01/95</i>	AJUSTADOR (R)
6	281	JOSÉ JOSEIANO BURGOS ✓	AJUSTADOR ✓
7	282	~~JOSÉ DA SILVA ROCHA~~ <i>Vaga observação abn/cv.</i>	AJUSTADOR
8	283	JULSON CARNEIRO DA SILVA	AJUSTADOR ✓
9	284	LUIS GONZAGA DOS ANJOS	MARCEIRO ✓
10	285	LUIS JOSÉ DO NASCIMENTO → 10/4/65	AJUSTADOR ✓
11	286	MARCIN SANTOS ALCOFORADO	TORNEIRO ✓
12	287	NELSON CAETANO FIRMINO	AJUSTADOR ✓
13	288	RICARDO MANDO CALEYTO	AJUSTADOR ✓
14	289	PAULO SANTANA DA SILVA FILHO	TORNEIRO ✓
15	290	PEIRO MATOS DE SOUZA O/K	AJUSTADOR ✓
16	291	ROBSON MACIEL PINHEIRO	TORNEIRO ✓
17	292	SEVERINO MARINHO DE LIMA	MARCEIRO ✓
18	293	SEVERINO DORRÊS TRINDADE	TORNEIRO ✓
19		→ <i>entrou 23/05/65</i> <i>Carburetor 09/12/67</i>	

Observação:
 José Santos da Cunha Coelho, conferido pela identidade nº 5.609.445 SSP/S.P. e CPF 413 979 608-20
 O. grande, 11/12/95. *Bladasko do Vito*

Observação: De acordo com a identidade pessoal: Raimundo Miltos do Siqueira da Paraíba - o nome do aluno é José Silva Rocha e não José da Silva Rocha nº 282 da matrícula nº 282. Doc. apresentado 4506.
 20/04/96. *Bladasko do Vito*

Fonte: Arquivo do SENAI – Delegacia Regional
Unidade de Educação Profissional

Dessa forma, verificamos que a manutenção da EACFL pela CTRT somente interessou até o momento em que trazia benefícios para a fábrica e sua filosofia de lucros, ligada às diretrizes do capitalismo industrial.

3.3.1.8 Certificados

Em relação aos certificados, notamos que há um imbricamento muito forte entre a CTRT e a EACFL que, em alguns momentos, confunde-se a escola com a fábrica, conforme constatamos no documento abaixo que digitalizamos do arquivo de um ex- aluno/operário. A fonte ora mencionada materializa um laço estreito de influência da fábrica na escola, em que os símbolos das duas entidades se misturam em um mesmo documento. Neste certificado consta o nome da CTRT, o nome da escola, o de seu patrono, como também o do SENAI.

Figura 18 – Certificado do Curso de Ajustador 5º Turma – EACFL - Rio Tinto (1954)



Fonte: Arquivo pessoal de um ex-aluno

Neste tópico, pudemos evidenciar, então, por meio da pesquisa documental – em que analisamos e discutimos a influência marcante da ideologia capitalista, que não havia outra forma de galgar postos mais elevados senão acatando as decisões impostas pela escola e pela

fábrica. Sob essa ótica, os aprendizes-operários foram mais uma peça dessa engrenagem “engessada” em que o ser humano tornou-se produto e foi produzido pelas forças dominantes nas relações sociais de produção naquele momento sócio-histórico.

3.4 Dimensão sociocultural

3.4.1 Meritocracia: entre tornos, notas e salários

A cultura da meritocracia na EACFL foi a categoria que situamos como ponto relevante desta investigação. Talvez o ponto-chave para a elaboração do título desta tese, uma vez que, mediante as fontes, identificamos que o aluno-aprendiz tinha como fator motivador durante sua permanência na escola, o desejo de ser um Torneiro Mecânico, reconhecido na comunidade em que vivia e ainda gozar de status social que ia além do espaço da fábrica e da escola. No ambiente da escola, era apregoado que quem se esforça sempre alcança os melhores postos de trabalho. A importância do sucesso acadêmico, que classificava e premiava o *esforçado*, gerava na EACFL um nível elevado de competitividade.

Como enfatizamos na análise dos diários de classe, a cultura escolar da meritocracia, vinculada à competição escolar, onde os mais aptos eram recompensados financeiramente, destaca a cultura de que a empregabilidade e o sucesso são de responsabilidade individual e não das diferenças de classes, nem do sistema capitalista.

Esse tratamento educativo oferecido aos trabalhadores de Rio Tinto nos faz entender que essa pedagogia tecnicista tem a finalidade de estreitar a relação educação e trabalho no capitalismo e visa nutrir no futuro operário a possibilidade de ascensão social.

Obter as melhores notas, estar entre os três primeiros colocados e, por consequência, receber uma premiação em dinheiro era o que almejavam os alunos-aprendizes da escola. Além disso, o esforço para se destacar na disciplina Matemática e alcançar o direito de estender sua especialização para o ofício de Torneiro Mecânico era o ápice na busca por uma vida melhor. Todo esse esforço e dedicação aos estudos resultaria na premiação final: um emprego nas oficinas da fábrica.

Observamos então, que o ponto fundamental desse processo parece residir no fato de que a EACFL em seu contexto histórico representa a expansão do capitalismo em Rio Tinto. Na situação estudada, o capital, ao avançar, gera a reprodução da miséria, permanência da exploração do homem pelo capital, e não a sonhada ascensão social por meio de uma experiência educacional profissionalizante.

Assim, a ideologia subjacente na estrutura da escolarização dos filhos de operários ressalta a alienação promovida por uma escola de formação para o trabalho. Instituição essa que traduzia em suas práticas educativas os interesses dos industriais e a continuidade das diferenças de classes, utilizando as premiações como incentivo, ou seja, a promoção de uma cultura voltada para a meritocracia, entre tornos, notas e salários.

3.4.2 Datas comemorativas

Um elemento importante do cotidiano escolar eram as datas cívicas. O desfile do dia 7 de setembro era um momento de a sociedade local conhecer a organização e disciplina da EACFL. Os alunos recebiam da fábrica tecidos para confecção da roupa que deveria ser usada no dia da referida comemoração.

A escola tinha orgulho de sua fanfarra. Durante todo o ano havia ensaio com foco na apresentação pelas ruas da cidade. Essa ocasião era muito esperada pela sociedade de Rio Tinto: todos queriam ver o desfile da Escola do SENAI. Abaixo ilustramos um momento dos alunos desfilando na data comemorativa de 07 de setembro em ano não identificado por este pesquisador.

Figura 19 – Alunos da EACFL em desfile - Rio Tinto



Fonte: Acervo do site – <http://www.riotintopb.com.br>

3.4.3 Fardamento: economia da camisa

O fardamento e o corte de cabelo estilo militar eram elementos que simbolizavam a característica disciplinar da escola e propiciavam uma identidade aos alunos-aprendizes na comunidade de Rio Tinto, inclusive no âmbito hierárquico. O uso do fardamento consistia em uma camisa branca de linho, de mangas curtas, com o símbolo da escola e o nome do SENAI no bolso do lado esquerdo, calça marrom e sapatos pretos.

Nos dias de datas comemorativas, a CTRT fornecia tecido de linho para que fosse confeccionada uma camisa de manga cumprida e uma gravata para serem utilizados nos desfiles e apresentações na localidade. Em determinados anos, também era fornecida uma boina. Nas oficinas, era utilizado avental de couro, corvim ou algodão para os trabalhos com ferramentas, máquinas e o manuseio com materiais necessários para o trabalho nos diversos ofícios oferecidos.

Vale ressaltar que na manga esquerda da camisa curta eram bordados o nome do SENAI e as faixas que simbolizavam a hierarquia das séries que o aluno-aprendiz cursava. Uma faixa bordada era para os alunos do primeiro ano, duas, para o segundo ano, e três para o terceiro ano, representando breve semelhança com a hierarquia militar.

Relatou-nos um ex-aluno – em entrevista na fase da pesquisa de campo – que no período em que frequentou a EACFL, a fábrica já não mais fornecia tanto incentivo para os alunos-aprendizes e ele, não dispondo de condições financeiras para adquirir outra camisa para cursar o terceiro ano, utilizou a camisa do segundo ano, pintando a terceira faixa com tinta de tecido; dessa forma conseguiu atender à exigência da escola no tocante à obrigação de usar fardamento com três faixas no braço esquerdo. Dessa forma, sob nossa interpretação, intitulamos o caso ora descrito como: *economia da camisa*.

Como podemos observar – utilizando o fardamento como prática educativa – a EACFL seguia, de forma rígida, sua cultura de ensinar aos alunos-aprendizes regras hierárquicas com que eles se deparariam nas oficinas da fábrica, como futuros operários.

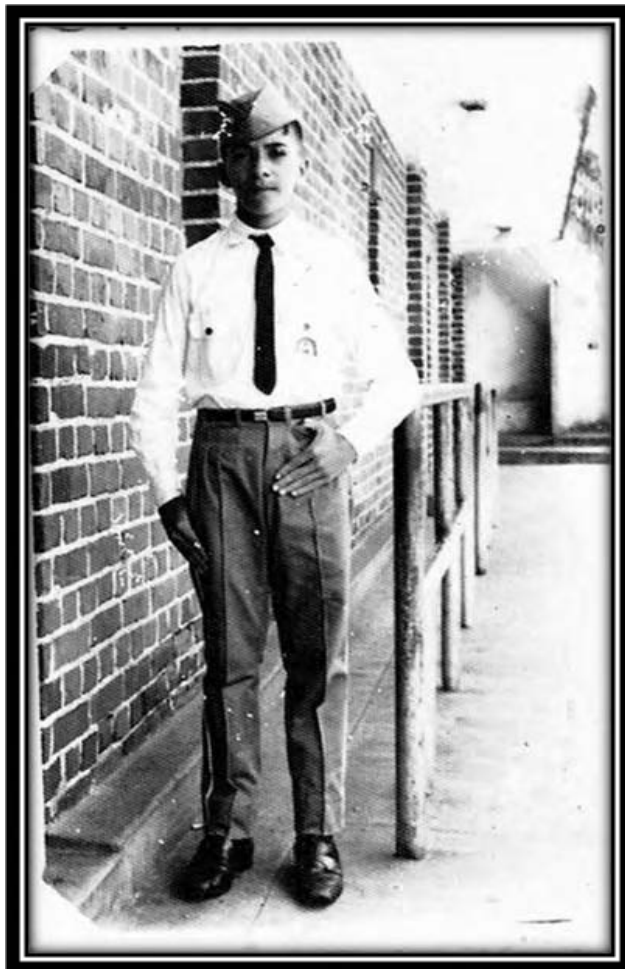
Na página seguinte, ilustramos o fardamento utilizado no cotidiano escolar e nas datas comemorativas.

Figura 20: Camisa do fardamento – SENAI Rio Tinto (1967)



Fonte: Arquivo pessoal de um ex-aluno

Figura 21: Desfile 07 de setembro – Rio Tinto (1965)



Fonte: Arquivo pessoal de um ex-aluno

Dando sequência a este estudo, no próximo tópico, destacamos os pressupostos e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo – por meio da descrição, da análise e da discussão dos recortes de fala dos relatos verbais, obtidos nas entrevistas.

3.5 Vozes operárias: entrevistas e histórias orais

Neste tópico – confirmando e elucidando os resultados encontrados na pesquisa documental – objetivamos analisar e discutir os resultados da pesquisa empírica em que aplicamos entrevistas como instrumento para coleta de dados.

Para Alberti (2005, p. 29) “fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco de suas vidas”. A autora observa que o pesquisador precisa ter consciência da contribuição que método possa trazer para a investigação que deseja realizar. Alerta para que haja preocupação com vários detalhes no que se refere ao planejamento das entrevistas. Destacamos como principais itens em nosso entendimento: a escolha dos entrevistados, o número de depoentes e o tipo de entrevista.

No que se refere à escolha e o número dos entrevistados, evidenciamos que “não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. (ALBERTI, 2005, p. 31). Nesse momento, “convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”. (idem, p. 31-32).

No que diz respeito ao tipo de entrevista, essa autora adverte para que se proceda à opção sempre de acordo com o tema, a problemática e os objetivos da pesquisa, tendo como alternativas: as entrevistas temáticas ou entrevistas de história de vida. Sendo assim, a decisão por um dos dois tipos de entrevistas, novamente se remete aos objetivos do trabalho.

Nesse sentido, ressaltamos que para realizarmos a escolha pelo tipo de entrevista nesta investigação, novamente recorremos a Alberti (op. cit., p. 38) quando expõe que:

Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas.

Sendo assim, podemos inferir que optamos pelas entrevistas temáticas, com roteiro semiestruturado, por julgarmos serem valiosas na análise e na interpretação dos dados coletados, uma vez que temos um período bem definido, os sujeitos tiveram um envolvimento com suas experiências e tratou-se de um contexto específico.

Ainda se falando do uso da entrevista, como procedimento de coleta de dados, nos amparamos nas contribuições de Duarte (2004, p. 215) quando afirma que as “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos”. Segundo a autora, para se realizar uma entrevista de qualidade é preciso:

[...] a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa [...]; b) que conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação [...]; c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista [...]; d) segurança e autoconfiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico com fonte de material empírico para sua investigação. [...] a pontualidade também ajudam a garantir a qualidade do material a ser recolhido em entrevistas semi-estruturadas. (DUARTE, 2004, p. 216)

Pelo exposto nos ensinamentos apresentados sobre como realizar uma boa entrevista, destaca-se a convicção nos objetivos, o conhecimento sobre a conjuntura de onde iremos coletar os dados. Ainda fica realçada a importância de se criar um clima favorável para a conquista da confiança do entrevistado, a elaboração de um roteiro semiestruturado de perguntas e a pontualidade como ingredientes para se garantir a qualidade do material.

Não podemos esquecer, também, da análise das entrevistas, uma vez que “um procedimento analítico implica cruzamentos capazes de diversificar lógicas internas [...]. A análise, pois, é resultado dessas constatações”. (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 131). Dessa forma, “cabe, portanto, ao pesquisador ordenar os depoimentos, nem sempre narrados de forma linear, de modo a contribuir para esclarecer questões, alcançar metas e conferir hipóteses”. (QUEIRÓZ 1991, apud Delgado, 2006, p. 29).

Acreditamos, então, que ao seguir – a escolha dos entrevistados, o número de depoentes, o tipo de entrevista e a análise dessas entrevistas – temos segurança na interpretação que efetivamos das respostas dos sujeitos desta pesquisa, com a finalidade de consecução das metas mais amplas do presente trabalho. Assim, conforme enunciamos na

Introdução deste trabalho, este tipo de pesquisa abarca informações que complementam a pesquisa documental e a bibliográfica.

Então, valendo-nos dos operários como autores de suas narrativas, entendemos ser possível captar como eles se relacionam com suas respectivas vivências, substrato da formação de sua individualidade. Sabemos que o relato verbal traz consigo aspectos subjetivos e objetivos que lhe dão sustentação.

Nesse sentido, as histórias orais constituem-se em um histórico sobre os percalços que os operários enfrentavam em seu dia a dia para conciliarem a vida familiar, a luta pela sobrevivência, a competição no seu espaço de trabalho e o exercício de suas funções como aluno, como trabalhador, dentre outros fatores que os envolvem.

3.5.1 Procedimentos de coleta

As pessoas entrevistadas foram escolhidas entre aquelas que tiveram alguma relação com o SENAI e a fábrica, e foram indicadas por moradores com quem mantivemos contato, e nos apresentaram aos depoentes. Logo em seguida, fizemos o agendamento, comparecemos aos locais previamente acordados, gravamos as entrevistas e transcrevemos os relatos orais de ex-operários, que tiveram como formação profissional os variados ofícios ofertados pela EACFL.

No intuito de preservar a identidade dos entrevistados criamos siglas ou utilizamos os ofícios (Exemplificando: *Operário I* para indicar o operário da entrevista nº 01 ou a tecelã (ou), serralheiro, marceneiro, entre outros, para que nos permitissem diferenciar os sujeitos, no momento de suas falas, durante a leitura do trabalho.

3.5.2 Participantes da pesquisa

Foram entrevistadas 09 (nove) pessoas: uma ex-professora do curso preparatório para o processo seletivo de ingresso na EACFL, um ex-presidente do sindicato/ex-aluno/ex-operário, um ex-aluno/ex-operário/ex-professor, uma ex-tecelã e cinco ex-alunos/ex-operários. Vale salientar, que somente a ex-professora não foi operária da CTRT, porém, foi funcionária da EACFL e da CTRT.

No entanto, como queremos apresentar a experiência educacional dos ex-operários, optamos por selecionar 08 (oito) entrevistas que, em nosso entendimento, apresentaram em

trechos significativos de seus relatos as contribuições necessárias para atingirmos os objetivos da presente investigação.

Durante as entrevistas, percebemos pelas narrativas que reelaborar as memórias sobre a EACFL é um momento cheio de emoção; alguns choraram. A memória trouxe para o presente as lembranças das experiências vividas pelos entrevistados no ambiente da escola e da fábrica.

A transcrição dos relatos gravados foi feita de forma descritiva por parte deste pesquisador, não fugindo à fidelidade das falas. Sendo assim, foram transcritos na íntegra os depoimentos dos entrevistados.

3.5.3 Tratamento dos dados e resultados: análise e discussão

Para análise e interpretação dos dados, escolhemos a perspectiva qualitativa. A esse respeito, Michel (2005, p. 33) explicita que a pesquisa qualitativa:

Fundamenta-se na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica da ideias [...] e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade. Deve-se considerar que há termos nas respostas dadas tão carregados de valores, que só um participante do sistema social estudado, que vive e conhece a realidade daquele grupo, pode compreendê-los e interpretá-los.

Trata-se então de uma compreensão particularizada do objeto a ser estudado na sua conjuntura sócio-histórico, pois, nesta interpretação, todos os acontecimentos e elementos analisados têm significados relevantes.

Sendo assim, no que se refere à análise das entrevistas passa a ser o maior desafio para uma pesquisa dessa ordem, pois seu desenvolvimento é dificultado quando tentamos, por intermédio dos depoimentos “[...] estabelecer correlações e análises comparativas que possam contribuir para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados”. (DELGADO, 2006, p. 29).

Para a autora, “a análise dos depoimentos de história oral [...] pode se constituir em experiência ímpar e surpreendente, pela riqueza e diversidade das versões obtidas e muitas vezes pela possível sugestão de interpretações alternativas sobre determinado assunto.” (idem, p. 30).

Analisando, então, a realidade concreta *da escola-fábrica-cidade*, inclusa nas relações sociais, optamos pelo uso dos tipos de pesquisa já apresentados (documental, bibliográfica e de campo) que se complementam sócio-historicamente, no intuito de melhor elucidar que os problemas não podem ser compreendidos, senão por referência ao contexto histórico em que estão inseridos, numa realidade dinâmica em que o movimento segue leis objetivas que devem ser conhecidas pelo ser humano, detentor de senso crítico e que opte por agir de forma a tentar transformar a realidade em que vive.

Portanto, para a interpretação das entrevistas, utilizamos as sugestões de Delgado (2006) e efetuamos a conexão entre o conjunto das entrevistas temáticas, no qual cada depoimento se constituiu em uma unidade de análise, e na leitura conjunta por intermédio dos cruzamentos, complementaram as informações obtidas.

Ressaltamos que, na transcrição das falas dos entrevistados, utilizamos [...] (colchetes e reticências) para destacar as pausas nas conversas.

3.5.3.1 Das Entrevistas

Apresentamos as entrevistas e, com isso, trazemos para o universo acadêmico o sopro da oralidade e a história contada “pelos debaixo”. Portanto, transitando entre o oral e o documental, e nos apropriando do pensamento de Thompson (1987a) podemos inferir que a EACFL teve o seu lugar no “fazer-se” na História da Educação operária riotintense.

Na interpretação dos relatos verbais extraídos das entrevistas foi importante a capacidade de reflexão deste pesquisador sobre o fenômeno objeto de estudo. A compreensão supôs uma interpretação, uma maneira de conhecer seu significado que não se deu imediatamente, pois a realidade não é o dado coletado em si, apenas temos sua representação, seu reflexo. Para captarmos a essência caminhamos além desses aspectos.

Para a interpretação das entrevistas, levamos em consideração que as categorias do pensamento consciente são sinais da experiência vivida. Não são, pois, categorias abstratas como as da Ciência, que se remetem universalmente à objetividade: a consciência cotidiana é mediada por experiências pessoais e emocionais, tendendo a arrefecer diante de uma análise lógica.

Mas tal análise pode, também, trazer o sentido do trabalho para os operários, nas suas próprias contradições/coerências e seu caráter de determinação no contexto sócio-histórico em que viveram. Como ensina Meihy e Holanda (2007, p. 130-131), “a análise deve integrar o processo de desenvolvimento da proposta, mas em sua fase final, depois de constituídos os

documentos de entrevistas e estabelecidos os critérios de diálogos com outras séries documentais.”

Na visão desses autores, as entrevistas analisadas isoladamente não se sustentam enquanto história oral. Sendo assim, é importante que seja destacada a dimensão social que “é feita na medida em que são indicados os pontos de intercessão das diversas entrevistas. (Idem, p. 131)

Para efeito de coerência interna destas observações, destacaremos aspectos captados no relato de 08 (oito) entrevistas, bem como os depoimentos mais significativos de cada um dos informantes.

O Operário I, ex-serralheiro ajustador, nascido e criado em Rio Tinto e ex-aluno da escola (1951-1953) – na entrevista realizada em 25/02/2008 – afirma-nos que aos sete anos iniciou os estudos em uma escola particular. Aos treze anos e seis meses, ingressou no curso preparatório e foi admitido no curso de serralheria da EACFL, onde permaneceu até os dezesseis anos. Relatou que o horário de estudo era pela manhã, com aulas teóricas, e à tarde, com aulas práticas. O salário recebido dependia das notas obtidas. Bom aluno, não repetiu nenhum ano. O emprego na fábrica surgiu após a saída de sua mãe, que foi substituída por ele. Chegou a receber o título de operário padrão. O depoente revela sua opinião sobre a ação dos industriais e afirma que, após o fechamento da EACFL e da fábrica, a mão-de-obra disponível não pôde mais ser absorvida pelo mercado de trabalho local:

A fábrica trouxe grande progresso para Rio Tinto: não só patrocinava eventos na cidade, como a própria *educação*. Enquanto a empresa funcionava e gerava emprego, ninguém saía da cidade. Passado algum tempo, a fábrica entrou em decadência e o SENAI foi fechado. Nessa época, os operários foram para o Sul do país à procura de sustento [...]. (grifo nosso).

Já outro ex-serralheiro ajustador (*Operário II*) e ex-aluno da escola (1955-1958) – em entrevista concedida em 25/02/2008 – durante seu depoimento, afirmou que concluiu o ensino primário numa escola particular. Aos treze anos, submeteu-se a uma avaliação e estudou no curso preparatório para ingresso na EACFL. Após um ano, outra seleção foi realizada como de praxe e ele foi aprovado. Teve o direito de permanecer na escola e especializar-se em áreas como serralheria e marcenaria durante três anos. Em relação ao curso oferecido pela EACFL, o entrevistado declara:

Durante o curso, eu era remunerado de acordo com o desempenho obtido. Me formei e garanti meu emprego; devido ao convênio da fábrica com o SENAI [...] iniciei meu trabalho na empresa. Lá permaneci durante um ano e dois meses, como ajudante de serralheiro e depois como fresador, com alimentação garantida. Minha mãe, meu pai e meus irmãos foram igualmente sustentados pela mesma fábrica. A fábrica foi a responsável pelo impulso inicial do comércio da cidade. Os campos de agricultura eram propriedades dela, e os frutos eram vendidos aos moradores da cidade. A fábrica era ainda, o pivô central da *educação* e atraía pessoas de outros estados como Sergipe, Pernambuco e Maranhão, por ter emprego, sustento e moradia. (grifo nosso).

Nessas entrevistas são reveladas as experiências dos futuros jovens trabalhadores que ingressaram em uma escola profissionalizante, a EACFL de Rio Tinto. Ambos os estudantes, aos treze anos de idade, estudavam e já podiam ter uma contrapartida financeira, caso obtivessem boas notas e bom desempenho na escola.

De outra forma, como expõe Alvin (1997) à tecelagem, frequentemente, é indicada pelos mestres e contramestres como espaço de trabalho para as mulheres, pelo fato de ser considerado um lugar “limpo” e que tem como requisitos a habilidade e uma jornada de trabalho menor que a dos outros setores da fábrica.

O lugar das mulheres no mercado de trabalho das fábricas tem como fator marcante a sobrecarga de trabalho, uma vez que, além da atividade profissional fora de casa, elas têm que acumular as tarefas de dona de casa, esposa e mãe. As mulheres operárias ainda enfrentam poucas oportunidades em sua formação profissional, pois ficam restritas às atividades disponíveis para elas em um universo puramente masculino.

Fugindo ao perfil dos alunos da EACFL, entrevistamos, em 28/03/2008, a esposa de um ex-operário e também ex-tecelã (*Operária III*), formada por ensinamentos práticos na própria fábrica e alguns treinamentos na escola. Durante a entrevista, a depoente afirma que o tratamento para homens e mulheres era diferente, inclusive estudando em locais separados:

No curso era diferente [...] a gente não se misturava [...] era separado. O *aprendizado das mulheres era um e dos homens era outro* [...] era separado. A gente só passava uns pelos outros na hora do recreio [...] porque tinha uma cantina e a gente ia lanchar. (grifo nosso).

A entrevistada mencionou que o ofício de sua preferência era o de “Torneiro Mecânico”. Ela desejava estudar para essa função na EACFL, porém, não foi permitido, uma vez que – na opinião dos professores – era ofício para homem; ela devia fazer o curso de “tecelã”, ofício mais apropriado para mulheres.

O Operário IV, ex-torneiro mecânico, nascido em Mamanguape, criado em Rio Tinto e ex-aluno da escola (1951-1953) – na entrevista realizada em 28/03/2008 – alegou que concluiu os estudos na 5ª turma da EACFL e registrou que a escola garantia a mão-de-obra para a fábrica por intermédio da escola e preparava o operário com capacidade técnica e disciplina. Lembrou que os alunos deviam ter bom comportamento dentro e fora da escola. Como ponto a ressaltar no seu depoimento evidenciamos a vigilância ostensiva por parte da direção da fábrica que visava à manutenção da ordem e dos bons costumes em Rio Tinto. Nesse sentido aponta:

Era dito por aí que os vigias da fábrica agiam com violência. O povo dizia que o policiamento mantido pela fábrica era rigoroso e, em alguns momentos, a “amorosa”, como era conhecida essa polícia da companhia, espancava e intimidava muita gente, inclusive os desordeiros. Eram contadas muitas histórias sobre a “mata do burro” que as pessoas diziam serem lendas como formas de amedrontamento. (grifo nosso).

Mais uma vez fica evidenciada a intenção da CTRT em manter a ordem, a disciplina e o controle social, com fundamento na isenção obtida junto ao Governo do Estado da Paraíba, e que a fábrica deveria manter por conta própria todo o aparato público: como saúde, educação, abastecimento de água, transporte, segurança etc.

O Operário V, ex-torneiro mecânico, ex-professor de tornearia mecânica e Matemática e ex-aluno da escola (1955-1958) – na entrevista realizada em 24/11/2008, relatou que, inicialmente, estudou Serralheria e, após dois anos, como foi o caso dele, os alunos que tiveram as melhores notas em matemática passaram a cursar tornearia mecânica, ofício muito concorrido entre os alunos e direcionado para o público masculino. Concluiu o curso de Direito e ainda exerce atividade profissional. No seu relato expõe:

Em 1958 ao concluir o curso, fui trabalhar na oficina mecânica da Companhia; em 1961 fui cumprir o serviço militar; no ano seguinte retornei para a fábrica, exercendo a mesma função. No ano de 1964, o professor e diretor da escola do SENAI, Rogé Maciel Pinheiro, *convidou-me para ser instrutor de tornearia mecânica e professor de matemática*. Em relação ao horário, *o expediente tinha início às sete horas*, com aulas de português, matemática, ciências, desenho e história, e *encerrava-se às onze horas; havia um intervalo de dez minutos*, e a carga horária era de cinquenta minutos para cada disciplina. *No período da tarde, o horário era das treze às dezessete horas*, com a parte prática de tornearia mecânica, serralheria e ajustagem, tecelagem e marcenaria. *Quanto à frequência, havia um livro de ponto que devia ser assinado na entrada e na saída, de manhã e à tarde. No tocante às avaliações e notas, existia uma rigidez, pois os alunos eram remunerados. Quem atingisse a maior nota, que era 91 (noventa e um), recebia o salário integral de um adulto, os demais recebiam*

proporcionalmente às notas obtidas, ou seja, em relação ao primeiro colocado diminuía os valores. Existia diferença entre os salários dos alunos em função da série que cursavam: *os alunos do terceiro ano eram mais bem remunerados*. O material escolar, na minha época, tanto para o aluno como para o professor era totalmente fornecido pelo SENAI. (grifo nosso).

Evidenciam-se na entrevista ora em análise as questões voltadas para o reconhecimento dos mais aptos para determinadas funções, como é o caso do ex-aluno que se tornou professor. Ressalta-se o horário rígido com expedientes pela manhã e tarde, a assinatura de um livro de ponto no registro da presença nas aulas, semelhante ao controle de frequência na fábrica. Verificam-se também as premiações aos mais *esforçados*, com remuneração variável, proporcional às notas obtidas. Como exercício da hierarquia, os alunos com mais conhecimentos e em séries mais avançadas dos cursos eram mais bem remunerados.

O *Operário VI*, ex-torneiro mecânico, morava no distrito de Salema, pertencente à Mamanguape, e ex-aluno da escola (1964-1967), na entrevista realizada em 22/02/2010, informou que ficou 01 (um) ano no curso preparatório, ao ingressar na 18ª turma formada na EACFL; inicialmente, cursou o ofício de ajustador e, em seguida, passou para o de torneiro mecânico. Em seu caso, ficou muito decepcionado pelo fato de a CTRT não mais receber os ex-alunos da Escola como funcionários. Tal fato aconteceu pelo motivo de o entrevistado ter feito parte da última turma mantida exclusivamente pela fábrica e ela não ter mais interesse em aproveitar a mão-de-obra formada pelo SENAI de Rio Tinto por questões de haver, já nesta época, desaceleração de suas atividades, culminando gradativamente em seu fechamento no ano de 1992. O depoente registra que um dos pontos fortes da EACFL dizia respeito à disciplina, afirmando:

Para mim, foi muito bom! Foi uma experiência que eu tive na minha vida e não esqueço jamais! Serviu até hoje na minha formação profissional, para minha formação moral. A escola do SENAI era tida assim [...] como se fosse quase que um quartel. Era uma escola exemplar! Os professores e o diretor eram muito rígidos com os alunos. Tanto é que não era permitido, por exemplo, um aluno fumar na presença de um professor ou na presença do diretor. Mesmo fora da sala de aula isso não era permitido.
[...] Cada classe tinha o seu professor. Na parte da tarde, onde era a oficina, todo mundo tinha que entrar em forma, como se fosse um quartel. A gente entrava em forma dentro da escola. O professor chamava o número do aluno e aí daquele que faltasse [...] Não podia faltar de jeito nenhum!

Quanto à formação que a EACFL proporcionou ao nosso entrevistado trouxe mais um exemplo para sua vida adulta. Faz referência à disciplina e ao respeito aos mais qualificados, à hierarquia da escola e aos seus familiares. Visando ilustrar, ele apresentou o seguinte caso:

Então, tem uma passagem interessante a respeito da disciplina que eu lembro até hoje. Existia uma porta que separava a sala de aula da oficina. Essa porta ficava próxima à secretaria e à diretoria da escola. Aí um dia, eu ia me dirigindo da sala de aula para a oficina, e o diretor da escola estava vindo no mesmo momento que eu, para passar por uma porta. Eu me apressei para passar pela porta primeiro que ele. Aí eu fui chamado à atenção. Não me esqueço disso até hoje! Fui chamado à atenção e ele me disse o seguinte: “olhe, quando você for passar em uma porta, você sempre dê prioridade aos mais velhos, entendeu? Dê preferência ao seu professor, ao seu diretor, ao seu pai”. Quer dizer, daí aí em diante eu aprendi até hoje que, quando eu for passar em uma porta, procuro ver quem é que está se dirigindo a ela. Devo dar passagem para aquela pessoa que está vindo. Essa situação me serviu de exemplo até hoje. Isso aí diz respeito à disciplina da escola, para ver como era... O diretor chamou a atenção de um aluno sobre isso.

No depoimento do *Operário VI*, verificamos que nesse recorte fica evidente a cultura rígida, quase semelhante à de um quartel, que a EACFL desenvolvia em suas práticas escolares, condutas e comportamentos para o respeito à assiduidade, à hierarquia e à disciplina.

Já o ex-aluno da EACFL, ex-operário (*Operário VIII*) e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto, em sua entrevista em 19/02/2010, relata:

O ofício mais procurado era o “Torneiro Mecânico” [...] o “Torneiro Mecânico” a turma caía em cima mesmo [...] era uma coisa linda. O aluno do SENAI já arrumava um emprego [...] ele saía direto pra fábrica [...] ele saía direto para as oficinas [...] para a mecânica de manutenção de dentro da fábrica [...] tá certo! [...] mecânica de máquina [...] era uma coisa linda!

Verificamos, então, que o ofício de “Torneiro Mecânico” gozava de muito prestígio entre os alunos e também gerava um *status* social fora da fábrica e dos muros da escola, segundo palavras do depoente:

Olha [...] a vida do aluno fora da escola [...] ele tinha aquele comportamento [...] aquela qualidade que ele recebeu na sala de aula [...] ele levava para praça [...] e na praça [...] os alunos que mais se destacavam como os melhores [...] eram os mais namoradores [...] tá entendendo? [...] As meninas gostavam muito do cara quando se destacava [...] porque sabia que era dinheiro vivo [...] era uma qualidade de gente diferente [...] era uma qualidade que ia ter um futuro brilhante [...] como tiveram quase todos eles.

O entrevistado, ainda reforçando o bom conceito adquirido pelos melhores alunos da EACFL, que quase sempre eram os de Tornearia Mecânica, observa mais uma vez o prestígio que tinham perante o público feminino, os que estudavam no SENAI de Rio Tinto:

O SENAI [...] O SENAI que foi o berço doce [...] o amor do lado profissional de Rio Tinto [...] esse SENAI eu considero ele para o lado das mulheres [...] ótimo! [...] porque as mulheres sempre indiretamente elas conseguiam se beneficiar [...] porque os melhores profissionais casavam com as mulheres mais bonitas da cidade [...] á certo! [...] as mulheres mais inteligentes.

Nesta entrevista, ele também confirma o tratamento diferenciado para homens e mulheres no espaço da escola e da fábrica. Ele afirma que, para o ensino de tecelagem e fiação, “botaram umas maquinazinhas para ensinar as mulheres [...] mais não tinha certificado [...] não [...]”. Percebemos que a ocupação da força de trabalho feminina na CTRT tem um histórico de restrições e limitações em relação às áreas de atuação. Ratifica-se nesta entrevista a informalidade da educação profissional feminina na fábrica e na escola, conforme constatamos também, na análise documental, ou seja, a não certificação dos ofícios exercidos pelas mulheres e a comprovação, nas relações de turmas concluintes, de que somente indivíduos do sexo masculino constavam nesses documentos.

O *Operário IX*, ex-serralheiro ajustador e ex-aluno da escola (1964-1967) – na entrevista realizada em 04/03/2010, observou que tinha um tio que trabalhava nas Lojas Paulista, que pertenciam à CTRT e sua irmã também trabalhava no escritório da Companhia. Dessa forma, ele estava credenciado, pois atendia os requisitos mínimos para concorrer a uma vaga e ingressar na CTRT. Não chegou a trabalhar na fábrica, pois, logo que terminou o curso na EACFL, estava terminando também o primeiro grau em Rio Tinto e foi estudar em João Pessoa com a ajuda de parentes. Formou-se em Medicina e ainda atua profissionalmente. No seu depoimento afirma:

Tinha uma coisa que *me chamou muito a atenção lá do SENAI*, era a *disciplina que impuseram para nós na época*. Certo cuidado com a nossa disciplina não só dentro do SENAI mais até fora. O professor Rogé se preocupava muito com a *nossa disciplina até fora da escola* e até prestava atenção nas nossas atitudes. *Às vezes o aluno era chamado à atenção, por conta da falta de disciplina fora do SENAI*. Essa disciplina também ajudou muito a nós que chegamos a estudar lá. Ajudou-nos muito na nossa educação também. Então, cortávamos o cabelo, tinha que ter um cabelo bem cortado direitinho. Principalmente nos desfiles do dia 7 de setembro, quando tínhamos fardamento, ensaios das bandas para aprendermos a marchar direitinho, no passo certo. E uma coisa que chamava muito a atenção naqueles desfiles, era que começava pelos maiores e até chegar aos menores.

Às vezes tinha dois menores e ficava a confusão dos dois, para ver quem ficaria na frente um do outro. (grifo nosso).

[...] Havia muitas pessoas bagunceiras lá dentro no SENAI. Eram pessoas com certas brincadeiras bem pesadas lá dentro. Eu me lembro que se você estivesse com um calçado, tirasse do pé para ficar mais confortável e deixasse em baixo da bancada onde estava fazendo sua peça, em seguida quando colocasse o pé no calçado, geralmente era encontrada graxa lá dentro. Acho que esses bagunceiros melhoraram muito com a educação e disciplina que o SENAI colocava para todos nós.

Notamos novamente que a disciplina e o controle são ressaltados no depoimento do *Operário IX*, configurando como ponto relevante na metodologia de ensino utilizada pela escola profissionalizante ora em análise.

Portanto, parafraseando Diniz (2004), o aluno da EACFL que estudava para um ofício ou profissão, era disciplinado e se destacava com suas notas, passava a ser detentor de conhecimentos profissional e prático insubstituíveis; com isso passava a ter na escola/fábrica e fora dela, um poder operário de ordem técnica, paralelo ao poder social e econômico do capital. Graças ao prestígio desse saber-fazer (ofício), é que os melhores alunos da EACFL criavam uma identidade individual específica e usufruíam dessa experiência em seu cotidiano, projetando uma ascensão social no âmbito profissional, pessoal e familiar, culminando com um emprego na fábrica.

Nessa perspectiva, percebemos pelo que foi dito, que a qualificação profissional de jovens operários oferecida pela escola objeto deste estudo, trazia para esses garotos de catorze a dezoito anos, durante três anos, uma formação especializada e experiências que trouxeram mudanças importantes para a sociedade local, em especial para o pessoal dos tornos, pois, alguns desses “Torneiros Mecânicos”, ao concluírem o curso, tornaram-se professores e passaram a ocupar outras funções dentro da fábrica, além de influenciarem, de alguma forma, a formação de uma consciência de classe no meio operário da cidade de Rio Tinto.

3.5.3.2 Dos Depoimentos

As categorias que surgiram da análise dos depoimentos – *disciplina, trabalho e meritocracia* – são bastante significativas no sentido de que restringem os questionamentos levantados ao longo das entrevistas, uma vez que chegamos aos pontos de destaque de nossas questões. Ficam evidentes, dentre outros assuntos, os problemas sociais, principalmente no tocante ao controle social que se apresenta.

Por intermédio dos depoimentos constatamos que, para as pessoas da cidade de Rio Tinto, trabalhar na fábrica e estudar na EACFL era algo que a maioria desejava, pois já saíam com um ofício, como foi o caso de nossos entrevistados que se tornaram operários da fábrica.

Verificamos nas trajetórias e relatos dos ex-alunos e ex-operários que, além da proposta de transformar alunos em operários, ou operários em alunos, num ambiente em que as práticas e saberes da escola se confundiam com o trabalho nas oficinas da fábrica, essa experiência se constituía como um espaço de educação expressivo. Notamos também o elevado nível cultural dos ex-alunos, inclusive alguns atingindo a níveis de formação acadêmica que geralmente não era alcançada pela classe operária em geral.

Apropriando-nos da ótica de Thompson, (1987c), inferimos que os alunos/operários abordados neste estudo nos trazem indícios de suas contribuições no que se refere ao desenvolvimento de consciência para transformação do seu meio.

Essa apropriação de cultura, mesmo de forma oral, trouxe para os operários, inclusive os que não frequentaram a EACFL, uma consciência crítico-reflexiva trazida por seus filhos que estudavam na escola. A esse propósito Vale (2008) observou que, por intermédio das paralisações de 1946 e 1951, foram vividas experiências de classe, em seu processo de organização.

Portanto, constamos que a experiência de educação profissional dentro dos muros da EACFL foi além do que se esperava e produziu cultura para dentro e para fora dela, uma cultura de classe que buscava consciência para o mundo do trabalho.

Logo, a proposta da fábrica e do SENAI de Rio Tinto em criar um costume cujos filhos de operários deveriam seguir o destino de seus pais, ou seja, continuariam a trabalhar na fábrica e, dessa forma, as novas gerações permaneceriam sob seu controle, fez com que o capitalista industrial utilizasse a educação para atingir seu objetivo de exploração do trabalhador. Por intermédio da alfabetização e da formação profissional, utilizou a escola para implementar uma cultura rígida, quase semelhante à de um quartel, que desenvolvia em suas práticas escolares condutas e comportamentos para formar operários disciplinados e eficientes, surgindo uma cultura escolar para a fábrica.

Comentada a análise e discussão dos documentos e depoimentos orais, apresentamos no próximo capítulo a repercussão da escola na fábrica, na cidade e na sociedade.

CAPÍTULO 4

REPERCUSSÃO DA ESCOLA NA FÁBRICA, NA CIDADE E NA SOCIEDADE

Pesquisando a história de uma instituição escolar podemos identificar que em seu interior “há um quebra-cabeça a ser decifrado” (Sanfelice, 2007, p. 77) e tal decodificação somente é possível quando investigamos suas práticas cotidianas, porém, devemos ficar atentos que “nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior de seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno” (idem, p. 78).

Partindo dessas observações iniciais, o que pretendemos discutir neste capítulo são os reflexos que uma escola profissionalizante trouxe para a fábrica, para a cidade e para a sociedade de Rio Tinto. Trabalhamos essa interação por intermédio das experiências e do cotidiano vividos pelos alunos na EACFL e nas oficinas da CTRT, repercutindo para fora da escola, no sentido da formação de cultura entre os alunos e seu meio social. Baseado em Thompson, Taborda observa que:

[...] ao tomarmos a escola como lócus de *produção-circulação-reprodução cultural*, lugar, portanto, de conflito, localizamos na obra daquele historiador um conjunto bastante fecundo de conceitos, noções, premissas e hipóteses capazes de *conferir à escola e a seus agentes um papel destacado na organização da cultura* (TABORDA, 2008, p. 150, grifo nosso).

Essa observação nos faz pensar sobre a influência da escola na “organização da cultura” no âmbito da cidade e da sociedade. Sendo assim, podemos interpretar que a escola sob tutela e domínio da fábrica contribuiu para a produção, circulação e reprodução de cultura na coletividade riotintense.

Essa educação transmitida para fora dos muros da escola e da fábrica nos auxilia a defender que “é possível falar de uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe” (THOMPSON, 1987c, p. 303), pois essa experiência educacional ampliou os horizontes dessa população composta por operários que eram estabelecidos inicialmente no espaço da fábrica e da cidade.

A partir de 02/04/1944 esse espaço foi expandido com a criação da EACFL que objetivava formar mão-de-obra para o trabalho na fábrica por intermédio do SENAI, evidenciando a relação educação e trabalho. Tal relação, como afirma Ciavatta (2007, p. 19) tinha o ideário de formar:

Homens produtivos, trabalhadores, que exerçam bem suas atividades. Podem ser emancipados de opressões e jugos, ter direitos assegurados, cidadania realizada conforme os ideais liberais. Mas também, *podem ser produtivos até a exaustão, oprimidos por horários e normas, sujeitos a condições perversas de trabalho*, mas, legalmente, emancipados perante a lei (grifo nosso).

A perspectiva no tocante à exploração do trabalhador anuncia a proposta de formação do operário produtivo com base em uma experiência de educação profissional que procurava atender explicitamente os interesses do capitalismo. Essa ânsia produtiva e a proposta de qualificação do trabalhador pelo SENAI tinham o anseio de transformar o aluno/operário em um instrumento de produção disciplinado. Com essa intenção, o modelo administrativo da escola tinha semelhança com o da fábrica em sua proposta de formação do trabalhador industrial, preparando esses futuros operários para enfrentarem jornadas de trabalho exaustivas, o cumprimento de normas rígidas e um cotidiano sob forte dominação e controle.

Nessa proposta de dominação, a fábrica de Rio Tinto usou a educação como instrumento para tornar o trabalhador submisso utilizando uma cultura escolar que produzia o seu controle dentro e fora da escola, com repercussão para a fábrica. Utilizando as contribuições de Foucault (2004), entendemos que foi um momento de formação da política da coerção, ou seja, um trabalho sobre o corpo, uma manipulação de seus elementos, de seus gestos e de seus comportamentos. Essa situação pode ser chamada de uma “mecânica do poder”:

[...] ela define como se pode *ter domínio sobre o corpo dos outros*, não simplesmente para que façam o que se quer, mas *para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina*. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que *a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada* (FOUCAULT, 2004, p. 118, grifo nosso).

Sendo assim, como sugere a citação, a escola ora pesquisada, no seu cotidiano pretendia ter domínio sobre o corpo dos operários, ensinando técnicas para se imprimir rapidez e eficácia na produção industrial, tornando-os aptos e disciplinados, visando à dominação. Como podemos acompanhar nesta pesquisa, a expansão da escola e da cidade

sempre estiveram ligadas diretamente ao desenvolvimento da fábrica, pois além de determinar o ritmo de evolução da cidade, a fábrica também definia como se podia viver nela e como devia se comportar a população local. Dessa forma, apropriamo-nos novamente das concepções de Foucault (2004), sob a ótica da utilização da escola como instrumento de poder, nos deixando crer que as práticas utilizadas pela EACFL correspondem a “uma técnica de produção de corpos dóceis” que tinha repercussão na fábrica, na cidade e na sociedade.

Essa formação de docilidade e sua apropriação no interior da escola puderam contribuir para um processo de alienação do trabalhador e ter atendido os interesses dos capitalistas. Porém, essa relação da EACFL com o espaço da fábrica trouxe também para os alunos e futuros operários uma experiência que pode ter gerado outras formas de aprendizado, “já que o saber fabril instrumentaliza o trabalhador para a luta, para a transformação da divisão do trabalho e, conseqüentemente, para a mudança da sociedade” (PARANHOS, 2005, p. 268).

Nesse sentido a autora ora citada observa que:

A fábrica capitalista é lugar de qualificação e de desqualificação. O indivíduo educa-se, faz-se homem, na produção e nas relações de produção, por meio de um processo contraditório em que estão sempre presentes, e em confronto, momentos de educação e de deseducação e, portanto, de humanização e de desumanização. *A pedagogia capitalista, ao mesmo tempo em que objetiva a educação do trabalhador como força de trabalho submetida à dominação exercida pelo capital, educa-o também para enfrentar a dominação* (idem, p. 268, grifo nosso).

Muito embora o discurso em relação ao espaço da fábrica ressalte a exaustão do trabalhador e as condições perversas de trabalho para estabelecer a dominação, precisamos fazer uma análise visando trazer a discussão outro ponto de vista, ou seja, a experiência educacional profissionalizante em Rio Tinto por intermédio da escola e da fábrica pode ter promovido também uma forma de educação gerada nesses ambientes de interações sociais que despertasse uma nova cultura, ou seja, enfrentar a dominação e mobilizar-se para o âmbito das reivindicações.

Essa formação de uma cultura de luta do operariado talvez possa ter sido iniciada pelo fato de que “os trabalhadores urbano-industriais enfrentaram [...] condições de trabalho bastante penosas” (DECCA, 1991, p. 13).

Ainda nessa discussão, a autora acima citada afirma que “quando as fábricas ou empresas dispunham de vilas operárias ou casas para moradia dos trabalhadores em suas cercanias, havia também regulamentos para controle da vida proletária fora dos muros da

fábrica” (idem, p.15). Desse ponto de vista observamos que tal prática de controle também se estende para a escola objeto deste estudo, uma vez que pelos depoimentos coletados nas entrevistas que fizemos com ex-alunos/operários, a vida desses estudantes era também controlada nos espaços da cidade e nos momentos de lazer.

Esse controle, inclusive do tempo livre, nos faz imaginar que “a escola para os pobres é idealizada como o lugar onde a criança [...] adquire bons hábitos de obediência e trabalho morigerado, formando assim trabalhadores dóceis e disciplinados” (DINIZ, 2004, p. 134).

A nosso ver, essa experiência educacional visando atingir seu objetivo, também gerou apropriações para os sujeitos envolvidos dando contribuições para se iniciar reflexões sobre o cotidiano em vários aspectos, inclusive no modo de ver o mundo e possivelmente entender sua condição operária, podendo até se rebelar contra ela. É importante ressaltar que somos cientes da dificuldade que é um jovem sofrendo pressões impostas pela fábrica por intermédio da escola chegar a um nível de maturidade quanto à reflexão sobre sua condição social e daí se libertar do processo de alienação e dominação buscando uma mobilização para reivindicações. cremos que tenha sido um processo evolutivo motivado pelas experiências vividas por trabalhadores que já estavam na fábrica, juntamente com a cultura que esses jovens assimilaram no âmbito da escola e na convivência com esses operários mais experientes.

No tocante a essa produção histórica de experiências vividas na EACFL e essa transmissão de cultura por gerações, enfatizamos a importância de entendermos todas as relações que a escola tinha na sua vida diária. Dessa forma, valendo-nos das contribuições de Gonçalves (2006, p. 133) podemos esclarecer essa observação, quando ele afirma:

No cotidiano de uma escola são estabelecidas várias relações, que vão desde as relações de amizade às relações mais complexas, impostas pela vida profissional. Essas várias relações não são fáceis de ser analisadas isoladamente. São imbricadas, fazendo parte integral da formação da pessoa, que ao adentrar a vida escolar o faz carregando consigo a sua história de vida, o seu caráter, a sua crença, o seu ser. A vivência escolar oferece, portanto, oportunidades recíprocas de formação para a escola e para seus atores.

Sendo assim, devemos olhar para a escola, mas também não esquecermos os seus atores e o ambiente que participam socialmente. Como foi abordado no início deste capítulo, o estudo de uma instituição escolar deve ser feito observando fatores internos e também o seu entorno. Sendo assim, as questões sociais, econômicas e políticas podem ser sutilmente

percebidas no âmbito da escola e no seu relacionamento com a cidade e a sociedade que a cerca.

No presente estudo a fábrica e a vila operária que posteriormente tornou-se cidade, já estavam presentes na sociedade riotintense antes da escola profissional, dessa forma evidencia-se que essa instituição escolar foi criada fundamentalmente para a formação de indivíduos que o grupo social dominante lá existente desejava para a manutenção e o aumento de sua proposta industrial.

Partindo dessa ideia, visando responder as questões apresentadas no início desta pesquisa, podemos inferir que a relação da escola, com a fábrica e com a cidade estava ligada a promoção de uma educação que atendia o interesse do contexto histórico e social da época. No Brasil, esse período estudado entre 1944 e 1967 foi marcado por governos autoritaristas e reformas institucionais.

A realidade social de Rio Tinto nesse período sofreu influência da expansão industrial almejada pela família Lundgren pautada na ideologia do estado, na formação profissional a cargo do SENAI e também no surgimento de uma resistência por intermédio da organização sindical. Nesse último ponto cabe destacar que “houve sobretudo resistência coletiva e explícita dos operários em face das suas condições de existência. As greves, a organização sindical, o próprio movimento operário foram o exemplo claro desse tipo de reação operária [...]” (DECCA, 1991, p. 16).

Uma reação operária que em nosso entendimento teve sua origem em vários espaços, inclusive no espaço da EACFL com o aprendizado lá adquirido, embora a cultura escolar ali desenvolvida estivesse direcionada para a alienação e a submissão desses futuros operários em formação, ideologia essa que se assemelhava a outras tantas instituições profissionalizantes pelo Brasil afora. Como podemos observar no estudo sobre a Escola Industrial de Cuiabá em que a autora comenta sobre “as práticas educativas: educação física, educação musical, culto cívico [...] também se inseriram no horário geral das aulas [...] do trabalhador em formação [...]” (KUNZE, 2011, p. 180). De forma semelhante às práticas do desfile cívico em 07 de setembro de cada ano com fardamento personalizado realçando os símbolos da escola, a participação dos alunos na banda marcial e também nas atividades físicas desenvolvidas na EACFL eram práticas educativas com vista a um regime disciplinar, cívico e físico que contribuíam para a formação de um comportamento ordeiro e de obediência a hierarquia em qualquer instância social, seja na escola, na fábrica ou na sociedade.

Porém toda essa cultura escolar para fábrica e as experiências dos alunos na escola e nas demais instâncias sociais de Rio Tinto nos deram indícios que essas práticas promoveram transmissão de cultura para a população de Rio Tinto, em especial para a classe operária. A noção de experiência abordada por Thompson torna-se coerente neste estudo quando se discute essa interação entre escola, fábrica, cidade e sociedade, uma vez que a educação profissional promovida pela EACFL ofereceu condições para tal fenômeno, ou seja, a produção, circulação e reprodução de cultura.

Nessa formação de uma cultura de conflitos, apresentamos as observações de um estudo sobre os embates operários em Rio Tinto “no contexto da história do movimento operário paraibano” (VALE, 2008, p. 10).

No seu texto, Vale (op. cit., p. 27) faz considerações com base na obra de Thompson em relação à formação da classe operária:

[...] A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus (THOMPSON, 1987a, p. 10).

Esse conflito e esse surgimento de classe se instalaram em Rio Tinto nas interações existentes entre essa autêntica escola operária, a fábrica e a cidade. As experiências partilhadas ou herdadas pelos antigos operários e esses jovens alunos com idade entre catorze e dezoito anos que estudavam na EACFL e trabalhavam nas oficinas da fábrica fez com que “a escola se transforme numa oficina da fábrica [...] Essa criança que, de acordo com os seus interesses e as suas forças, assume uma função ativa na sociedade, se coloca por essa razão, e a apesar das diferenças de idade, em igualdade de condições com o adulto” (PONCE, 1991, p.174). Tal experiência faz com que o futuro operário oriundo da EACFL, mesmo com ingenuidade ou informalmente possa ter participado de reflexões na escola, em casa ou com seus colegas para a construção de ideias emancipatórias. Como podemos verificar “o ambiente das fábricas, que o capitalismo converte numa fonte pestilenta de depravação e de servidão, transformou-se sob o controle do poder operário numa magnífica fonte de desenvolvimento humano” (PONCE, op. cit., p. 173).

Esse processo de desenvolvimento humano ficou evidente em Rio Tinto nas proposições de Vale (2008, p. 136) quando afirma que:

No contexto do final da *década de 1950* na Paraíba, os *trabalhadores urbanos* (e rurais, com a criação da primeira Liga Camponesa, a de Sapé) *se organizam cada vez mais, em torno de suas entidades representativas*. A esse tempo a Delegacia Regional do Trabalho, registra cerca de 33 *sindicatos representando operários de vários setores*, entre João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e *Rio Tinto*. *São estes trabalhadores e seus respectivos sindicatos, que trarão efervescência social*, até o golpe militar de 1964 (grifo nosso).

Em relação a essa efervescência social promovida pela mobilização sindical dos operários da CTRT na década de 1950, tivemos indícios no olhar crítico de alguns dos nossos entrevistados e de forma mais acentuada de outro ex-aluno/operário que somente tivemos contato de maneira informal, uma vez que não nos concedeu entrevista e se posicionou de forma reservada quando envolvia assuntos políticos ou ligados ao movimento sindical riotintense. Esse posicionamento é recorrente no decorrer de nossa pesquisa. Os entrevistados se comportavam de forma assustada, com medo de represálias por parte da Companhia, como ainda nos dias de hoje tivemos condições de constatar. Nenhum dos ex-alunos/operários assumiram o envolvimento de ex-estudantes da EACFL no movimento sindical de Rio Tinto. Nesse sentido, após termos desligado o gravador e nos comprometido em não publicarmos a conversa sem gravação, alguns depoentes conversaram de maneira mais à vontade em relação à ideologia da fábrica, sua influência na escola e também o poder exercido sobre a população local, que causava certa revolta em face ao acentuado controle e dominação da CTRT nos vários âmbitos da vida social dos alunos, dos operários e de todos que viviam na cidade.

Outro componente que acirra essa disputa é que “os meios operários eram vistos por [...] grupos dirigentes como extremamente perniciosos para a moral e disciplina no trabalho, focos de agitação e revolta social” (DECCA, 1987, p. 89). Talvez influenciados por essa cobrança exacerbada de disciplina no trabalho, a exploração e o não atendimento a muitas reivindicações, a classe operária tenha se mobilizado e com isso aconteceram “as primeiras greves em 1930 e dois anos depois, a articulação na fundação do primeiro sindicato em Rio Tinto, em 1932” (VALE, 2008, p. 206).

Após seus primeiros anos de fundação, o sindicato enfrentou dificuldades para se manter, sendo restabelecido como departamento da fábrica e “a partir de 1943, [...] permanece como instrumento de controle dos Lundgren até a vitória de Antônio Fernandes em 1960, período de incremento das lutas operárias. Os trabalhadores se apropriam do sindicato e da prefeitura, como espaços de lutas” (idem, p. 206). Nesse período como afirma o autor ora citado:

O sindicato têxtil de Rio Tinto é o maior do Estado, com mais de quatro mil associados. A partir de 1960, o Sindicato (com a eleição de Antônio Fernandes de Andrade para Presidente) e a Prefeitura (eleito em 1963 este operário prefeito de Rio Tinto) contribuem com a luta operária. A eleição de Antônio Fernandes dá ao Sindicato Têxtil de Rio Tinto nova fase na história (idem, p. 136).

Esse processo de conquistas nos indica que essas experiências na fábrica, na sociedade e na escola trouxeram uma qualificação para a classe operária não somente em termos técnicos, mas também em termos políticos e culturais. Essa ascensão operária enfraqueceu o poder da família Lundgren em Rio Tinto, somente havendo retrocesso com o Golpe civil-militar de 1964.

Diferente das análises já realizadas sobre a fábrica e a cidade de Rio Tinto, defendemos a concepção que por intermédio da educação profissional oferecida pela EACFL, fundamentados nos ensinamentos de Thompson (1987c), no qual destacamos sua noção de *saber utilitário*, apropriamo-nos de sua contribuição no intuito de esclarecer a expansão dos conhecimentos adquiridos na escola, repercutindo na família e no grupo social que esses alunos faziam parte. A categoria *experiência*, articulando-se com a de *cultura*, sugere que esse movimento extrapolou os muros da escola, criou uma instância educativa não-formal e trouxe para os operários da CTRT uma consciência de classe não imaginada por qualquer nível de análise da realidade riotintense, culminando na organização sindical entre 1959 e 1964 e a eleição de um operário contrário aos interesses da fábrica para presidente do Sindicato e também para o cargo de Prefeito da cidade.

Em nosso entendimento, a escola manteve sua finalidade principal que era a formação de trabalhadores e o meio para ingresso no trabalho da fábrica, tornando-se referência profissionalizante para a população de Rio Tinto. Essa instituição também atendeu os interesses dos industriais, mas achamos que os contornos voltados para a luta dos trabalhadores, suas conquistas e retrocessos merecem maior destaque no final desta pesquisa.

Enfim, nos apropriando e reafirmando as observações de Paranhos (2007, p. 268) entendemos que “a pedagogia capitalista, ao mesmo tempo em que objetiva a educação do trabalhador como força de trabalho submetida à dominação exercida pelo capital, educa-o também para enfrentar a dominação”, expandindo sua influência para a cultura local, repercutindo na cidade e na sociedade.

Assim sendo, apresentamos no próximo tópico as conclusões a que chegamos com este estudo, sintetizando os principais resultados.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

A intenção de entender as características históricas da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) e da cidade de Rio Tinto/PB nos fez enveredar pela pesquisa das instituições escolares, particularmente da Escola do SENAI de Rio Tinto, denominada Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL). O referido nome era uma homenagem ao seu patrono e fundador da cidade, Frederico João Lundgren, primogênito de família sueca de mesmo sobrenome, radicada em Recife e Paulista, cidades do vizinho Estado de Pernambuco.

O levantamento da experiência educacional dos operários da CTRT e a reconstrução da história da EACFL, no período compreendido entre 1944 e 1967, permitiu-nos analisar criticamente a cultura e o cotidiano de uma escola de educação profissional, mantida por uma fábrica de tecidos e implementada com as práticas escolares do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) da cidade de Rio Tinto, PB. Esta abordagem apresenta ineditismo em sua proposta, como também no objeto de estudo, tendo em vista a lacuna existente na pesquisa em História da Educação na Paraíba sobre essa temática.

Com a criação das escolas do SENAI em 1942, os industriais visavam à formação de trabalhadores especializados para o trabalho nas indústrias em franca expansão nesta década. No interior da Paraíba, essa expansão do capitalismo foi representada por uma fábrica de tecidos situada no distrito Rio Tinto, município de Mamanguape, Paraíba. Resultado da isenção do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), de âmbito estadual, por vinte e cinco anos, concedida pelo governador da época, esse empreendimento gerava aproximadamente quinze mil empregos diretos.

Fundamentada na Legislação que implantou o SENAI e na Lei Orgânica do Ensino Industrial, a Escola de Aprendizagem objeto deste estudo foi mantida pela fábrica de tecidos no intuito de não efetuar o recolhimento da contribuição compulsória devida ao SENAI, dessa forma, tornou-se uma Escola de Isenção. Sendo assim, esses dois incentivos fiscais contribuíram para atender aos interesses da CTRT e também para a criação da EACFL.

Como notamos no decorrer da presente investigação, o desenvolvimento do ensino profissional visava ao aumento da produtividade industrial e à valorização do capital. Nesse

sentido, para atingir maior produção nas indústrias, foi necessário controlar o tempo do operário, mantê-lo sob vigilância e adestrá-lo/treiná-lo para ser eficiente e disciplinado.

Foi assim que a EACFL fez para atender aos interesses do capitalismo industrial: apresentando práticas escolares que desenvolvessem nos futuros operários noções de tempo produtivo e disciplina no trabalho.

Nesta investigação, foi abordada uma produção de cultura por intermédio da experiência educacional dos ex-operários, que, em nosso entendimento repercutiu além da escola, na cidade e na sociedade.

Pressupomos, então, que as perguntas iniciais foram respondidas: “Como foi promovida a educação profissional voltada aos interesses da produção por intermédio da EACFL sem considerar as relações de transmissão e renovação de cultura para os operários da CTRT? Por que a experiência educacional dos operários da CTRT pode ter favorecido o anseio de emancipação política, econômica, social e cultural nesse movimento escola, fábrica e cidade? Como a escola repercutiu na fábrica, na cidade e na sociedade de Rio Tinto?”. Além disso, foram feitas outras descobertas que se apresentaram ao longo da elaboração deste trabalho.

Sendo assim, acreditamos que os objetivos propostos foram alcançados: “Analisar a experiência educacional dos operários da CTRT e reconstruir a história da Escola do SENAI de Rio Tinto (Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren) no período compreendido entre 1944 e 1967”.

Como base da investigação, realizamos pesquisa documental, circunscrita ao período acima apresentado. Mapeamos fichas de inscrição do aluno, metodologia, cadernos, diários de classe e avaliações. Delineamos a evolução da escola, relatando as turmas concluintes e a obtenção dos certificados, como também examinamos a dimensão sócio-cultural, fundamentada nas premiações e na meritocracia, nas datas comemorativas e no fardamento dos ex-alunos/ex-operários.

A coleta de dados ocorreu no arquivo da Delegacia Regional do SENAI em Campina Grande, PB e por intermédio de entrevistas com ex-alunos/ex-operários da escola e da fábrica, residentes na cidade de Rio Tinto.

Na análise documental, analisamos e discutimos a influência marcante da ideologia capitalista. Sob essa ótica, os aprendizes-operários tornaram-se uma peça do poder exercido pela CTRT por intermédio da EACFL, em que o ser humano tornou-se produto e foi produzido pelas forças dominantes nas relações sociais de produção naquele momento sócio-histórico.

Ainda, por meio da descrição, da análise e da discussão dos recortes de fala dos relatos orais, obtidos em entrevistas, buscamos confirmar os achados documentais registrados. Nesses dois tipos de pesquisa (documental e de campo), afloraram as categorias – disciplina, trabalho e meritocracia. Pudemos notar entre essas categorias, dentre outros aspectos, os problemas sociais, principalmente no tocante ao controle social, por intermédio de uma cultura escolar voltada para o trabalho na fábrica.

Nessa perspectiva, apresentamos, enfim, a síntese dos resultados a que chegamos: verificamos que as práticas educativas adotadas por essa escola de aprendizagem, destinada aos filhos de operários, tinham como finalidade a preparação da mão-de-obra para a indústria local, por intermédio da educação profissional, e atender aos interesses dos capitalistas industriais da Cidade de Rio Tinto, que eram os membros da família Lundgren.

Assim, a EACFL conservava, em suas aulas, práticas escolares para o desenvolvimento de habilidades e normas que eram exigidas nas oficinas da CTRT. Comprovamos uma cultura rígida, quase semelhante à de um quartel, que desenvolvia com sua metodologia sistematizada, condutas e comportamentos para o respeito à hierarquia e aos horários. Os resultados indicam que essa escola profissionalizante em Rio Tinto, com a filosofia educacional do SENAI, implantou uma cultura escolar para a fábrica e preparava o aluno para transformar-se em um futuro operário eficiente e disciplinado, visando garantir a permanência da exploração do homem pelo capital.

Na realidade educacional desta escola, objeto de estudo da presente investigação, a educação para o trabalho era também praticada, utilizando-se a cultura escolar da meritocracia, vinculada à competição escolar, onde os mais aptos eram recompensados financeiramente e, também, com uma vaga garantida para trabalhar nas oficinas da fábrica, ao término do curso na EACFL.

Chegamos ao entendimento de que a CTRT pretendia formar operários bem selecionados e bem treinados, pois eles poderiam render o máximo e aumentar a fabricação de produtos para o setor fabril; logo, a formação desses aprendizes operários iria transformá-los em sujeitos produzidos para o trabalho, via cursos planejados e executados sob a ótica da fábrica. Essa vertente ideológica dos industriais nos apresenta a cultura escolar do SENAI de Rio Tinto, cuja disciplina era rígida, pautada na figura que se desejava do operário: trabalhador, apto, higienizado e disciplinado.

Na situação que estudamos, verificamos que o capital, ao se expandir, tentou, por intermédio da educação profissional, ocultar seu desejo de acumulação e preservar o poder de dominação e exploração da força de trabalho. No caso dos operários da CTRT, a formação

para o trabalho era voltada aos interesses do capitalismo industrial, com a intenção de levá-los à submissão e à acomodação, restringindo suas aspirações sociais.

Nesse sentido, devemos ampliar o pensamento, não nos limitando ao período investigado entre as décadas de 1940 e 1960. Questionamos: será que a proposta de alienação e controle do trabalhador era restrita ao momento histórico que estudamos, com a experiência educacional dos operários da CTRT? A educação profissional nos dias de hoje proporciona uma análise crítico-reflexiva por parte do trabalhador ou continua preparando-o simplesmente para o trabalho? Há alguma distinção entre a ideologia capitalista da época e a atual?

Dessa forma, há de se pensar que tanto no momento atual como em épocas passadas, o sistema capitalista reproduz a miséria e retira do proletariado suas aspirações de emancipação e libertação.

Sendo assim, a educação e a luta de classes trazem, por intermédio das experiências acumuladas, a contradição entre os interesses dos envolvidos – burguesia e proletariado: um lado (os Lundgren) oferecia formação profissional destinada aos filhos de operários e tinha como finalidade a preparação da mão-de-obra para a indústria; o outro lado (os operários da CTRT) nos oferece indícios que os pais dos alunos da EACFL despertaram indiretamente para uma consciência de classe por intermédio da cultura adquirida por seus filhos. Defendemos com Thompson (1998), que esses operários não tinham acesso à educação escolarizada formal, restava-lhes, pois, usar da tradição oral para a transmissão das experiências e sabedorias comuns, surgindo aí uma cultura popular e uma consciência de classe.

Acreditamos que as práticas e saberes educativos da EACFL e das oficinas da fábrica possibilitaram aos operários novas experiências, produzindo cultura para a fábrica e para fora dela. Por intermédio das relações sociais entre mestres, operários e alunos, essa comunidade acadêmica e profissional – atuando no espaço da escola e no espaço da fábrica, como também no da cidade – construiu suas experiências diárias e modificou suas práticas cotidianas.

Desse modo, ressaltamos a relevância científica e social desta pesquisa que, com seu intuito de abordar os alunos, a escola e a fábrica, possibilitou, ainda, desvendar quais transformações culturais importantes foram trazidas pelas experiências dessa tríade.

Sendo assim, voltamos a nos apropriar e reafirmar Paranhos (2005, p. 268) para defender que “a pedagogia capitalista, ao mesmo tempo em que objetiva a educação do trabalhador como força de trabalho submetida à dominação exercida pelo capital, educa-o também para enfrentar a dominação”, expandindo sua influência para a cultura local.

Nesta tese, trabalhamos com a concepção de que a experiência educacional da EACFL em Rio Tinto, patrocinada pela CTRT, cujo interesse era transformar aprendizes de ofícios em

futuros operários para o trabalho na fábrica, fez com que, internamente, existisse uma ação de concepção de cultura que, mesmo acontecendo dentro dos muros da escola para o grupo que fazia parte dessa instituição educativa, criou contornos para fora da escola, interagindo com outras formas de cultura, repercutindo na cidade e na sociedade.

Entendemos então, que toda essa interação social pode ter culminado na organização dos trabalhadores no âmbito sindical e político, tanto que um operário com interesses contrários aos da fábrica elegeu-se presidente do sindicato e também Prefeito da cidade de Rio Tinto.

Enfim, para o processo de continuidade e desdobramentos desta investigação realizada, acreditamos poder incitar a possibilidade de novos estudos sobre a educação profissional no Vale do Mamanguape, utilizando materiais coletados no percurso desta pesquisa, uma vez que abordam a dimensão do ensino comercial, mais especificamente no que se refere ao Colégio Técnico de Rio Tinto e ao Instituto Moderno de Mamanguape, em que ambos ofereceram essa modalidade de ensino em épocas passadas.

Assim sendo, com a criação de um grupo de pesquisa na UFPB – Campus IV – Litoral Norte na área de História da Educação, poderemos formar base de estudos abrangentes sobre o ensino industrial e comercial na região. Estas são nossas recomendações para futuros estudos e pesquisas que podem ter a presente investigação como fundamentação preliminar.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

AMARAL, Cláudia Tavares do; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro e FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **Educação profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1944.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. A cultura escolar na historiografia da educação brasileira: alcances e limites de um conceito. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Orgs.). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto, Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e autores, 2010.

_____. (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, publicada em 10/nov/1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942**. Rio de Janeiro: IN, 1942.

_____. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Decreto-Lei nº 4.073 de 30 jan. de 1942. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoindustrial.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

_____. **Decreto-Lei nº 4.481 de 16 de julho de 1942**. Rio de Janeiro: IN, 1942.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**. Rio de Janeiro: IN, 1943.

_____. Lei Estadual nº 1622, de 06/12/1956. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/mamanguape.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. **Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp>. Acesso em: 12 jul. 2010.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

CHARTIER, Anne-Marie. Os cadernos escolares: organizar os saberes, escrevendo-os, **Revista de Educação Pública**, v. 16, n. 32. Cuibá, MT: EdUFMT, set/dez 2007.

CHILDE, Vere Gordon. **Evolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CIAVATTA, Maria (Coord.). **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

DUARTE, Rosália. Artigo científico: **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Revista Digital. Educar. Curitiba, Paraná, vol. 24, p. 213-225. 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/2216>>. Acesso em: 20 set. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

_____. **Rio Tinto: o extinto**. Rio Tinto: Ed. São Paulo, 1973.

_____. **O pai do vento**. Santa Rita, PB: A União, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GAMA, Gláucio Oliveira; GAMA, Claudio, Oliveira; PINHO, Luiz Celso. Artigo científico: **A noção de disciplina nas análises genealógicas de Michel Foucault**. Lecturas, Educación Física y Deportes: Revista Digital. ISSN 1514-3465. EFDeportes.com. Buenos Aires, Argentina, ano 14, n. 139, dez. 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/a-nocao-de-disciplina-de-michel-foucault.htm>. Acesso em: 19 set. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOÉS, Raul de Góes. **Um sueco emigra para o nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte, MG: Autêntica/FUMEC, 2006.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIM, Vera Tereza (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GONÇALVES, Marcos Antônio. **Formação profissional**: tratamento de texto de uma série metódica ocupacional. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1990.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Das escolas mistas industriais ao grupo escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941), **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 18. Campinas, SP: Autores Associados, set/dez 2008.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de B. O hábitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al.. **Rio Tinto**: estrutura, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INFORMATIVO FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA: ação produtiva. **A aprendizagem industrial na Paraíba**. Campina Grande: FIEP/UNICOM, nº. 2, jul. 2009.

INSTRUÇÃO de serviço do SENAI nº 12, de 1944. Disponível em: <<http://www.senai.br/upload/publicacoes/arq633867952406615844.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.

JORNAL de Campina de 07/12/1952. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Disponível em: ARQUIVO do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande/PB. Campina Grande, 17 dez. 1952. Edital, p. 3. (Arquivo público pesquisado *in loco*).

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico, **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 09-43.

KUNZE, Nádia Cuiabano. **Escola industrial de Cuiabá: gênese e organização (1942-1968)**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Civilizar ou habilitar: dilemas do ensino técnico no Brasil, **Revista Universidade e Sociedade**, ano XVIII. v. 42. Brasília, Andes - SN, junho 2008.

_____. A escola de aprendizes artífices. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (Orgs.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

LOPES, Stênio. **SENAI 50 anos: retrato de uma instituição brasileira**. Campina Grande: Editora Gráfica Offset Marccone, 1992.

_____. **Uma saga da criatividade brasileira**. Rio de Janeiro: SENAI-DN, 1982.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACEDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária: o caso de Rio Tinto (1950-1970)**. 1986. 391 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1986.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Selecionando aprendizes mais aptos. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia, UCG, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. Arqueologia industrial e cotidiano em Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto**: estrutura, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

_____. **Sociedade e poder político no nordeste**: o caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório preliminar de desenvolvimento integrado do município de Rio Tinto**. Brasília, DF: SERFHAU, 1972.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo. São Paulo: Edusf, 2003.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

OLIVEIRA, Neli Ferreira. **A educação entre fios e rendas**: escola, fábrica de rendas. Arp – Nova Friburgo. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: UFF, 2004.

OLIVEIRA, Marta Maria. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

O MUNICÍPIO de Rio Tinto. Disponível em <<http://www.riotintopb.com.br>>. Acesso em: 02 set. 2009.

PANET, Amélia. Rio Tinto: história, arquitetura e configuração espacial. In: PANET, Amélia et al. **Rio Tinto**: estrutura, trabalho e cotidiano. João Pessoa, PB: UNIPÊ, 2002.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Artigo científico: **A formação operária: arte de ligar política e cultura**. Revista Digital. Educação e Sociedade. Campinas, São Paulo, vol. 26, n. 90, p. 266-288, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2011.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Artigo científico: **Uma abordagem da história das instituições educacionais**: a importância do arquivo escolar. Educação Unisinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, vol. 11, n. 2, p. 85-90, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/085a090_edu11%282%29_art03dossie_pereira.pdf>. Acesso em: 02 set. 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

PROJETO MEMÓRIA SENAI – SP. **O giz e a graxa**: meio século de educação para o trabalho. São Paulo: SENAI, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O ensino industrial: memória e história. In: STEPHANOU, Maria Helena; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil, v. III**: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Isabel Moura Nascimento; SANDANO Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Cultura e educação brasileiras**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

SANTOS, Jailson Alves dos Santos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SENAI, DN. **Instrução de Serviço nº 12 de 19 de maio de 1944**. Rio de Janeiro: IN, 1944.

SENAI-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de São Paulo. **De homens e máquinas**: Roberto Mange e formação profissional. São Paulo: SENAI, 1991.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Fernando Luis da. **Cultura coronelista e administração estratégica de recursos humanos**: o caso da fábrica de tecidos de Rio Tinto. 2003. 312 f. Tese (Doutorado em Administração), Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2003.

SOARES, Maria do Carmo. **Redação de trabalhos científicos**. São Paulo: Cabral, 1995.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: ano 90. Campinas: Autores Associados, 2002.

TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo,

Revista Brasileira de História da Educação, v. 16. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 147-169.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. v. I. Tradução de Renato Busatto Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. v. II. Tradução de Renato Busatto Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. v. III. Tradução de Renato Busatto Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: o termo ausente - experiência. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFCE, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIM, Vera Tereza (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Tiempos escolares, tiempos sociales**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

VINHAS, M. **Estudos sobre o proletariado brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: USF, 2000.

ARQUIVOS PESQUISADOS

ARQUIVO da Biblioteca Central da UFPB.

ARQUIVO da CTRT – Companhia de Tecidos Rio Tinto, Rio Tinto/PB.

ARQUIVO da Cúria Metropolitana – Arquidiocese da Paraíba.

ARQUIVO da Escola do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional de Campina Grande/PB. Av. Manoel Guimarães - 4º andar - Ed. Agostinho Velloso da Silva, 195. Bairro: José Pinheiro.

ARQUIVO Histórico da Paraíba na Fundação Espaço Cultural. Acesso pelo Subsolo, rampa 4, próximo à rampa de acesso ao Teatro Paulo Pontes. Paraíba.

ARQUIVO da INSPETORIA técnica de ensino do estado da Paraíba (Setor de Escolas Extintas – STE). João Pessoa, PB.

ARQUIVO do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande/PB.

ARQUIVO do Projeto Memória do SENAI/SP. Ed. da FIESP. Av. Paulista, 1313. São Paulo, SP.

ENTREVISTAS

01: OPERÁRIO I: Operário da 1ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2008.

02: OPERÁRIO II: Operário da 2ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2008.

03: OPERÁRIA III: Operária da 3ª entrevista, sexo feminino – Entrevista concedida em 28 de março de 2008.

04: OPERÁRIO IV: Operário da 4ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 28 de março de 2008..

05: OPERÁRIO V: Operário da 5ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 21 de novembro de 2008.

06: OPERÁRIO VI: Operário da 6ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2009.

07: OPERÁRIA VII: Professora da 7ª entrevista, sexo feminino – Entrevista concedida em 16 de julho de 2009.

08: OPERÁRIO VIII: Operário da 8ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2010.

09: OPERÁRIO IX: Operário da 9ª entrevista, sexo masculino – Entrevista concedida em 04 de março de 2010.

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista

Objetivos

Identificar a percepção dos ex-operários/ex-alunos da Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL) – SENAI da cidade de Rio Tinto em relação as suas experiências na escola e na fábrica de tecidos, em relação à vivência de valores e a metodologia que era utilizada no tocante a cadernos, livros, avaliações, notas e fardamento. Identificar a influência da formação profissionalizante em seus costumes, hábitos e valores. Identificar se a educação profissional proporcionou empregabilidade e ascensão social.

1. Como se chamava a escola profissionalizante que estudou?
2. Como eram as aulas? Aconteciam em quais espaços?
3. Quais os materiais utilizados nas aulas?
4. Como eram as normas da escola?
5. O que você aprendeu na escola serviu para sua formação como cidadão?
6. Como era sua vida fora da escola?
7. Você gostaria de colocar algo que não foi colocado em nossa conversa?

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a) _____

Esta pesquisa é sobre A Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (Escola do SENAI de Rio Tinto/PB e está sendo desenvolvida por José Jassuipe da Silva Moraes , aluno do Curso de Doutorado do PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Professor Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza.

Os objetivos do estudo são analisar a experiência educacional dos operários da CTRT e reconstruir a história da Escola do SENAI de Rio Tinto (Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren, doravante EACFL) no período compreendido entre 1944 e 1967.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a História da Educação na Paraíba e reconstruir a história ainda não contada do SENAI de Rio Tinto e preservar a memória da dessa primeira escola de educação profissional na Paraíba, ligada ao sistema SESI/SENAI.

Solicitamos a sua colaboração para por intermédio de uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em veículos de divulgação científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a).

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

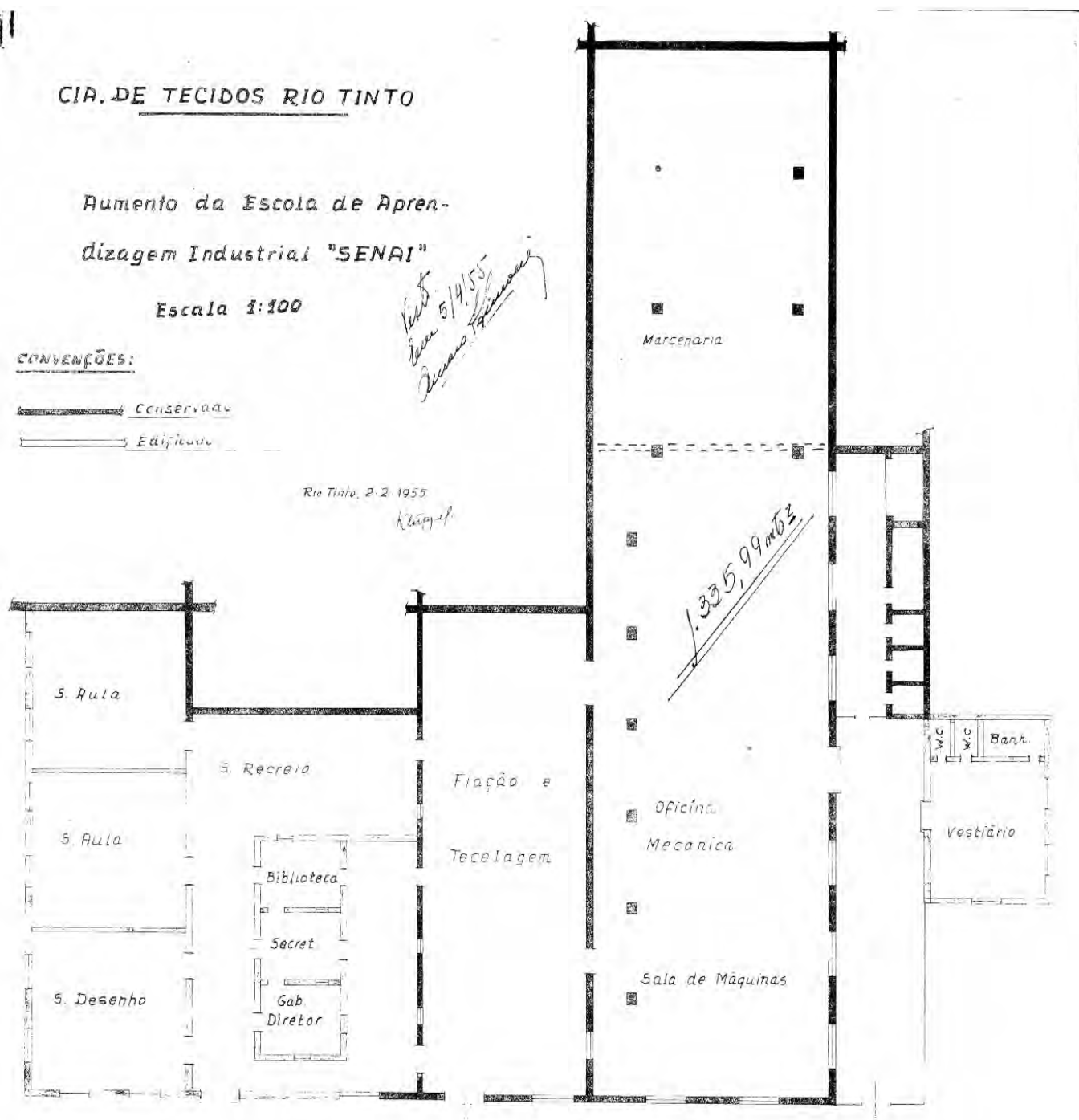
Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) José Jassuipe da Silva Moraes. Endereço (Setor de Trabalho): Campus I (UFPB) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Telefone: (83) 3126-7702 / 3292-3767.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO 1 – Planta Baixa do Prédio da EACFL (1955)



ANEXO 2 – Termo de Acordo SENAI/CTRT (1955)

Entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, pelo seu Diretor Regional, com sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, e a Companhia de Tecidos Rio Tinto, Município de Mamanguape, Estado da Paraíba, o primeiro denominado neste contrato SENAI e a segunda ESTABELECIMENTO fica convencionado, nos termos do art. 5º do Decreto-lei 4 996, de 7 de novembro de 1942, o seguinte acôrdo:

- Cláusula 1ª - Fica concedida ao Estabelecimento, a partir de 1º de janeiro deste ano, a isenção a que se referem os arts. 5º dos Decretos-leis 4 048 e 4 936, de 22 de janeiro e 7 de novembro de 1952, com a alteração introduzida pelo 4º do Decreto-lei 6 246, de 5 de fevereiro de 1944, relativamente às suas atividades industriais mantidas na vila do Rio Tinto, Município de Mamanguape, Estado da Paraíba.
- Cláusula 2ª - O ESTABELECIMENTO se obriga a manter em suas fábricas uma escola de aprendizagem para menores e operários, nos termos do regime estabelecido pelos Decretos-leis 4 048, 4073 e 4 936, respectivamente, de 22 de janeiro, 30 de janeiro e 7 de novembro de 1942 e Decreto nº 10 009, de 16 de julho do ano citado observada ainda a portaria nº 36 A de 15 de janeiro de 1943, do Ministério da Educação.
- Cláusula 3ª - A escola de aprendizagem a que se refere o art. anterior manterá: a) curso de aprendizagem; b) curso vocacional.
- Cláusula 4ª - Os cursos de aprendizagem a serem mantidos na Escola serão os seguintes:
- 1) Curso de Mecânica de Manutenção, de acôrdo com o programa adotado pelo SENAI na Escola de Campina Grande;
 - 2) Curso de Trabalhos de madeira, compreendendo os ofícios de marceneiro, carpinteiro e modelador de fundição;
 - 3) Curso de fiação e tecelagem, de acôrdo com o programa a ser estudado pelo SENAI.
- Cláusula 5ª - O número de alunos a serem matriculados nos cursos a que se refere o item a da Cláusula 3ª deverá ser de cinco por cento (5%) por ano, do total de operários qualificados no ESTABELECIMENTO.

Cláusula 6ª - O curso vocacional, previsto na cláusula 3ª, letra b, do presente acôrdo terá capacidade de setenta e dois (72) alunos e terá a duração de um ano, destinando-se a preparação de alunos para o ingresso no Curso de Aprendizagem.

Cláusula 7ª - O ESTABELECIMENTO assume as seguintes obrigações:

- a) de seguir na Escola de Aprendizagem as instruções baixadas pelos órgãos competentes do SENAI, no que se refere ao currículo, extensão dos curso, programas, séries e exercícios práticos, critérios de nota, métodos, processos pedagógicos e demais aspectos do regime escolar e se submeter os candidatos a matrícula na Escola aos critérios e processos de seleção profissional assistida pelos órgãos competentes do SENAI;
- b) de submeter os alunos matriculados na Escola às provas periódicas de escolaridade de aulas e oficinas, organizadas e aplicadas pelos órgãos competentes do SENAI;
- c) de facilitar aos técnicos do SENAI, as condições favoráveis ao desempenho de suas funções de inspeção, pesquisas e orientação do ensino junto aos cursos mantidos pelo ESTABELECIMENTO na escola de aprendizagem;
- d) de enviar, nos prazos marcados, relatórios e dados solicitados pelos órgãos competentes do SENAI relativos a matrícula, frequência, eliminação e aproveitamento dos alunos;
- e) de permitir visitas as aulas e cursos de sua escola ao pessoal docente e técnicos de outros cursos, mediante autorização do SENAI que controlará e fiscalizará tais visitas.

Cláusula 8ª - A Escola mantida pelo ESTABELECIMENTO usará em todos os seus documentos e dísticos a denominação "SENAI - Escola de Aprendizagem Cel. Frederico Lundgren".

Cláusula 9ª - A nomeação e demissão do Diretor, professores e instrutores da Escola será feita pelo SENAI em comum acôrdo com o ESTABELECIMENTO, ficando obrigado o último a lhes pagar os salários.

- a) O ESTABELECIMENTO se obriga ainda a substituir professores e instrutores quando êsses não merecerem a confiança do SENAI.
- b) O diretor, professores e instrutores serão contratados para dar tempo integral de serviço a Escola.

3.

- Cláusula 10ª - O ESTABELECIMENTO se obriga a contribuir com vinte por cento (20%) da contribuição normal devida ao SENAI e mais a contribuição adicional de vinte por cento (20%) referente as bolsas de estudo, a que se refere o art. 6º do Decreto-lei 4 048, de 22 de janeiro de 1942.
- Cláusula 11ª - Fica assegurado ao ESTABELECIMENTO a inscrição dos operários diplomados ou habilitados pela sua Escola de Aprendizagem, como candidatos as bolsas de estudo que o SENAI conceder anualmente, na forma do art. 6º do Decreto-lei 4 048, de 22 de janeiro de 1942, sendo que o número de candidatos dessa inscrição será fixado em instruções que forem baixadas de conformidade com a contribuição adicional do ESTABELECIMENTO.
- Cláusula 12ª - A assinatura deste acordo não isenta o ESTABELECIMENTO do cumprimento de todas as imposições previstas pela legislação que rege o ensino industrial e nem desobriga de seguir as diretrizes pedagógicas do Ministério de Educação.
- Cláusula 13ª - O ESTABELECIMENTO se obriga a fazer as seguintes melhorias e ampliações na sua escola de Aprendizagem atualmente existente em Rio Tinto:
- a) ampliação do ferramental de uso individual dos alunos, de acordo com a relação determinada pelo SENAI;
 - b) aquisição de maquinária necessária aos diversos cursos, de acordo com a relação a ser fornecida pelo SENAI;
 - c) ampliação do prédio da atual escola de aprendizagem conforme planta a ser apresentada pelo SENAI, para a instalação do curso de fiação e tecelagem e do curso vocacional.
- Cláusula 14ª - Na hipótese do não cumprimento por parte do ESTABELECIMENTO de qualquer cláusula desse acordo, bem como de deficiência do rendimento escolar, nos termos da letra u do Decreto nº 10 009 (art. 7º), de 16 de julho de 1942, voltará o mesmo ao regime comum da legislação do SENAI.
- Cláusula 15ª - Este acordo valerá pelo prazo de um ano letivo, considerando-se renovado, sucessivamente, por mais um ano, caso não haja denúncia de qualquer das partes com antecedência mínima de 60 dias.
- § único - O ano letivo será contado dentro do prazo de um

4.

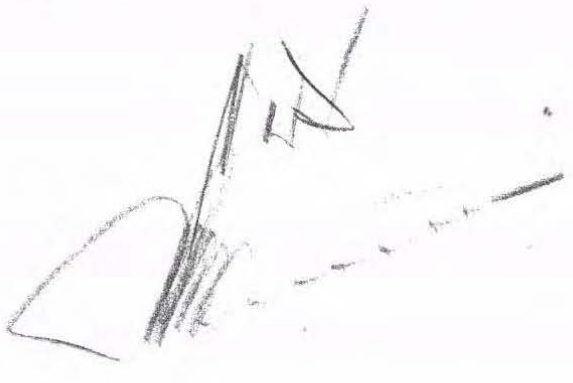
exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

- Cláusula 16ª- O ESTABELECIMENTO se obriga a inverter na Escola de Aprendizagem importância correspondente às contribuições em atraso, até a data da assinatura do contrato.
- Cláusula 17ª- O SENAI fará o competente levantamento da dívida resultante das contribuições em atraso e enviará a empresa a relação do ferramental e maquinárias ~~necessárias~~, bem como o projeto de ampliação do prédio a serem adquiridos e construídos, com a importância ^{de} dívida já referida.
- Cláusula 18ª- Para efeito de Pagamento do selo, da responsabilidade da empresa, de vez que o SENAI está isento ex-lege, dão as partes ao presente o valor de R\$50.000,00.

Pio Tinto, 5 de Abril de 1955.

Assinado em 5 de Abril de 1955 e firmado pelo Snr. Amaro S. Simoni Diretor Regional do SENAI, Snrs. P. Sani e Otto Hofmann Diretores desta Empresa e como testemunhas os Srs. Edesio Fragoso e Fozé Maciel Pinheiro. O presente contrato encontra-se devidamente selado na primeira via e com todas as firmas reconhecidas pelo Tabelião deste Distrito.

Registrado no Cartório de Imóveis, Títulos e Documentos de Maranguape pelo Tabelião Joaquim da Silva Ramos, em 13 de Abril de 1955.



ANEXO 3 – Termo de Acordo SENAI/CTRT (1964)



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PORTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

TÉRMO DE ACÔRDO ENTRE O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI) E A CIA. DE TECIDOS RIO TINTO S.A., DISPONDO SOBRE APLICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E REGIME DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO ENSINO PROFISSIONAL E AO TREINAMENTO.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamentos Nacional e Regional da Paraíba, representado neste ato pelo Presidente da Junta Governativa da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Hiaty Leal, pelo Diretor do Departamento Nacional Dr. Paulo Affonso Horta Novaes, pelo Diretor do Departamento Regional Prof. José Stênio Lopes, e, de outro lado a Cia. de Tecidos Rio Tinto S.A., representada por seu Diretor abaixo assinado, de nominadas as partes contratantes doravante simples e respectivamente, SENAI e RIO TINTO;

- considerando o imperativo de uma política de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal de chefia, operações, manutenção e de serviços auxiliares em toda a empresa;

- considerando que pelo artigo 4º do Decreto-Lei 4048 de 22 de janeiro de 1942, é a RIO TINTO, obrigada ao pagamento de uma contribuição ao SENAI, de um por cento (1%) sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 6246 de 5 de fevereiro de 1944, para a montagem e custeio de escolas de aprendizagem;

- considerando que por possuir mais de 500 (quinhentos) empregados, é também, a RIO TINTO obrigada à contribuição adicional de vinte por cento (20%) ao SENAI, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei 4048, de 22 de janeiro de 1942;

- considerando a conveniência de regular a aplicação das contribuições acima referidas, em face dos interesses da formação da



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PÔRTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

2.

mão de obra da empresa,

RESOLVEM:

Celebrar o presente acôrdo, fundamentado no artigo 5º do Decreto-Lei 4048, de 22 de janeiro de 1942, e no artigo 5º do Decreto-Lei 4936, de 7 de novembro de 1942, dando-lhe o seguinte teor:

1. Dos Programas de Formação e Treinamento e sua Expansão

CLÁUSULA I - Anualmente a RIO TINTO organizará o seu programa de treinamento de pessoal à vista de seus planos de produtividade;

PARÁGRAFO ÚNICO - para a administração de seu programa anual de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoal do nível de chefes, supervisores, mestres e outras quaisquer categoria dos seus escalões técnicos ou administrativos, através de cursos, estágios, treinos metódicos no próprio ambiente de trabalho ou em centro localizado junto a êsse ambiente, manterá a RIO TINTO, um serviço de treinamento de pessoal, chefiado por um técnico especializado.

CLÁUSULA II - O SENAI se obriga, quando solicitado a colaborar no preparo dos programas e do material didático de treinamento da RIO TINTO, na execução dos projetos de ensino, bem como a orientar o aperfeiçoamento do chefe de treinamento.

CLÁUSULA III - Para a aprendizagem de operários menores e adultos a RIO TINTO manterá, com as adaptações necessárias, a escola existente, onde serão



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PORTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

3.

ministrados cursos de formação e aprimoramento de empregados ou candidatos a emprego nos seus quadros observando, no que couber, as instruções da Portaria 713, de 31 de dezembro de 1963 do Ministério da Educação e Cultura.

CLÁUSULA

- IV - O montante das contribuições a serem aplicadas, diretamente pela RIO TINTO, por força deste acordo, constituirá um Fundo de Treinamento e Aprendizagem, escriturado em conta especial, e administrado pela empresa, que poderá acrescê-lo com a dotação de recursos destinados à ampliação de suas instalações de estudo e à intensificação dos seus programas de desenvolvimento de pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO

- As contribuições não dispendidas no exercício, escrituradas à conta do Fundo, serão aplicadas no financiamento de projetos de treinamento em exercícios subsequentes.

CLÁUSULA

- V - A utilização do Fundo de Treinamento será supervisionada e fiscalizada pela Comissão Executiva de que trata a cláusula IX e seguintes, dentro dos critérios abaixo: -

- a) até o dia 1 de março de 1965 a RIO TINTO apresentará ao SENAI, através da Comissão Executiva o seu plano de treinamento para o ano entrante;
- b) Este Plano Geral será acompanhado de seu orçamento global totalizando os respectivos orçamentos de cada projeto;
- c) anualmente, até o dia 1 de abril de 1966 a RIO TINTO encaminhará, através da Comissão Executiva relatório e balanço referentes à aplicação do Fundo de Treinamento e Aprendi



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PÓRTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

4.

zagem, para exame, pela Contadoria do DR do SENAI.

2. Da Aplicação das Contribuições

CLÁUSULA VI - A RIO TINTO, recolherá mensalmente ao Banco do Brasil, a crédito do Departamento Nacional do SENAI, 50% (cinquenta por cento) da contribuição estabelecida no artigo 4º do Decreto-Lei 4048, de 28 de janeiro de 1942 e mais 1/5 do adicional de 20% (vinte por cento) a que se refere o artigo 6º do mesmo Decreto-Lei.

CLÁUSULA VII - A RIO TINTO, aplicará 50% (cinquenta por cento) dos recursos previstos no artigo 4º do Decreto-Lei 4048, de 22 de janeiro de 1942, da seguinte forma:

- a) formação profissional, em unidade especializada de ensino, já existente, e cuja programação se adaptará, a curto prazo, a nova política de formação de mão de obra, ora preconizada pelo SENAI;
- b) treinamento em serviço - através de cursos, seminários, estágios e orientação profissional, no próprio local de trabalho ou em centro especializado para mestres e outros servidores imediatos, pessoal de execução e aprendizes;
- c) aperfeiçoamento de pessoal docente - com o preparo de instrutores e assistentes técnicos para planejamento e elaboração de cursos e material didático;

3. Da Administração do Acôrdo:

CLÁUSULA VIII - A execução dês e acôrdo será orientada e fiscal



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PORTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

5.

lizada por uma Comissão Executiva composta, basicamente, de dois membros, indicados, respectivamente, pela Diretoria da RIO TINTO e pelo Departamento Regional do SENAI.

PARÁGRAFO ÚNICO • A Comissão Executiva reunir-se-á uma vez por mês, podendo os seus componentes fazerem-se acompanhar dos assessores que julgarem necessários para o exame e discussão de assuntos especializados.

CLÁUSULA IX - Quaisquer iniciativas da RIO TINTO ou do SENAI, relativas a este Acôrdo, serão encaminhadas através da Comissão Executiva à direção das entidades contratantes.

PARÁGRAFO 1º - No caso de impedimento ou falta de qualquer um dos membros permanentes da Comissão Executiva a parte que a tiver indicado, proverá sua substituição no prazo máximo de 8 (oito) dias.

PARÁGRAFO 2º - Se houver impasse nas decisões da Comissão Executiva esta remeterá o assunto ao Diretor da RIO TINTO e ao Diretor Regional do SENAI que, de comum acôrdo deverão encontrar a solução. Em caso de ainda persistir o impasse a decisão final caberá ao Conselho Regional do SENAI.

4. Do Prazo da Rescisão:

CLÁUSULA X - O prazo deste acôrdo é de um ano e sua vigência começará a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO 1º - Qualquer das partes, entretanto, poderá antecipar o término de sua vigência, desde que manifeste essa intenção mediante notificação extrajudicial, feita com três meses de antecedência e



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PÔRTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

6.

entendido que a mesma não exonera a nenhuma, do cumprimento das obrigações anteriores à sua data, e que não possam ter solução dentro do período de carência ora fixado.

PARÁGRAFO

2º - Três meses antes de vencer o prazo de um ano, determinado no corpo desta cláusula, as partes notificar-se-ão de suas intenções de renová-lo ou não; o silêncio de ambas, entretanto, significará uma prorrogação automática por igual período de tempo.

PARÁGRAFO

3º - A rescisão imediata, automática e independente da notificação, judicial ou não, respondendo por perdas e danos (se os houver) a parte inadimplente, poderá ocorrer caso se verifique o descumprimento de qualquer estipulação deste acôrdo, notadamente no que diz respeito à deficiência de rendimento dos programas ou incapacidade na utilização dos recursos.

PARÁGRAFO

4º - Ocorrendo a rescisão, por qualquer modo, a RIO TINTO voltará ao regime comum da legislação do SENAI.

5. Do Fôro

CLÁUSULA

XI - Fica eleito o Fôro da cidade de Campina Grande, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir as questões por ventura oriundas do Acôrdo ora assinado.

6. Disposições Gerais

CLÁUSULA

XII - Ficam nesta data sem efeito os termos do acôrdo firmado entre o SENAI e a RIO TINTO em 2 de outubro de 1944, bem como as modificações posteriores.



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL

RUA ARAÚJO PÔRTO ALEGRE, 70-10.º AND.

RIO DE JANEIRO - GB.

7.

CLÁUSULA XIII - Imediatamente após a assinatura dêste acôrdo, a RIO TINTO e o SENAI examinarão a situação da Escola SENAI de RIO TINTO, promovendo a sua melhor adequação aos objetivos aqui fixados.

CLÁUSULA XIV - A RIO TINTO usará em todos os documentos e disticos relativos aos programas oriundos dêste acôrdo a legenda "Acôrdo SENAI - RIO TINTO" logo abaixo ou após aquelas consideradas de seu interesse.

E, por assim se acharem justos e convencionados, assinam o presente acôrdo em 5 vias de igual teor, depois de lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas.

Estendo o SENAI isento do pagamento de selos, todas as despesas com o presente contrato, correrão por conta da segunda contratante.

Rio de Janeiro, 3 novembro de 1964

(a)

Presidente da
Junta Governativa da
Confederação Nacional da Indústria

(a)

Director do
Departamento Nacional
SENAI

(a)

Director do
Departamento Regional
da Paraíba

(a)

Director da Rio Tinto S.A.

TESTEMUNHAS:

Agostinho de Almeida

ANEXO 4 – Autorização para Aprendizagem de Fiação e Tecelagem no Interior da Fábrica (1959)

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL				
SENAI				
DEPARTAMENTO REGIONAL DA PARAIBA				
LOCAL	DATA	REF.	Nº.	DEST.
Campina Grande,	12/9/1959	13.00	N/M-18	263

Ilmo. Sr.
Pedro Sani
Diretor Gerente da Cia. de Tecidos Rio Tinto
Rio Tinto - Paraíba

RECEBIDO
14 SET. 1959
Rneg.

1 - Em resposta à consulta verbal de V. Sia., informo-o de que, em conformidade com a Portaria nº 127, de 18 de dezembro de 1956, do sr. Ministro do Trabalho, poderá essa empresa organizar a aprendizagem de menores dentro do próprio trabalho.

2 - Creio mesmo que, não tendo a Escola mantida por essa empresa em acordo de isenção com o SENAI suficiente capacidade para prover de aprendizes habilitados os diversos setores de sua produção, será essa a melhor forma de V. Sia. ministrar a indispensável formação ou adestramento do pessoal, principalmente para os misteres que exigem a fiação e tecelagem.

3 - Aproveito o ensejo para apresentar a V. Sia. as minhas

Saudações

pe' Amilcar
JOSE STÊNIO LOPES
Diretor Regional

ANEXO 5 – Rescisão do Acordo de Isenção SENAI/CTRT (1967)

Rio Tinto, 12 de abril de 1.967

COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO

Códigos { A. B. C. 5.ª & 6.ª Eds.
Ribeiro
Bentley's
Morse

End. Teleg. { INDIO - RIO TINTO
INDIO - RECIFE

CAIXA POSTAL, 1.197 - Recife
DEPOSITO NO RECIFE
Rua São Jorge, 351
INSCRIÇÃO 8248
RIO TINTO

COPIA

Ilmo. Sr.
Prof. José Stenio Lopes
M.D. Diretor Regional do
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Campina Grande - PB.

Prezado Senhor,

Ref.: Rescisão de convênio

De conformidade com os nossos entendimentos pessoais sobre o problema exposto diretamente a V.S., da impossibilidade de continuarmos a manter o acordo firmado entre o Serviço de Aprendizagem Industrial - SENAI e nossa Empresa, datado de 3 de novembro de 1.964, vimos pela presente confirmar nossa decisão de pleitear a rescisão do acordo firmado entre as partes, conforme resolução adotada por esta Diretoria em 30 de março último, baseadas na cláusula 4ª - parágrafo 1º, do Prazo para Rescisão.

Reiteramos aqui nossa exposição verbal, cujas razões de desligamento com esse Departamento, nos é imposta pelas grandes dificuldades que temos enfrentado, com o agravamento da crise textil de caráter nacional. Como pretendemos imprimir novos rumos, com a simplificação de todos os meios ao nosso alcance, para a sobrevivência de uma indústria de tradição neste Estado e no País, desculpamo-nos pela iniciativa tomada, porém, julgamos extremamente necessária para a execução de planos que nos permitam enfrentar o futuro.

Desejamos nesta consignar o nosso mais profundo agradecimento pelas atenções que sempre nos foram dispensadas, cumprimentar todos os Senhores Membros Diretores, convencidos de que compreenderão nossa atitude, com simpatia e amistosidade.

J.P.

COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO

Rio Tinto,

Códigos { A. B. C. 5.ª & 6.ª Eds.
Ribeiro
Bentley's
Morse
End. Teleg. { INDIO - RIO TINTO
INDIO - RECIFE
CAIXA POSTAL 1.197 - Recife
DEPOSITO NO RECIFE
Rua São Jorge, 351
INSCRIÇÃO 8248
RIO TINTO

- continuação -

Com o testemunho de nosso mais reconhecido
respeito, firmamo-nos com apreço e alta consideração.

Atenciosamente,


Otto Hofmann
- Diretor Gerente -


Virgilio Cioni
- Diretor Administrativo -

ANEXO 6 – 1ª Turma Concluente da EACFL (1949)

ZAGEM CEL. CONCLUENTES DA ESCOLA DE APRENDI- FREDERICO LUNDGREN.		
1.949		
<u>I TURMA</u>		
REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ADALGIZO VIEIRA	AJUSTADOR
2	ANTONIO VICENTE ✓	TORNEIRO
3	EDVALDO FEITOSA	AJUSTADOR
4	GERALDO TEODOSIO	MARCENEIRO
5	JOSÉ ALVES	"
6	JOSÉ COSTA	"
7	JOSÉ L. ANJOS	"
8	JAIME GOMES	TORNEIRO
9	JOSÉ VIEIRA	AJUSTADOR
10	MANOEL OLIVEIRA	"
11	SEVERINO OSMAR	"
12	VALDEMAR ROSAS ✓	TORNEIRO

SENAI
Escola de Aprendizagem
Cel. FREDERICO LUNDGREN

ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 7 – 2ª Turma Concluente da EACFL (1950)

CONCLUENTES DA ESCOLA DE APRENDI-		
ZAGEM CEL. FREDERICO LUNDGREN		
1.950		
II TURMA		
REF.	NOME	OBSERVAÇÃO
1	EDSON COSME	TORNEIRO
2	ELIAS MOURA	AJUSTADOR
3	JORO BATISTA	"
4	JOSÉ DAVI	TORNEIRO
5	JOSÉ PEDRO	MARceneiro
6	LUIS ROZENDO	AJUSTADOR
7	OZIEL GALDINO	"
8	SEVERINO HOLIM	TORNEIRO
9	VANDIVÉ LUIZ ✓	"

SENAR
Escola de Aprendizagem
Cel. Frederico Lundgren
ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 8 – 3ª Turma Concluinte da EACFL (1951)

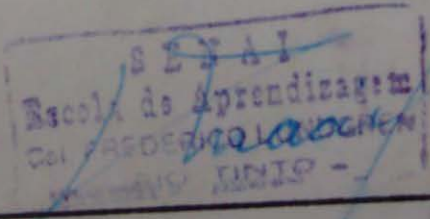
CONCLUINTES DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM
GEN. CEL. FREDERICO LUNDGREN

1.951

III TURMA



REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ANTONIO BRAGA	SERRALHEIRO
2	ANTONIO DAVI	"
3	ANTONIO JOSÉ SANTOS	TORNEIRO
4	EDVALDO CHAVES	SERRALHEIRO
5	HEITOR OLIVEIRA	" (ORADOR)
6	ISRAEL MEDEIROS	MARceneIRO
7	JOSÉ JÚLIO	SERRALHEIRO
8	LEVI CASTOR	MARceneIRO
9	PEDRO FIRMINO	SERRALHEIRO
10	OTÁVIO CABRAL	"
11	WALTER LOPES	"



ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 9 – 4ª Turma Concluinte da EACFL (1952)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDI-		
ZAGEM CEL. FREDERICO LUNDGREN		
1.952		
IV TURMA		
REF.	NOME	PROFISSÃO
1	DORGIVAL NASCIMENTO	AJUSTADOR
2	EVALDO GONÇALVES	TORNEIRO (GRADOR)
3	FRANCISCO MENESSES	AJUSTADOR
4	JOSÉ COSTA VENTURA ✓	"
5	JOSÉ LÚCIO	"
6	JOSÉ MOISÉS	"
7	JOSÉ PALMEIRA	MARCENEIRO
8	JOSÉ SOARES ✓	AJUSTADOR
9	PIERRE GOMES	"
10	VALDOMIRO VICENTE <i>Fagundes</i>	→ "

SENAI
Escola de Aprendizagem
CEL. FREDERICO LUNDGREN
ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 10 – 5ª Turma Concluente da EACFL (1953)

CONCLUENTES DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM
GEN. CEL. FREDERICO LUNDGREN

1.953
V TURMA

REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ANTONIO AZEVEDO	AJUSTADOR
2	ALBERTO SANTOS	TORNEIRO
3	ANTONIO MOREIRA ✓	AJUSTADOR
4	ALDEIR SANTOS	"
5	ANTONIO PORFIRIO ✓	"
6	EVERALDO GERMANO ✓	"
7	FRANCISCO GERMANO	TORNEIRO
8	JORO BERNARDO	AJUSTADOR
9	JORO CLAUDINO ✓	"
10	JORO FIRMINO <i>da Silva</i>	"
11	JOSÉ MARQUES	"
12	OTONIEL UMBELINO ✓	MARceneiro
13	RAIMUNDO FERRAZ ✓	TORNEIRO

15/02/51
30/12/53

ROGE MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 11 – 6ª Turma Concluente da EACFL (1954)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM
GEN. CEL. FREDERICO LUNDGREN

1.954

VI TURMA

REF.

NOME

PROFISSÃO

1	AILTON CHAVES	TORNEIRO
2	ALDEMIR HENRIQUES	SERRALHEIRO
3	AILTON JOSÉ SILVA ✓	"
4	/ DJALMA FRANCISCO CAVALCANTE	TORNEIRO (ORADOR)
5	* FRANCISCO MARQUES	MARGENEIRO
6	GERALDO ARAUJO	TORNEIRO
7	GERRHART TEIXEIRA	SERRALHEIRO
8	JOSÉ INALDO BARBOSA	MARGENEIRO
9	JOSÉ LAURO COSTA ✓	SERRALHEIRO
10	JOSÉ PASCOAL ELCY ✓	"
11	MANOEL COUTINHO ✓	TORNEIRO
12	SEVERINO RAMOS DE FONTES ✓	MARGENEIRO
13	VALDEMAR FIGUEIREDO ✓	AJUSTADOR

ROGÉ MANUEL PINHEIRO

DIRETOR

5 15/2/82
 concl. 1/10/84

ANEXO 12 – 7ª Turma Concluente da EACFL (1955)

CONCLUENTES DA ESCOLA DE APRENDIZIA -
GEN. CEL. FREDERICO LUNDGREN

1.955
VII TURMA



REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ANTONIO FERREIRA <i>da Silva</i>	AJUSTADOR
2	ANTONIO GOMES <i>dos Santos</i>	"
3	JOSÉ AMÉRICO	"
4	JOSÉ CALIXTO	MARGENEIRO
5	JOSÉ CLAUDINO <i>Gulho</i>	AJUSTADOR
6	JARBAS DE RO PITTA	TORNEIRO
7	JOSÉ FÉLIX	AJUSTADOR
8	JOSÉ SEBASTIÃO DE PAIVA	"
9	JOSÉ VENTURA COSTA ✓	TORNEIRO (ORADOR)
10	MANOEL SABINO ✓	"
11	PAULO FREIRE	MARGENEIRO
12	WALDECY JOSÉ ✓	TORNEIRO


ROGÊ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

*02/07/53
04/08/56*

ANEXO 13 – 8ª Turma Concluente da EACFL (1956/1957)

CONCLUENTES DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM		
GEN. CEL. FREDERICO LUNDGREN		
1.956—1957		
VIII TURMA		
REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ALUIZIO BATISTA DE FREITAS	
2	ANTONIO DE SOUZA BEZERRIL ✓	AJUSTADOR
3	DAMIÃO ANTONIO DA SILVA	MARCENEIRO
4	EGIDIO JOSÉ DA TRINDADE ✓ <i>proibido em 03/10/87</i>	AJUSTADOR
5	FRANCISCO JORGE SOBRAL	MARCENEIRO
6	GERALDO NOÉ PEREIRA	TORNEIRO
7	HILDEBRANDO GONSAGA PONTES ✓	"
8	JOSÉ DE ARIMATELA COSTA ✓	MARCENEIRO
9	JOSÉ BRAGA COSTA	AJUSTADOR
10	JOSÉ BENEDITO GOMES	TORNEIRO
11	LOURIVAL BARBOSA GOMES	MARCENEIRO (ORADOR)
12	LOURIVAL FRANCISCO OLIVEIRA	AJUSTADOR
13	LEANDRO INÍCIO SILVA	TORNEIRO
14	MARCEL HIGINO SILVA	MARCENEIRO
15	PEDRO PAULO COSTA	AJUSTADOR
16	SEBASTIÃO NUNES FARIAS	TORNEIRO
17	VICENTE FERREIRA DA SILVA	AJUSTADOR
18	VANILDO SILVA	"
		TORNEIRO

ROGÉ MACIEL PINHEIRO

DIRETOR

e. 14/09/57

ANEXO 14 – 9ª Turma Concluente da EACFL (1957)

RELAÇÃO NOMINAL DOS ALUNOS DA ES-		
COLA " SENAI "		
III ANO		
IX turma - 1957		
Nº DE ORDEM	NOME	OBSERVAÇÃO
1	ADEMILTON FRANCISCO	A T
2	ADERALDO MAURICIO	M
3	✓ ARNALDO XAVIER	A ✓
4	EDVALDO BORGES	A
5	— ESPEDITO GOMES BANDEIRA	T
6	✓ FRANCISCO FREIRE ARAUJO	T
7	— ✓ FERNANDO GONÇALVES	A ✓
8	✓ FRANCISCO LUIS GOMES	A ✓
9	— ✓ FRANCISCO MOREIRA	A
10	✓ FRANCISCO PEREIRA RAMOS	B.M.
11	✓ FRANCISCO DE SOUZA FERRAZ	T
12	✓ GILVANI GUEDES DE VASCONCELOS	r ✓
13	JOSÉ BEZERRA FILHO	A ✓
14	✓ JOSÉ MENDES DE SOUZA	A ✓
15	✓ LOURIBERTO MARTINS	T A ✓
16	— ✓ MIGUEL DE ASSIS BEZERRA	A ✓
17	✓ NIVALDO MENDES DE SOUZA	A ✓
18	OTONIEL HUGO	A
19	— ✓ OSVALDO IZIDRO	A ✓
20	✓ PEDRO PINTO FILHO	T ✓

I- 10/8/55
 e- 24/9/58

SENAI
 Escola de Administração
 Orl. FREDERICO LUNDGREN
 1957

ROGÉ MACIEL PINHEIRO
 DIRETOR

ANEXO 15 – 10ª Turma Concluente da EACFL (1958)

CONCLUINTES DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM		
GEN. CEL. FREDERICO LUNDGREN		
1.958		
X TURMA		
REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ANTONIO DE SOUZA FERRAZ ✓	TORNEIRO
2	CLAUDOMIRO BARBOSA	TORNEIRO
3	DAMIÃO VENÂNCIO COUTINHO ✓	TORNEIRO
4	EDNALDO GOMES DE ARRUDA	TORNEIRO
5	GERALDO FERNANDES DE OLIVEIRA ✓	TORNEIRO
6	HÉLIO HONÓRIO PAIVA	TORNEIRO
7	JONES CALIETO	MARceneiro
8	JOSÉ FREIRE-COSTA	AJ. - CONTRA MESTRE
9	JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS	AJUSTADOR ✓
10	JOSÉ JORGE SOBRINHO	AJUSTADOR
11	JOSÉ JOAQUIM	TORNEIRO ✓
12	JOSÉ PESSOA	MARceneiro ✓
13	LUIS BATISTA	MARceneiro
14	MANOEL DO NASCIMENTO <i>da Silva</i>	MARceneiro
15	SEVERINO BEZERRA	AJUD. - CONTRA MESTRE
16	VAMBERTO DOS SANTOS	AJUD. - CONTRA MESTRE

66/08/56
e-27/09/59

ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 16 – 11ª Turma Concluente da EACFL (1959)

CONCLUENTES DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM		
GEM. CEL. FREDERICO LUNDGREN		
1.959		
XI TURMA		
REF.	NOME	PROFISSÃO
1	ALDO CALIXTO DE OLIVEIRA	TORNEIRO
2	AMAURI CAMILO	TORNEIRO
3	ARNALDO JOSÉ CLEMENTE	TORNEIRO
4	ANTONIO PEIXOTO FILHO	TORNEIRO (ORADOR)
5	DJALMA VITAL COSTA	AJUSTADOR
6	EDRIZIO TAVARES SILVA	AJUSTADOR
7	GERALDO FRAZEO ARAUJO	TORNEIRO
8	GERSON MATIAS	AJUSTADOR
9	* JOSÉ BARBOSA DE LIMA	MARCENEIRO
10	JOSÉ GOMES BANDEIRA	TORNEIRO
11	JOSÉ JORGE ALEXANDRIA	MARCENEIRO
12	MOACIR CALIXTO	AJ. - CONTRA MESTRE
13	RAIMUNDO CARDOSO	AJ. - CONTRA MESTRE
14	SEVERINO RAMOS SILVA	TORNEIRO
15	SINÉZIO DOS SANTOS	AJ. - CONTRA MESTRE

18/7/57
27/9/60

ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

ANEXO 17 – 12ª Turma Concluinte da EACFL (1961)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM		
FREDERICO LUNDGREN		
1.961 - XII - TURMA		
Nº DE MATRÍCULA	NOME	PROFISSÃO
150	ANTÔNIO ALVES RODRIGUES	AJUSTADOR
151	ALOIZIO VIEIRA DA SILVA	TORNEIRO ✓
152	ADEMAR PEREIRA DA SILVA	TORNEIRO
153	EUSENIO DA SILVA	AJUSTADOR
154	GILBERTO BELARMINO	TORNEIRO
156	GERALDO FREIRE DE ARAÚJO	TORNEIRO
157	IVAN PINTO DE MENEZES	TORNEIRO
158	JOSÉ FERREIRA DA COSTA	AJUSTADOR
159	JOSÉ JOAQUIM AMORIM	AJUSTADOR ✓
160	JOÃO PEREIRA DOS SANTOS	TORNEIRO
161	LUIS DE VASCONCELOS BARRETO	MARceneIRO
162	MANOEL CASSIMIRO	MARceneIRO
163	NIVALDO FERREIRA DA SILVA	AJUSTADOR
164	O BERDAN CASTOR DO RÊGO	TORNEIRO
165	SEVERINO OLIVEIRA GOMES	TORNEIRO
166	SEVERINO PEREIRA RAMOS	MARceneIRO ✓
167	SEVERINO ANTONIO DA SILVA	AJUSTADOR
168	UÉZIO FERREIRA ANJOS	AJUSTADOR ✓
169	VALDENOR FIGUEIREDO DE BRITO	AJUSTADOR
170	VALDECI MARQUES CRUZ	TORNEIRO
171	VALDEIR PESSOA	AJUSTADOR

ROGÉ MACIEL PINHEIRO
DIRETOR

24/7/57
Termino 30/9/61

ANEXO 18 – 13ª Turma Concluinte da EACFL (1962)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM		
FREDERICO LUNDGREN		
1.962		
XIII - TURMA		
Nº DE MATRÍCULA	NOME	PROFISSÃO
171	ANTONIO FEITOSA	AJUSTADOR
172	ANTONIO TEÓFILO DE OLIVEIRA	AJUSTADOR
173	BENEDITO GONÇALVES RAMOS	AJUSTADOR
174	DEUSÉDITE DE LIMA WANDERLEY	MARCENEIRO
175	ELICI MATIAS DOS SANTOS	AJUSTADOR
176	GENIVAL BELARMINO	AJUSTADOR
177	GENIVALDO DE PONTES	AJUSTADOR
178	JOSÉ BANDEIRA DO NASCIMENTO	AJUSTADOR
179	JORO CANDIDO BARBOSA	AJUSTADOR
180	JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO	MARCENEIRO
181	JOSÉ FERNANDES DA SILVA	MARCENEIRO
182	JOSÉ DE FIGUEREDO	AJUSTADOR
183	JOSÉ LÚCIO DE PONTES	AJUSTADOR
184	JORO PINTO FERREIRA	MARCENEIRO
185	JOSÉ DA SILVA RAMOS	MARCENEIRO
186	LUIS RIBEIRO	AJUSTADOR
187	LOURIVAL VENCESLAU	AJUSTADOR
188	MANCEL BARBOSA SOARES	AJUSTADOR
189	MANCEL SOARES DE LIMA	AJUSTADOR
190	MANCEL WELLEINGTON	AJUSTADOR
191	ODAILTON CASTOR DO REGO	AJUSTADOR
192	PEDRO EUGENIO DA SILVA	AJUSTADOR
193	PEDRO MARQUES FERREIRA	MARCENEIRO
194	PEDRO VIEIRA DE ALBUQUERQUE	AJUSTADOR
195	REGINALDO CALIXTO OLIVEIRA	AJUSTADOR
196	ROBERTO DA SILVA PEREIRA	AJUSTADOR
197	SEVERINO SILVA MARINHO	AJUSTADOR
198	Valdir Soare. da Silva	AJUSTADOR

12 de 59 a
21- Julho 60
18/08/59
21/9/62

ANEXO 19 – 14ª Turma Concluinte da EACFL (1963)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM CEL. FREDERICO LUNDGREN			
XIV - TURMA			
1.963			
DE SEM	Nº DE MATRÍCULA	NOME	PROFISSÃO
	199	ANTONIO FREIRE DA COSTA <i>Informado em 21/3/65</i>	TORNEIRO ✓
	200	ANTONIO SANTANA GOMES	TORNEIRO ✓
	201	DANIEL CAVALCANTE DE FREITAS	AJUSTADOR ✓
	202	DJALMA SOARES CRAGAS	AJUSTADOR
	203	IVO GONÇALVES RIBEIRO	TORNEIRO ✓
	204	JOSÉ BENEDITO GOMES	TORNEIRO ✓
	205	JOSÉ BATISTA MATOS	AJUSTADOR ✓
	206	JOSÉ BANDEIRA DO NASCIMENTO	AJUSTADOR
	207 <i>(Provisório) 02/04/66</i>	MANCEL BALTAZAR <i>de Lima</i>	TORNEIRO ✓
	208 <i>86.</i>	MANCEL MÊLO NASCIMENTO	AJUSTADOR ✓
	209	NATANAEL DA CRUZ PEREIRA	AJUSTADOR ✓
	210	NOBERTO MARQUES PEREIRA	MARGENEIRO ✓
	211	ROQUE CORREIA DA SILVA <i>Informado em 02/03/65</i>	AJUSTADOR ✓
	212	ROBERTO PEDROSA <i>Bezerro</i>	TORNEIRO ✓
	213	SEVERINO BARBOSA NASCIMENTO	TORNEIRO ✓+
	214	VALDEMIR FRANCISCO DE SOUZA	MARGENEIRO
	215	VALDECI SOARES CRAGAS	TORNEIRO

ANEXO 20 – 15ª Turma Concluinte da EACFL (1964)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM CAL. FREDERICO LUNDGREN			
15ª TURMA - 1964			
Nº de Matrícula	NOME	PROFISSÃO	
216	ANTONIO GERMANO DE LIMA	AJUSTADOR	
217	ANTONIO MÊLO CRISÓSTOMO	TORNEIRO	✓
218	CARLOS EDUAR GOMES BANDEIRA	TORNEIRO	✓
219	✓ EDUARDO ALVES DE LIMA	AJUSTADOR	✓
220	EDMILSON PEREIRA DE MIRANDA	TORNEIRO	✓
221	FRANCISCO DE ASSIS FELIX	AJUSTADOR	✓
222	✓ JOAQUIM BATISTA	TORNEIRO	✓
223	JOSÉ CARMELO DA SILVA	AJUSTADOR	
224	JOSÉ CABRAL DA SILVA	AJUSTADOR	✓
225	JOSECI DIAS DA SILVA	MARCEIRO	✓
226	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	AJUSTADOR	✓
227	JOSÉ PEREIRA DA SILVA	TORNEIRO	
228	JOSÉ VITAL DE LIMA	AJUSTADOR	✓
229	LUÍS ALEXANDRE CABRAL	AJUSTADOR	✓
230	MANOEL CAMILO LINS FILHO	TORNEIRO	✓
231	MARTINHO GONÇALVES RIBEIRO	MARCEIRO	✓
232	✓ MILTON JOSÉ DE OLIVEIRA	TORNEIRO	✓
233	OLIVER CASTOR DO REGO	TORNEIRO	✓
234	RIVALDO CALIXTO DE OLIVEIRA	AJUSTADOR	
235	✓ RIVALDO CARVALHO DE MOURA	TORNEIRO	✓
236	✓ RUBENS JOSÉ DO NASCIMENTO	TORNEIRO	✓
237	SEBASTIÃO OLIVEIRA GOMES	AJUSTADOR	
238	SEVERINO RIBEIRO DA SILVA	AJUSTADOR	✓

15/02/64 a 30/12/64

ANEXO 21 – 16ª Turma Concluinte da EACFL (1965)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM CEL. FREDERICO LUNDGREN			
XVI TURMA - 1965			
Nº de matrícula	NOME	PROFISSÃO	
239	ANTONIO CAMPOS DA SILVA	AJUSTADOR	
240	EDSON INACIO BORGES OK <i>Provisoriamente 03/01/86</i>	MARceneiro	✓
241	✓ EDIRSON JORGE DA SILVA	AJUSTADOR	
242	✓ FLÁVIO FRANCISCO DA SILVA	TECELAGEM	✓
243	FRANCISCO DE ASSIS LIMA	FIAÇÃO	
244	✓ GILBERTO GOMES DA SILVA	FIAÇÃO	✓
245	JOSÉ AGNALDO DA SILVA	AJUSTADOR	
✗ 246	JOSÉ BEZERRA NEURA	AJUSTADOR	
247	✓ JOSÉ Correia da SILVA	AJUSTADOR	✓
248	JOSÉ LEONARDO DE LEMOS	AJUSTADOR	
249	JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA	AJUSTADOR	✓
250	JOSÉ SOTERO DE LIMA	AJUSTADOR	✓
251	✓ JOSÉ VENANCIO GOUTINHO	TORNEIRO	
252	LUIS GOMES BANDEIRA	AJUSTADOR	✓
253	MARISIO MONTEIRO PADILHA	AJUSTADOR	- 15/8/85
254	REINILDES VIEIRA AMORIM ✓	TORNEIRO	
255	SEVERINO FERREIRA DE LIMA	AJUSTADOR	✓ <i>formado 1999</i>

Conclusão 22/10/65

ANEXO 22 – 17ª Turma Concluinte da EACFL (1966)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM GEM CEL. FREDERICO LUNDGREN			
XVII - TURMA - 1966			
Nº de ordem	Nº de matricula	NOME	PROFISSÃO
1	256	ADERCI CÂMARA DE MENEZES	AJUSTADOR ✓
2	257	ANTONIO CAVALCANTE DE FREITAS	AJUSTADOR ✓
3	258	ANTONIO LIMA DA SILVA <i>Fornecida</i>	AJUSTADOR X 37/07/94
4	259	CRISTIANIANO GONÇALVES	AJUSTADOR ✓
5	260	DARIO GOMES DO NASCIMENTO	MARCEIRO
6	261	EDVALDO DE FRANÇA FIGUEIREDO	AJUSTADOR ✓
7	262	EDNALDO GERMANO MARIANO	AJUSTADOR ✓
8	263	EDNALDO CABRAL BATISTA	AJUSTADOR
9	264	EDNALDO RIBEIRO DA SILVA ✓	TORNEIRO ✓
10	265	EVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO	AJUSTADOR ✓
11	266	GERALDO GONDIM DE SOUZA	AJUSTADOR ✓
12	267	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	AJUSTADOR ✓
13	268	JOSÉ BATISTA DE SOUZA	TORNEIRO ✓
14	269	JOSÉ CARNEIRO MARTINS	AJUSTADOR ✓
15	270	JOSÉ FERREIRA DA SILVA	MARCEIRO ✓
16	271	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	TORNEIRO ✓
17	272	JOSÉ INOCENCIO SOBRINHO <i>Fornecida</i>	TORNEIRO 24/10/94
18	273	JANDEIR DA SILVA SANTOS	AJUSTADOR
19	274	MARCEL DANTAS COELHO	AJUSTADOR
20	275	ORLANDO MARINHO PEREIRA	MARCEIRO

08/02/64
Com. 15/12/66

ANEXO 23 – 18ª Turma Concluinte da EACFL (1967)

CONCLUINTE DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM C.E.L. FREDERICO LUNDGREN			
XVIII - TURMA - 1967			
Nº de ordem	Nº de matrícula	NOME	PROFISSÃO
1	276	ANTONIO LUIS DA SILVA	PROFISSOR
2	277	EDVALDO LUIS DOS SANTOS	AJUSTADOR ✓
3	278	JOSÉ ESTEVAM DA SILVA	AJUSTADOR ✓
4	279	JOSÉ DANTAS GOELHO	TORNEIRO ✓
5	280	JOSÉ FERREIRA DA SILVA	TORNEIRO - <i>20/4/65 entrada</i> - <i>Não observado</i>
6	281	JOSÉ JOAQUIM BORGES	AJUSTADOR ✓
7	282	JOSÉ DA SILVA ROCHA	AJUSTADOR ✓
8	283	JUDSON CARMEIRO DA SILVA	AJUSTADOR ✓
9	284	LUIS GONZAGA DOS ANJOS	MARceneiro ✓
10	285	LUIS JOSÉ DO NASCIMENTO	AJUSTADOR ✓
11	286	ROGER SANTOS ALCOVERADO	TORNEIRO ✓
12	287	NELSON CASTANO FIRMINO	AJUSTADOR ✓
13	288	RICARDO MANDO CALIXTO	AJUSTADOR ✓
14	289	PAULO SANTANA DA SILVA FILHO	TORNEIRO ✓
15	290	PEIRO MATOS DE SOUZA	AJUSTADOR ✓
16	291	ROBSON MACIEL PINHEIRO	TORNEIRO ✓
17	292	SEVERINO MARINHO DE LIMA	MARceneiro ✓
18	293	SEVERINO DOMINGOS TRINDADE	TORNEIRO ✓
19		Entrada 22/05/65 Carência 09/12/67	

Observação:
José Santos da Cunha Coelho, conferido pela identidade nº 5.609.445 SSP/S.P. e CPF 418 979 688 + 20
C. grande, 11/12/95. *Bladatto*

Observação: De acordo com a identidade pessoal, Polícia Militar do Estado da Paraíba - o nome do aluno é José Silva Rocha e não José da Silva Rocha nº 282 da matrícula supra. Doc. apresentado 4506.
30/04/96. *Bladatto*

ANEXO 24 – Edital de Matrículas para o SENAI (1952)
Jornal de Campina Grande

...mas servas da Caridade, todas de Pernambuco, onde dirigem 8 Abrigos. Abrigarão, de início, 50 externos cujas idades variam de 1 dia a 7 anos. Essas crianças entrarão às 6 horas da manhã e sairão às 18 horas. Terão direito a alimentação, banho e vestua-	...vioso auxílio contribuiu decisivamente para construção do Abrigo João Moura. Sem esse auxílio esta grande obra jamais poderia ter sido realizada. O Governo ultimamente deu forte contribuição e a partir de Janeiro próximo uma verba de 10 mil cru-	
de im la. e, e- e- es al- je r- n- l- r- e, e- A- r- e- o a o 1		
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI		
Acham-se abertas as inscrições para matrícula de candidatos aos cursos do SENAI desta escola até o dia 10 de Dezembro.	cia do menor e compromisso do mesmo a empregar o menor em seu estabelecimento industrial, após a conclusão do curso.	7 — Internos ou externos 3 fotografias tamanho 3 x 4.
De acordo com o Dec. 4481 de 16/7/42, terão preferência em igualdade de condições para admissão aos lugares de aprendizes do SENAI em 1º. lugar os filhos e irmãos de operários,	3 — Compromisso dos pais ou responsáveis de não retirar o menor do SENAI antes da conclusão do curso que será de 3 1/2 a 4 anos.	Inscrições Para Professoras
“As Condições Para Matrículas Na Escola Do SENAI”	4 — Prova conclusão do 3º. ano primário, no mínimo, ou conhecimentos equivalentes.	Acham-se abertas até 10 de Dezembro as inscrições para seleção de PROFESSORAS. As candidatas efetuarão suas inscrições por carta de próprio punho, dirigida ao Departamento Regional do SENAI — Campina Grande — Paraíba, fornecendo os seguintes dados:
1 — PROVA DE IDADE de 12 e 6 meses a 14 anos, mediante apresentação de REGISTRO CIVIL.	5 — Ser aprovado nos exames de saúde e de conhecimentos, feitos na Escola,	IDADE: 22 a 30 anos Escolas cursadas e diplomas que possuem prática de ensino.
2 — Apresentação por um INDUSTRIAL do local da residên-	6 — Para os alunos internos será exigido o seguinte en-	Ordenado pretendido para trabalho em dois expedientes.
		Campina Grande, 17 de Novembro de 1952. Amaro Salvatore Simoni Diretor da Escola S.E.N.A.I. de Campina Grande.

ANEXO 25 – Declaração de Aceite CTRT**COMPANHIA
DE TECIDOS
RIO TINTO****GRUPO
LUNDGREN** **DECLARAÇÃO DE ACEITE**

Ao

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB – PPGE

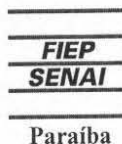
Eu, **Walter Hermann Manfred Schumacher**, declaro para fins de comprovação junto à UFPB/CE/PPGE que autorizo o aluno doutorando José Jassuipe da Silva Moraes, regularmente matriculado na turma 28, sob o nº 108100379, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB (PPGE) a desenvolver sua pesquisa intitulada "ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren – Rio Tinto/PB (1944 – 1967) nos arquivos desta empresa.

Rio Tinto (PB), 18 de abril de 2011.

Companhia de Tecidos Rio Tinto



ANEXO 26 – Declaração de Aceite SENAI/PB



DECLARAÇÃO DE ACEITE

Ao

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB – PPGE

Declaro para fins de comprovação junto à UFPB/CE/PPGE que o aluno doutorando **José Jassuipe da Silva Moraes**, regularmente matriculado na turma 28, sob o nº 108100379, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB (PPGE) desenvolveu nos arquivos do SENAI-PB, sua pesquisa intitulada “ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren – Rio Tinto-PB (1944-1967).

Campina Grande, 09 de setembro de 2011.


ADJAÍR MAIA LOURENÇO
 Gerente da UNIEP

Unidade de Educação Profissional

FIEP
 Federação
 das Indústrias
 do Estado
 da Paraíba
 Edifício Agostinho Velloso da Silveira
 Av. Manoel Guimarães, 195 - 2º Andar - José Pinheiro
 Caixa Postal: 661
 58407-363 - Campina Grande PB
 Telefone (083) 2101-5300 - Fax: (083) 2101-5394
 WEB: www.fiepb.com.br - E-mail: senai@fiepb.org.br

SESI
 Serviço Social
 da Indústria

SENAI
 Serviço Nacional
 de Aprendizagem
 Industrial

I E L
 Instituto
 Euvaldo
 Lodi

ANEXO 27 – Certidão do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 4ª Reunião realizada no dia 12/07/2011, o projeto de pesquisa intitulado “EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS: ESCOLA DE APRENDIZAGEM CORONEL FREDERICO LUNDGREN – RIO TINTO – PB (1944-1967)”, do Pesquisador José Jassuipe da Silva Moraes. Protocolo nº. 0109/11.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionado à apresentação do resumo do estudo proposto à apresentação do Comitê.

Eliane Marques D. de Souza
Coordenadora - CEP-CCS-UFPB